

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LÍVIA SOMBRIO

Possibilidades de implementação de ESG em uma organização do Terceiro Setor:
um estudo na Central de Cooperativas Justa Trama

Porto Alegre

2024

LÍVIA SOMBRIO

Possibilidades de implementação de ESG em uma organização do Terceiro Setor:
um estudo na Central de Cooperativas Justa Trama

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração

Área de concentração: Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade

Orientador: Profa. Dra. Cláudia Viviane Viegas

Porto Alegre

2024

LÍVIA SOMBRIO

Possibilidades de implementação de ESG em uma organização do Terceiro Setor:
Um estudo na Central de Cooperativas Justa Trama

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração

Área de concentração: Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade

Porto Alegre, / /2024

Banca Examinadora:

Prof. PhD. Luís Felipe Machado do Nascimento – PPGA (UFRGS)

Profa. Dra. Letícia Medeiros, Faculdade de Ciências Contábeis (UFRGS)

Profa. Dra. Lisiane Quadrado Closs, PPGA – PPGA (UFRGS)

Profa. Dra. Miriam Borchardt – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

FICHA CATALOGRÁFICA

Dedico este trabalho principalmente à memória de meu pai, que sempre teve o sonho de ver um de seus filhos se formando na UFRGS, e que por forças maiores faleceu uma semana antes de minha aprovação no processo seletivo do mestrado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Dra. Cláudia Viviane Viegas, que não só me orientou, como manteve uma postura empática e humana durante todo o meu processo de mestrado, procurando se atualizar para entender minhas necessidades como aluna neurodiversa e buscando tornar o processo acessível sempre que preciso. Agradeço não só pela paciência, mas também pelos momentos de descontração trocando memes e imagens dos nossos pets, você me lembrou que o processo de mestrado também pode ser humano.

Agradeço à Profa. Dra. Tânia Nunes da Silva, que me auxiliou com o processo seletivo para o mestrado na UFRGS, disponibilizando de seu tempo de forma empática e disposta.

Agradeço ao Prof. PhD. Luís Felipe Machado do Nascimento, pelo aprendizado sempre bem humorado, com dinâmicas espirituosas que auxiliaram em todo processo durante a pandemia, e que no presencial fizeram toda a diferença na volta à normalidade. Meu sincero agradecimento pela busca em sempre trazer temas atuais e relevantes, como a neurodiversidade na universidade, e propor questionamentos sempre pertinentes, você me ensinou que um bom professor não precisa manter uma postura sempre rígida e distante.

Agradeço à Letícia Prezzi Fernandes, técnica em assuntos educacionais pela UFRGS, que me auxiliou com as minhas necessidades no PPGA, sempre empática e disposta a me prestar apoio e suporte.

Agradeço aos colegas, que mesmo muitas vezes distantes fisicamente, se fizeram muito presentes no meu dia a dia, trocando vivências, desabafos, compartilhando de sentimentos e medos, e também, muitas vezes alegria e troca de risadas pelas câmeras. Agradeço também os memes trocados, que alegraram muito meus dias, com vocês aprendi demais, e me senti pertencente.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida durante os anos do curso.

Agradeço ao grupo de mulheres que sempre me acolheu nas visitas à Justa Trama, que trocaram risadas, conversas, lanches da tarde e me acolheram independente da correria do dia a dia. A troca com vocês é sempre positiva, me ensina a ser mais humilde, a acreditar na nossa força e no poder da troca. Me

ensina a diferença entre acumular capital e crescer junto. Vocês me motivaram, mesmo que inconscientemente a escrever este material, contem sempre comigo.

Agradeço infinitamente ao apoio incondicional de meu marido, que me segurou todas as vezes que pensei em cair, que aguentou meus finais de semana presa no computador, que sempre procurou me entender quando não estava no melhor dos meus humores, e sempre viu o melhor em mim, sem esforço algum. Todo esse esforço é pelos nossos sonhos compartilhados.

Agradeço à minha mãe, que nunca, nem por um minuto duvidou da minha capacidade de fazer qualquer coisa que quisesse. Que sempre me incentivou, que sempre buscou ser a melhor mãe possível e aprender com nossas trocas. Que me inspirou a sempre buscar o melhor em mim, a não aceitar menos do que qualquer mulher merece, a não ter idade certa pra dar a cara a tapa e começar algo novo, e ir atrás de seus sonhos. Que me ensinou que tudo bem ser eu mesma, e que sempre largou tudo e qualquer coisa para me ajudar quando preciso. Que sempre exerceu o papel de “homem da casa” aceitando qualquer desafio por nós, sem nem piscar.

Agradeço às minhas amigas, que me proporcionaram os melhores momentos de “dar um tempo da escrita”, dar risada de besteira, trocar fofocas edificantes, e algumas, me dando os melhores afilhados que poderia ter.

Por fim, agradeço às maravilhosas profissionais que me acompanham, e que há mais de 10 anos nunca soltaram a minha mão, que me auxiliaram no processo de descoberta de meu diagnóstico como TDAH, sempre me ouvindo e auxiliando como ótimas profissionais que são. Leonora Vasconcellos Almada, por ser muito mais que minha psicóloga, por ter o dom de saber exatamente o que me falar, por compartilhar das tuas histórias, por me inspirar e me apoiar mesmo quando escolho o caminho mais difícil, e pela paciência de esperar o meu tempo para entender certas coisas, e sempre ter a certeza, antes mesmo de mim, que eu chegaria lá. Cláudia Ávila Moraes, que admiro desde a minha infância, por ser uma mulher sempre tão inteligente e maravilhosa, mantendo sempre a humildade e acessibilidade. Validando minhas queixas e nunca soltando a minha mão, mesmo quando era feriado e eu havia esquecido de pedir receita.

Todas essas pessoas seguraram este trabalho comigo, e com elas dei os passos até aqui, toda minha gratidão e reciprocidade.

“O verdadeiro conhecimento é aquele que capacita as pessoas a se transformarem.”
(Paulo Freire)

RESUMO

A crescente adoção de práticas ESG (Environmental, Social and Governance) pelo setor privado tem se mostrado altamente vantajosa, evidenciando uma mudança significativa no panorama empresarial global. No entanto, apesar do potencial inovador do Terceiro Setor, especialmente das cooperativas, para enfrentar desafios sociais emergentes, a literatura acadêmica e os relatórios internacionais indicam uma lacuna significativa na adoção de práticas ESG por essas organizações. Este estudo preenche essa lacuna ao revisar a literatura sobre sustentabilidade em cooperativas, com foco nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na abordagem ESG. Utilizando a metodologia da Investigação Apreciativa, entrevistamos três colaboradoras da Central de Cooperativas Justa Trama, em Porto Alegre, Brasil, para entender suas percepções sobre esses temas e explorar a viabilidade da implementação de práticas ESG na organização. Os resultados revelaram que, embora a Justa Trama esteja comprometida com práticas ambientais e sociais, há uma falta de compreensão sobre os conceitos de ESG e ODS. No entanto, as entrevistadas reconhecem o desafio do crescimento no mercado e expressam interesse em explorar estratégias para alcançar esse objetivo. Com base nas descobertas, oferecemos orientações preliminares para a implementação bem-sucedida de práticas ESG na Justa Trama, destacando a importância de uma abordagem holística e integrada que leve em consideração os aspectos ambientais, sociais e de governança. Esta pesquisa destaca a necessidade de futuros estudos para avaliar o impacto das práticas ESG na cooperativa, incluindo análises financeiras e econômicas mais aprofundadas.

Palavras-chave: ESG (Ambiental, Social e Governança); Investigação Apreciativa; Central de Cooperativas Justa Trama; Sustentabilidade; Cooperativas; Terceiro Setor; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

ABSTRACT

The increasing adoption of ESG (Environmental, Social, and Governance) practices by the private sector has proven to be highly advantageous, evidencing a significant shift in the global business landscape. However, despite the innovative potential of the Third Sector, especially cooperatives, to address emerging social challenges, academic literature and international reports indicate a significant gap in the adoption of ESG practices by these organizations. This study fills this gap by reviewing the literature on sustainability in cooperatives, focusing on the Sustainable Development Goals (SDGs) and the ESG approach. Using Appreciative Inquiry methodology, we interviewed three employees from the Central de Cooperativas Justa Trama in Porto Alegre, Brazil, to understand their perceptions of these topics and explore the feasibility of implementing ESG practices in the organization. The results revealed that while Justa Trama is committed to environmental and social practices, there is a lack of understanding of the concepts of ESG and SDGs. However, the interviewees recognize the challenge of market growth and express interest in exploring strategies to achieve this goal. Based on the findings, we offer preliminary guidance for successful implementation of ESG practices at Justa Trama, emphasizing the importance of a holistic and integrated approach that takes into account environmental, social, and governance aspects. This research highlights the need for future studies to assess the impact of ESG practices on the cooperative, including more in-depth financial and economic analyses.

Key words: ESG (Environmental, Social, and Governance); Appreciative Investigation; Central de Cooperativas Justa Trama; Sustainability; Cooperatives; Third Sector; Sustainable Development Goals (SDGs).

LISTA DE ACRÔNIMOS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADEC	Associação de Desenvolvimento Econômico e Cultural
BM	Banco Mundial (<i>World Bank</i>)
CDP	Carbon Disclosure Protocol
CDSB	Carbon Disclosure Standards Board
CERES	Coalition for Environmentally Responsible Economies
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coopertêxtil	Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas
CSDB	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
COP	Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Enimpecto	Estratégia Nacional de Impacto dos Empreendedores
EU	<i>European Union</i> (União Europeia)
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i> (Ambiental, Social e Governança)
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GC	<i>Global Compact</i>
GFANZ	<i>Glasgow Financial Alliance for Net Zero</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GSA	<i>Global Sustainable Alliance</i>
GSIA	<i>Global Sustainable Investment Alliance</i>
HLPF	<i>High Level Political Forum</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	<i>International Cooperative Alliance</i>
ILO	<i>International Labor Organization</i> (Organização Internacional do Trabalho)

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
IRIS	<i>Impact Reporting and Investment Standards</i>
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não-governamental
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRI	<i>Principles for Responsible Investment</i>
SASB	<i>Sustainability Accounting Standards Board</i>
SEC	Security Exchange Commission
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
S&P	<i>Standards and Poors</i>
TCFD	<i>Task Force on Climate Related Financial Disclosures</i>
TBL	<i>Tripple Bottom Line</i>
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>
WCM	<i>Wold Cooperative Monitor</i>
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Rede Justa Trama.....	16
Figura 2 - Espectro das organizações conforme seu direcionamento mais ou menos social.....	33
Figura 3 - Os 5 P's da Sustentabilidade.....	47
Figura 4 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	48
Figura 5 - Tripé da Sustentabilidade.....	50
Figura 6 - Dimensões dos ODS.....	51
Figura 7 - Síntese da Produção dos Indicadores Globais por Objetivo (%).....	52
Figura 8 - Contribuição para a Sociedade através da Cooperação entre Membros.....	55
Figura 9 - Ciclo da Investigação Apreciativa.....	85
Figura 10 - A Justa Trama hoje.....	99
Figura 11 - Confeções em defesa da vida animal.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios do Global Compact.....	68
Quadro 2 - Categorias e temas abrangidos pelo IRIS.....	71
Quadro 3 - Categorias e elementos para elaboração de indicadores do modelo B-Impact.....	71
Quadro 4 - Tipos de investidores em ESG.....	75
Quadro 5 - Indicadores mais comuns de materialidade.....	77
Quadro 6 - Síntese dos direcionadores ESG propostos para cooperativas.....	81
Quadro 7 - Síntese dos direcionadores ESG propostos para a Central de Cooperativas Justa Trama.....	129

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 OBJETIVOS.....	22
1.1.1 Objetivo Geral.....	22
1.1.2 Objetivos Específicos.....	22
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	22
2.1 HISTÓRICO E ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.....	23
2.2 MÉTRICAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA NO TERCEIRO SETOR.....	36
2.3 ODS E SUA RELAÇÃO COM AS COOPERATIVAS.....	45
2.4 ESG: POSSIBILIDADES NO TERCEIRO SETOR.....	60
2.5 RESUMO DA REVISÃO TEÓRICA.....	78
3 METODOLOGIA.....	83
3.1 A INVESTIGAÇÃO APRECIATIVA.....	84
3.2 INSTRUMENTO.....	86
3.2.1 A Justa Trama: o que já se estudou.....	86
3.2.2 Descrição do questionário.....	93
3.2.3 Aplicação do questionário.....	94
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	95
4.1 MODELO DE NEGÓCIO NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE.....	95
4.2 COMPREENSÃO DE SUSTENTABILIDADE E ODS.....	101
4.3 O QUE MEDIR, A GOVERNANÇA.....	108
4.4 SÍNTESE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.....	148
APÊNDICE B – RESUMO DAS ENTREVISTAS.....	157

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de economia solidária na perspectiva da governança ambiental e social. Especificamente, trata de analisar as condições e elementos para implementação de ESG na Central de Cooperativas Justa Trama, união de cooperativas que articulam a cadeia do algodão agroecológico dentro da indústria da moda no Brasil. É aplicado mais especificamente na sede administrativa localizada junto à Cooperativa Unidas Venceremos (Univens), fundada em 1996, cooperativa responsável pelo surgimento da Central de Cooperativas Justa Trama.

A Justa Trama é uma central de cooperativas fundada em 2004, resultante da união de interesses de diversas outras cooperativas solidárias que atuam de forma descentralizada em alguns estados brasileiros, com modelos de autogestão e com o objetivo de gerar impacto social, econômico, ambiental e político. Cada uma dessas associações e cooperativas reúne trabalhadores associados e lida diretamente com as pessoas envolvidas individualmente. A Justa Trama é formada por três cooperativas e duas associações: a Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional - ADEC (Tauá-CE), que atua no plantio do algodão; a Associação de Comercialização Solidária Xique-Xique (Natal - RN), que atua no plantio do algodão colorido rubi; a Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas - Coopertêxtil (Minas - MG), que atua na fiação e tecelagem; a Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos - Univens (Porto Alegre - RS), que trabalha na confecção de itens de vestuário e outros, e na articulação da rede; a Cooperativa Açaí (Porto Velho - RO), a qual produz botões de sementes, biojóias, e bonecas de retalhos; e o Coletivo Inovarte (Porto Alegre - RS), que produz bonecas e jogos pedagógicos das sobras da produção. Ela articula uma grande cadeia produtiva do algodão agroecológico, desde o plantio até a confecção de itens de vestuário, acessórios e jogos pedagógicos. A composição da Central de Cooperativas Justa Trama está apresentada na Figura 1, adaptada de FAO (2017).

Figura 1 - A Rede Justa Trama



Fonte: Adaptado de FAO (2017)

Todas essas instituições descritas são parte do chamado Terceiro Setor, que abrange uma diversidade de tipos de organizações, que incluem as de cunho totalmente sem fins lucrativos, dependentes de doações, como as filantrópicas, até as de caráter híbrido, cuja estrutura se assemelha a organizações empreendedoras de caráter misto, público e privado (Birch e Whittam, 2008). Em meio à classificação de empreendimentos do Terceiro Setor (Rodrigues, 2016), estão as cooperativas, que não visam ao lucro, mas que se inserem no contexto de relações tanto solidárias (no que delas procede, como princípios) quanto capitalistas (por produzirem, comercializarem e oferecerem serviços à sociedade). O caráter diferenciado das cooperativas em relação ao setor privado está na genuína cooperação de seus associados e na economia solidária que realizam e promovem (Bloice e Burnett, 2016; Cruz Filho, 2016), com a redistribuição de resultados para o benefício da própria organização, sem a finalidade acumuladora de capital, focando-se no bem-estar de seus associados e das comunidades com as quais mantêm relações (Bouchard, Cruz Filho e Zerdani, 2015).

Uma cooperativa é “uma associação autônoma composta principalmente por pessoas unidas voluntariamente a fim de atingir necessidades comuns, econômicas, sociais e culturais, bem como aspirações por meio de um empreendimento de posse conjunta e democraticamente controlado” (Carini, El-Housseff e Sparreboom, 2015,

p. 27). Entre os princípios das cooperativas estão a autonomia, a gestão democrática, a busca da equidade nas relações de trabalho, do preço justo nas negociações e o elevado grau de inserção e trocas com as comunidades das quais fazem parte, o que realça sua característica social e solidária (Andrada, 2013; Marier-Bienvenue et al., 2017).

As cooperativas estão se tornando cada vez mais relevantes nos cenários econômico, social e ambiental. De acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2023), havia 655 cooperativas no Brasil em 2022, gerando 1,6 bilhão de reais em ativos (38% mais que em 2021) e mais de 422 milhões de reais em salários e benefícios aos cooperados. Em nível global, as cooperativas vêm sendo monitoradas quanto ao seu desempenho, especialmente a partir de 2008, com a criação de mecanismos globais de coleta, análise e divulgação de dados, por iniciativa conjunta da Aliança Internacional das Cooperativas (*International Cooperative Alliance*, ICA), a União Europeia (*European Union*, EU) e das Nações Unidas. Dados recentes desse monitoramento mostram que as cooperativas carecem de estruturas homogêneas, objetivas e claras para mostrar sua evolução em governança, que são os mecanismos e estruturas para fortalecer sua gestão interna e externa, como a criação e manutenção de comitês diversos (consultivo, deliberativo, além do administrativo), de roteiros e canais de prestação de contas (*accountability*) e de transparência nos aspectos éticos, de impactos ambientais e sociais (Iyer, 202). A maioria das que reporta dados são de grande porte e pertencentes a setores que já possuem uma cultura de documentação de atividades, como as cooperativas do setor de crédito e finanças, e as que atingem uma gama de mercado diversificada e numerosa, como cooperativas do setor agrícola (Yakar-Pritchard e Çaliyurt, 2021).

O tema da governança social e ambiental geralmente não é bem formalizado em economias solidárias, pois são empreendimentos sociais com elevado grau de informalidade e foco em práticas (Tavanti, 2020; Pape et al., 2020). Conforme Olaru, Ghituleasa e Filipescu (2012), especificamente no setor de moda, como é o caso da Justa Trama como um todo, os pequenos e médios empreendimentos demandam um significativo aporte de conhecimento, especialmente em design, uma vez que necessitam oferecer produtos e serviços diferenciados, seja por marca, seja por proposta comercial de integração entre o negócio e o cliente. Muitas vezes esse conhecimento existe, na prática, mas não há estruturas adequadas para sua

documentação e compartilhamento, a fim de gerar uma governança sólida das experiências e saberes que podem tornar duradouras as práticas da cooperativa (Prim, 2021).

De acordo com Carini, El-Houssef e Sparreboom (2015, p. 18), “o conhecimento sobre as dimensões econômicas e sociais das cooperativas ao redor do mundo é ainda fragmentado”. Isto significa que não há estatísticas abrangentes e suficientemente detalhadas, por setor cooperativo, quanto ao desempenho econômico, social e ambiental dessas organizações, nem sobre o nível de governança administrativa em que se encontram, sobretudo porque elas possuem diferentes perfis e estágios de desenvolvimento. Este gargalo de conhecimento, também foi identificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que elaborou um guia para a implementação de governança em cooperativas (IBGC, 2015). As lacunas descritas justificam a necessidade de investigação sobre como se dá a governança ambiental, social e econômica em uma cooperativa como a Central de Cooperativas Justa Trama, que articula uma cadeia com outras cooperativas dos setores agrícola (como a Associação de Desenvolvimento Econômico e Cultural, ADEC, responsável por plantio de algodão agroecológico no Ceará) e têxtil (Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas, Coopertêxtil, de Minas Gerais).

Em sua grande maioria, as cooperativas não são grandes nem marginais em sua expressão econômica, mas conseguem impactar de forma expressiva tanto os seus membros, internamente, quanto a comunidade de seu entorno e as redes de relações que formam em termos de suprimento e consumo (Carini, El-Houssef e Sparreboom, 2015). Em nível global, a Organização Mundial do Trabalho (*International Labor Organization*, ILO) recomendava, em 2002, por meio da Resolução 193, que as cooperativas contassem com organização de dados mínimos sobre seu perfil, suas características, setor de atuação, número de pessoas trabalhando, valor médio de produção anual. Contudo, mesmo essas estatísticas ainda são precárias porque as formas de associação, organização e gestão são muito diferentes entre as cooperativas (Iyer, 2020). Tal aspecto reforça a necessidade de um olhar mais atento para a governança econômica, social e ambiental.

Desde 2015, as Nações Unidas formalizaram a Agenda 2030, que está traduzida por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre eles erradicação da pobreza (ODS 1), igualdade de gênero (ODS 5), trabalho decente e

crescimento econômico (ODS 8), consumo e produção responsável (ODS 12) e ação contra a mudança global do clima (ODS 13) (Nações Unidas, 2015). O Brasil está articulando essa agenda de forma inter e multissetorial, tendo no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) uma das instituições que monitoram a aplicação dos ODS em nível nacional (Silva, 2018). Cooperativas como a Justa Trama, entre outras, por meio de suas práticas, estão atendendo a vários ODS, porém essa realidade não fica clara para a sociedade, nem mesmo para os próprios associados da cooperativa pela ausência de conhecimento e de mecanismos de reporte que não são compreendidos e, portanto, deixam de ser utilizados (Slomski et al., 2022).

À medida que a crise ambiental se agrava e as crises econômicas se sucedem, as cooperativas se tornam crescentemente relevantes por sua resiliência e coesão entre membros e por trabalharem em prol da prevenção e/ou mitigação dos problemas ambientais relacionados às mudanças climáticas (Iyer, 2020). No entanto, é muito recente a agenda dos ODS e, ainda mais, o seu relacionamento ao papel das cooperativas (Severino, 2013).

Em paralelo aos esparsos avanços no monitoramento de desempenho das cooperativas, vem se intensificando o movimento ESG, de governança ambiental, social e transparência e *accountability* nas organizações, principalmente nas privadas. Embora a mobilização em prol da ética e integridade das empresas e a internalização dos desafios ambientais e sociais sejam anteriores a quando se começou a monitorar a performance das cooperativas de forma mais frequente, em nível global, a importância de ESG é tão latente quanto as controvérsias em torno do que realmente significa, e como reportar os aspectos da governança (Billio et al., 2020; Ptofenhauer, 2022; Wang, 2023).

A agenda ESG, assim como a do desenvolvimento das cooperativas, vem evoluindo de modo acelerado a partir do Acordo de Paris, em 2015, quando se acentuou o debate global em torno das mudanças climáticas (Nações Unidas, 2015). As duas agendas têm em comum a busca ao alinhamento aos ODS, mas no caso de ESG, os instrumentos de implementação estão se multiplicando de forma bem mais rápida, e a componente financeira - expressa pelos interesses de acionistas de empresas com ações em bolsas de valores - guia a forma como são elaborados e delineados os relatórios das companhias (Wang, 2023).

A predominância das demandas dos acionistas no debate ESG e a forma não padronizada e, às vezes, sem rastreabilidade, como são produzidos os dados de relatórios ESG, geram desconfortos e controvérsias no meio acadêmico e entre analistas de mercado (Berg, Fabisik e Sautner, 2020; Ljungqvist, 2009). Contudo, é notório que as práticas ESG estão muito difundidas e apresentam capilaridade expressiva em todos os setores de atividade - privado, governamental e não governamental. Essas práticas, porém, estão, até certo ponto, convergindo para procedimentos reconhecidos mutuamente pelas companhias, e incluem, nos relatórios, os requisitos de cumprimento de metas ambientais (E), especificamente sobre mudanças climáticas (controle de emissões de gases de efeito estufa), desmatamento, poluição do ar e da água, exploração da terra, perda de biodiversidade; os aspectos sociais (S), especialmente políticas de gênero, proteção dos direitos humanos, qualidade de vida no trabalho, segurança de produtos, saúde pública, distribuição de renda e satisfação de colaboradores; e os aspectos de governança (G), que se referem à independência do quadro administrativo, direitos dos acionistas, remuneração dos gestores, controle de procedimentos gerenciais, práticas anticorrupção, respeito às leis e mecanismos de reportes de denúncias, como ouvidorias (Billio et al., 2020; Nielsen e Villadsen, 2023).

Dadas essas considerações, que evidenciam tendências por se consolidar em relatórios ESG, e as lacunas das cooperativas, especialmente as não pertencentes ao setor de crédito e ao setor agrícola, de grande porte (por já possuírem organização suficiente e maturidade para estruturar relatórios integrados, incluindo aspectos de sustentabilidade), o presente trabalho questiona: **Quais as condições e elementos para implementação de ESG em uma cooperativa do setor de produção de moda *slow fashion*¹, como a Central de Cooperativas Justa Trama?** Esta questão, que permeia a construção da estrutura da revisão teórica e a opção metodológica qualitativa à luz da investigação apreciativa (Cooperrider, Whitney e Stravos, 2009), constitui a razão de ser desta pesquisa. Dado que a

¹ Seria impossível explicar o conceito de *slow fashion* sem antes explicar o *fast fashion*. Segundo o site SEBRAE (2021), a indústria *fast fashion* surgiu em 1970, porém o termo foi criado apenas em 1990, para se referir à indústria de produção têxtil típica de lojas varejistas, fazendo referência a um modelo de produção rápida e contínua de peças novas, com objetivo de entregar as últimas tendências de moda, as coleções são trocadas a cada semana, e às vezes todos os dias. No contrafluxo o termo *slow fashion* foi utilizado pela primeira vez em 2004, pela redatora da revista Georgia Straight, Angela Murrils, se inspirando no conceito de “*slow food*”. O termo vêm sendo utilizado para referir-se a alternativas mais sustentáveis e conscientes no consumo de roupas. poderia ser substituído por “moda lenta”, “moda responsável”. Este conceito contribuiu para uma série de movimentos em torno do comércio justo e responsável, por meio de pequenos produtores.

investigação empírica se limita a uma unidade da Central de Cooperativas Justa Trama, onde a possibilidade de obterem-se visões muito diversificadas sobre a temática proposta é dificultada pela forte influência cultural da liderança da cooperativa, acredita-se que uma abordagem assertiva, focada no “melhor que existe nas pessoas, nas suas organizações e no mundo que as rodeia” (Cooperrider, Whitney e Stravos, 2009, p. 19), seja adequada para contornar as limitações do contexto da pesquisa.

Para tentar responder a pergunta posta, o presente trabalho, em sua revisão teórica, recupera o histórico do Terceiro Setor (subseção 2.1), revisa as principais métricas ambientais, sociais e de governança do Terceiro Setor (2.2) e descreve a evolução do tema ODS em suas relações com o universo das cooperativas (2.3), além de apresentar a temática ESG, sua evolução e possibilidades no Terceiro Setor (subseção 2.4). Em seguida, apresenta uma síntese da revisão (subseção 2.5), descreve a Metodologia e os procedimentos de trabalho (seção 3), apresenta os resultados e a discussão (seção 4). A seção das considerações finais (5) traz, além do fechamento da pesquisa, sugestões para trabalhos futuros nessa área.

A autora já trabalhou anteriormente com as cooperadas da Univens e Justa Trama, quando contratada para execução de projetos, em 2019, o que gerou um grau de confiança e informalidade/extroversão durante as entrevistas, tal aproximação foi positiva pelo ponto de vista da autora, que compartilhou de conversas a nível pessoal durante o lanche da tarde, aproveitando um bolinho que levou para agradecer pela paciência em ceder horas do seu tempo em meio a costuras, cortes e relatórios.

Como disse Nelsa (diretora da Central de Cooperativas Justa Trama)

a hora de vida de cada um é importante, tem a mesma importância, inclusive, assim, independente... Ela extrapola grau de instrução,... extrapola o nível, sabe, de trabalho, ou a exposição ao trabalho, é tempo da sua vida que precisa ser valorizado. É a tua vida, ela vale a mesma coisa que a minha vida.

e ao compartilhar seu tempo sou grata.

1.1 OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa estão estruturados em etapas teóricas e práticas, a fim de contemplar a proposta de implementação de ESG na Justa Trama.

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as condições e elementos para implementação de ESG em uma cooperativa do setor de produção de moda *slow fashion* que articula a cadeia do algodão agroecológico - a Central de Cooperativas Justa Trama.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- (i) descrever a Central de Cooperativas Justa Trama em sua atual configuração;
- (ii) avaliar a compreensão dos ODS por dirigentes da Justa Trama;
- (iii) avaliar a compreensão e as possibilidades de ESG por parte de trabalhadoras do quadro administrativo da Central de Cooperativas Justa Trama.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão teórica apresentada nas subseções 2.1 a 2.4 está fundamentada em artigos acadêmicos e capítulos de livros recuperados em bases de dados internacionais e nacionais e em *gray literature*, que são documentos não revisados por pares mas publicados por dirigentes e pesquisadores de instituições que atuam intensivamente na área de sustentabilidade, governança social e ambiental e que possuem ampla difusão e influência nos âmbitos governamental, privado e não-governamental. A seção 2.5 traz uma síntese da revisão teórica.

2.1 HISTÓRICO E ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor é tradicionalmente conhecido como aquele que não tem fins lucrativos e que busca alternativas à visão capitalista tradicional, operando com base na chamada economia solidária e social. Conforme Cruz Filho (2016), a economia solidária é baseada nos pilares da competitividade, da legitimidade e da solidariedade.

Parsehyan (2017) classifica as organizações em governamentais, organizações voltadas ao lucro, e organizações não-governamentais (ONGs). O Terceiro Setor é um tipo de organização independente baseado na ausência de busca de lucro, ausência de competição e responsabilidade compartilhada, associada à visão de liderança e capacidade de visão dos líderes. Engloba as ONGs, as cooperativas, as empresas sociais, a economia social e solidária, bem como organizações híbridas – que realizam atividades com propósito social e contam com algum tipo de financiamento privado.

De acordo com Bloice and Burnett (2016, p.2), o Terceiro Setor são “organizações não-governamentais dirigidas por valores e que, principalmente, reinvestem seus suprimentos para objetivos sociais, ambientais ou culturais, incluindo organizações comunitárias, de caridade, empresas sociais, cooperativas e organizações mutualistas”.

Segundo Paiva e Carvalho (2018), havia 200 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil em 1999. O Terceiro Setor inclui a economia social, as cooperativas, as sociedades mútuas, as fundações e as empresas sociais. As

características comuns ao Terceiro Setor são: ter e seguir regras, poder ser privadas na sua gestão, mas receber recursos públicos, não distribuir lucros como no setor privado, ter autonomia e ter voluntários. Entre os desafios, estão: acesso a recursos financeiros, pouco reconhecimento, ambiente regulatório adverso, falta de habilidades empreendedoras e de instrumentos de controle.

Chaves e Monzon (2018) observam que as mudanças conjunturais e estruturais levaram à interdependência entre o Terceiro Setor, o mercado e o governo. Desde os anos 1980, as organizações não lucrativas estão à frente de causas como as de saúde, educação e lazer, especialmente com a desregulamentação dos serviços públicos a partir da Nova Gestão Pública (*New Public Management*) dos anos 1980. Conforme Esposito e Ficcadenti (2020), isto se acentuou nos anos 1990, quando as organizações não-governamentais também passaram a buscar financiamento e quando surgiu um movimento social atrelado à busca de inovações por meio de financiamento público. Desta forma, também surgiram tipos de contrato entre o Terceiro Setor e os setores público e privado.

As crises globais dos anos 2000 levaram ao aprofundamento da ação do Terceiro Setor, com o setor público reduzindo fundos para as áreas ambiental e social. De acordo com Pape et al. (2020), em 2020, havia 13,6 milhões de pessoas trabalhando no Terceiro Setor na Europa. No Reino Unido, havia uma grande variedade de arranjos entre os setores público e privado. Já na França, houve um declínio das organizações desse setor entre 2011 e 2025. Na Alemanha, houve também um declínio das organizações não-governamentais (ONGs). Desta forma, as ONGs adotaram um estilo de gestão buscando a cooperação local, a inovação e modelos de financiamento baseados em crowdfunding – financiamento social (Pape et al., 2020). Pestoff (2012) afirma que o Terceiro Setor facilitou a redemocratização na Europa por meio da coprodução de serviços e auto-organização das comunidades. Além disso, o Terceiro Setor possibilitou melhorar a inovação em produtos, serviços e processos, especialmente no cenário neo-liberal a partir dos anos 1980.

Birch e Whittam (2008) acrescentam uma característica importante ao Terceiro Setor, que é a capacidade de vínculo com comunidades regionais e o desenvolvimento do capital social nesse contexto. No entanto, a falta de padrões para enquadrar a pesquisa nesta área faz com que ainda haja confusão entre Terceiro Setor e empresa social. O interesse crescente por questões de

desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e causas ecológicas faz com que as abordagens Tripple Bottom Line (TBL) – que relacionam pessoas, lucro e recursos ecológicos - estejam nas agendas dessas organizações e nas políticas públicas (Birch e Whittam, 2008).

Entre as instituições do Terceiro Setor, as ONGs têm capacidade de induzir melhorias nas práticas de corporações multinacionais, influenciando positivamente o direcionamento de investimentos dessas corporações para finalidades sociais e ambientais (Delalieux, 2011). Existe, porém, uma lacuna de conhecimento sobre o real contexto da sociedade civil em suas demandas, pois a maior parte dos pesquisadores enxerga as ONGs como empreendedoras institucionais. Delalieux (2011) afirma que as ONGs influenciam as organizações privadas a promoverem novas normas, valores e ideologias por meio do ativismo e das parcerias.

O Terceiro Setor é formado por organizações de economia social e solidária, que são caracterizadas de forma mais ou menos similar pelos acadêmicos. Bouchard, Cruz Filho e Zerdani (2015) consideram economia social uma das atividades típicas no Québec, no Canadá, tendo sido impulsionada a partir de 1996, quando teve uma definição altamente aceita, visando à melhoria da qualidade de vida de comunidades, integrantes de cooperativas e outros tipos de organizações sociais. Empresa social ou economia social refere-se “à produção de bens e serviços por associações não lucrativas, sociedades mútuas e cooperativas, e por um conjunto de princípios que guiam essas organizações” (Bouchard, Cruz Filho e Zerdani, 2015, p. 43). Neste sentido, a economia social pode também caracterizar a atividade de cooperativas.

Cruz Filho (2016) observa que a expressão “empresa social” originou-se na década de 1990 na Europa e nos Estados Unidos, como um tipo de negócio com objetivos prioritariamente sociais e ambientais. São sinônimos de economia social: empreendimento sem fins lucrativos, negócio com propósito social, inovação social, empresa pública e empresa social. São características dessas empresas: a multiplicidade de recursos, de proprietários, de partes interessadas. São também caracterizadas por atender demandas que o Estado não consegue atingir Cruz Filho (2016), sendo pautadas pela redistribuição de recursos e reciprocidade.

A ideia de economia social vem do século XIX, com o surgimento do voluntarismo e da filantropia. Porém, conforme Birch e Whittam (2008), a economia social pode ser voluntária ou pode ser materializada como uma empresa social,

guiada pela orientação a negócios inovadores, com foco em entregas sociais, mas também assegurando a sustentabilidade financeira. Segundo Birch e Whittam (2008), a empresa social tem um foco coletivo, concentra-se nas motivações de uma liderança, tem uma missão social de mudança, busca laços com a comunidade local, mas pode ser direcionada para atividades de um grupo e não para atividades cooperativas, embora, em ambos os casos, o bem social seja a finalidade maior. A participação democrática, o voluntarismo e o mutualismo, assim como a legitimidade dos cidadãos, são expressões da economia social, que alia independência e princípios não lucrativos.

Outra expressão da economia social consiste no chamado valor compartilhado, que emergiu no início dos anos 2000. De acordo com Chaves e Monzon (2018), estrategistas como Porter e Kramer introduziram o paradigma do valor compartilhado (*shared value*), tentando mobilizar empresas a participarem de causas ambientais e sociais em benefício de comunidades. Dessa forma, “a economia social compreende um espaço da realidade integrado por formas organizacionais privadas criadas por pessoas a fim de responder suas próprias demandas sociais, seus problemas substantivos, e suas aspirações sociais” (Chaves e Monzon, 2018, p.10). Alternativamente, economia social é

um conjunto de entidades que pertencem ao setor público e que funcionam e são gerenciadas de forma democrática e com igualdade de direitos, obrigações dos associados, prática de um regime especial de propriedades e distribuição de ganhos, emprego de excedentes no exercício da crescente melhoria dos serviços aos associados. (Chaves e Monzon, 2018, p. 12)

Fazzi (2012) observa que o modelo emergente de empresa social consiste em trabalhadores com significativas habilidades e especialização em suas funções. Um dos problemas das empresas sociais diz respeito à crescente demanda por coordenação e capacidade de tomada de decisão, que muitas vezes depende da participação das diversas partes interessadas, da motivação e da presença de voluntários. As empresas sociais precisam organizar seu modelo econômico, sua forma de funcionamento, dinâmicas de decisão e relações com as partes interessadas. De acordo com Hilman, Axon e Morrissey (2018), empresas sociais atuam onde as falhas de mercado demandam respostas da sociedade. Existe potencial dessas empresas de criarem valor social e econômico, gerando situações de ganha-ganha. Por isto Hilman, Axon e Morrissey (2018, p. 447) consideram

empresas sociais como “um termo coletivo para uma faixa de organizações que negociam com propósitos sociais”. Hilman, Axon e Morrissey (2018) observam há poucos estudos documentando como, de fato, se gera valor nas organizações sociais, como se dão esses ganhos, e como essas empresas superam barreiras econômicas, financeiras e legais, assim como elas se relacionam com as políticas públicas.

A ideia de economia solidária vem de um mix entre estruturas capitalistas, privadas, e estruturas públicas – essas organizações assumem diversas estruturas jurídicas, conforme explicitado por Alfred Sauvy (apud Cruz Filho, 2016), podendo ser sistemas associativos, movimentos sociais, sistemas de bem-estar, não lucrativos.

Conforme Bouchard, Cruz Filho e Zerdani (2015, p. 43), a economia solidária vem de um contexto de:

economia urbana solidária, que se manifestou no século dezenove com a emergência de iniciativas autônomas, autogerenciadas, sendo iniciativas socioeconômicas, não de mercado, em resposta às condições áspers de vida e trabalho impostas progressivamente pelo desenvolvimento industrial e comercial do capitalismo

A convergência entre economia solidária e economia em geral, em resposta às crises econômicas, é uma característica dos estágios de desenvolvimento da economia alternativa. Outras características são: propósito social, governança democrática, viabilidade econômica, não distribuição ou distribuição limitada de excedentes. Uma das características essenciais da economia solidária é operar sob o princípio da solidariedade mútua, ter propósito especial de servir aos membros da comunidade, e não propósito de lucro, e redirecionar os excedentes, se existem, de forma proporcional aos membros. Além disso, a organização não pode ficar subordinada à autoridade, de forma que o princípio da participação é respeitado (Bouchard Cruz Filho e Zerdani, 2015).

A economia solidária é um modelo que se propõe a ser mais humano e solidário, colocando o trabalhador, detentor da força de trabalho, no centro das decisões, possibilitando o aprendizado, a dignidade no trabalho pela autogestão. Para Nunes (2010), as causas para o seu ressurgimento datam da década de 70, quando houve uma crise no modelo fordista-taylorista de produção, responsáveis pelo desemprego e precarização do trabalho, assim como a ascensão de políticas

neoliberais, responsáveis por aumentar ainda mais a pobreza, exclusão e desigualdade social, através do enfraquecimento de políticas sociais. Este processo ocasiona no fortalecimento da economia solidária, como uma alternativa humana, social e solidária, através da qual o trabalho cooperativo, solidário e autogestionário ganha sentido, dando propósito, dignidade e gerando renda.

Os principais norteadores do trabalho solidário são os princípios da autogestão, em que se apresenta a falta de um patrão ou empregado, todos são donos e responsáveis pelo negócio, aprendendo juntos e tomando decisões em coletivo. A autogestão significa que todos os trabalhadores se organizam de forma democrática e constroem a realidade da gestão juntos, aprendendo durante o processo, o que caracteriza um modelo de gestão ad-hocrático. Uma estrutura ad-hocrática é aquela em que não há um modelo de gestão rígido a ser seguido, os saberes associados à gestão são construídos com o trabalho, em meio aos processos produtivos e dia a dia das tarefas. Desta forma o empreendimento pertence a todos, tanto no envolvimento político, na tomada de decisões, quanto no econômico, na distribuição dos ganhos, baseada na igualdade entre os membros.

E por último, o fio que liga tudo, a solidariedade. O conceito de solidariedade dentro dos empreendimentos, compreende três dimensões, segundo Andrada (2013), econômica, social e política, caminhando juntas e com mesma importância, o caráter econômico adquire um motivo social, que se expressa como ação política. Menciona Paul Singer (2002, *apud* Andrada 2013), ao afirmar que o objetivo não é apenas a eficiência econômica, mas o desenvolvimento humano proporcionado. A Food and Agriculture Organization (FAO, 2013) ressalta o “foco na valorização do ser humano, no desenvolvimento comunitário, na justiça social e na igualdade de gênero, raça e etnia, com respeito aos valores culturais e ao patrimônio ecológico local e responsabilidade com as gerações presente e futura” que estão implícitos ao trabalho solidário.

O modelo, em seu mais profundo significado, se opõe ao individualismo disseminado pelo capitalismo. Ao contrário do capitalismo, na economia solidária os trabalhadores se baseiam na cooperação e democracia, e por meio da autogestão, o trabalho coletivo e a confiança mútua se fortalecem, se tornando cruciais para sua existência (Faria e Pereira, 2012). Para Singer (2000, *apud* Baldissera, 2023), o trabalho através da economia solidária promove um olhar sobre o ser humano, portando o poder de impactar não só a vida cotidiana, mas na transformação do

comportamento, que passa a ser pautado pelos valores da solidariedade e não pela lógica individual capitalista, mostrando seu potencial transformador para além apenas da alternativa ao desemprego, uma mudança na lógica e valores do ser humano.

Em 2012, Faria e Pereira afirmaram que a economia solidária se encontra em expansão, e este acontecimento deve-se ao processo histórico do sistema capitalista. Em um mundo globalizado em que cada dia vemos mais modelos flexíveis de trabalho, em que os trabalhadores excluídos procuram formas alternativas de se organizar. Contradizendo o senso geral de que não é possível alternativas dentro de um sistema capitalista, as autoras citam Singer, ao afirmar que alternativas são possíveis e necessárias, já que o capitalismo exclui uma parte da população economicamente ativa, dentro de seu processo. As organizações alternativas são produto do próprio capitalismo, porém só é possível uma vez que esta população, em união de interesses, toma poder de sua capacidade produtiva e se organiza dentro dos seus interesses, redistribuindo o trabalho e gerando o produto social. Paul Singer (2002) é precursor da discussão sobre economia solidária no país, defendendo o discurso de que esta alternativa é fruto do processo capitalista, num mundo globalizado, em que o mercado é incapaz de absorver toda mão de obra.

Santos (2021) explica que a economia solidária vem ganhando espaço pelo modelo “cooperativista, justo, eficiente e humano”, desenvolvendo suas atividades em diversas dimensões da vida, “seja educativa, política, ambiental, social, cultural, econômica entre outras.” Sendo uma alternativa para geração de renda e inclusão social, e para além do trabalho, um estilo de vida. Envolvem-se em “questões como desenvolvimento sustentável, ambientalismo e objetivos do milênio.” E apesar de ser caracterizado pela cooperação, sem divisões hierárquicas, “ainda assim, pode existir, estruturalmente, a exploração da força de trabalho, o fomento ao individualismo e manutenção do modo de produção capitalista como prioridade na articulação total da produção sistêmica.”

Conforme Esmerio e Alberti (2019, *apud* Bloid e Burnett, 2016), que revisaram 23 estudos sobre economia solidária, este tipo de economia tem por objetivo minimizar as desigualdades da sociedade, e depende de políticas públicas. Eles concluem que muitos países constataram ser melhor ter uma economia distribuída, e não concentrada. No entanto, não há um conceito consensual – “é um movimento de

elementos que continuamente visa a conexões e possibilidades com respeito à possibilidade transformadora de valores compartilhados” (Bloice e Burnett, 2016, p.3). Conforme esses autores, são características da economia solidária: respeito ao meio ambiente, produção correta, sem prejudicar crianças, respeito a culturas locais, luta pela igualdade dos cidadãos, comércio justo, respeito pelos animais, busca por um mundo mais solidário, educação e democracia. Além dessas características, destacam-se autogestão e suporte à pesquisa. Bloice e Burnett (2016) observam que os principais setores da economia solidária são os de finanças, microcrédito, comércio justo, redes de trocas locais, serviços pessoais.

A economia solidária também busca a redução da exclusão digital, a satisfação das necessidades das pessoas antes do lucro, a não separação entre trabalho e capital, a construção de redes internacionais e o trabalho pela democracia. Caracteriza-se também pela propriedade coletiva, disseminação do bem-estar para atender necessidades das pessoas, liberdade de associação, autonomia e gestão democrática (Bloice e Burnett, 2016).

Economias sociais solidárias raramente possuem gestão de projetos, com mensuração e monitoramento. No entanto, essas economias têm por princípio “solidariedade e participação, ambas ajudando na criação de valores por meio de bens e serviços que têm objetivo social e econômico” (Marier-Bienvenue et al., 2017, p. 693). Autonomia e autogestão são características não centradas em indivíduos e em suas necessidades particulares, mas em associações e em benefícios mútuos.

De acordo com Marier-Bienvenue et al. (2017), a economia solidária assume formas diversas, como cooperativas, sociedades mútuas, organizações e associações baseadas em comunidades, empresas sociais e fundações. Contudo, esse tipo de economia também traz lacunas, como falta de capacidade de planejamento, dificuldade de estimativas de custos e orçamento, dificuldades de análise de riscos, planejamento de compras e gestão de desempenho e da mudança (Marier-Bienvenue et al., 2017).

Além dessas iniciativas, existe a Força Tarefa das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária citada por Tan (2016, p. 5-6) como:

a produção de bens e serviços por uma ampla faixa de organizações e empresas que têm objetivos explicitamente social e frequentemente ambiental, guiada por princípios e práticas de cooperação, solidariedade, ética e democracia de autogestão.

O campo da Economia Social Solidária inclui cooperativas e outras formas de empresas sociais, grupos de auto-ajuda, comunidades baseadas em organizações, associações de trabalhadores formais e informais e esquemas de financiamento solidário. Conforme Tan (2016), as organizações de economia solidária atuam em escala local, com sistemas de comércio e de trocas, mas não incluem organizações de caridade nem organizações voluntárias. Têm propósitos ambientais, sociais, econômicos, produzem bens e serviços, têm independência e autonomia administrativa e devem reportar dados sobre a remuneração de seus membros. Características sociais da economia solidária: cooperação, redistribuição de renda, equidade inter e intrageracional, instituições fortes, redistribuição de poder, diálogo social, empoderamento dos cidadãos, atuação local, economia verde.

A Economia Social Solidária (*Social and Solidary Economy*, SSE) é um movimento pivotal na geração de soluções inovativas para problemas relacionados a crises sociais, ambientais e econômicas, permitindo a participação dos trabalhadores, o envolvimento dos consumidores, as relações entre empresas e novas configurações espaciais e sociais. Conforme Tello-Rozas (2016, p.65), a economia social “tem propósito, membros voluntários, distribuição limitada de lucros, autonomia e independência do Estado, governança democrática”. Esse tipo de economia encontra abordagens junto a instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo essas abordagens mais abrangentes no caso da OIT (Bouchard e Hiez, 2022). Mesmo com a profusão de definições, a economia social e solidária não é um fenômeno homogêneo, apresentando nuances diferentes de acordo com a cultura onde se insere (Bouchard e Hiez, 2022). Isso também dificulta a identificação e a homogeneização de métricas para avaliar este tipo de economia.

As cooperativas incorporam todas essas características das economias social e solidária. São definidas como associações de pessoas que, voluntariamente, se organizam a fim de atingir metas econômicas, sociais e culturais tendo por meio uma organização de posse comum controlada de forma democrática (Moxom et al., 2022). Caracterizam-se por seu forte vínculo junto a comunidades onde estão inseridas. Conforme Carin, El-Houssef e Spareboom (2015, p.27), cooperativa está relacionada

a uma associação autônoma composta principalmente por pessoas unidas de forma voluntária a fim de satisfazer suas necessidades comuns, econômicas, sociais e culturais, e suas aspirações por meio de uma organização mantida em conjunto e controlada de forma democrática.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) entende cooperativas como sociedades de pessoas que buscam o bem dos cooperados, onde a distribuição dos resultados se vincula às operações dos sócios e não ao capital e onde os direitos políticos se vinculam às pessoas (cada pessoa representa um voto), e não à participação no capital.

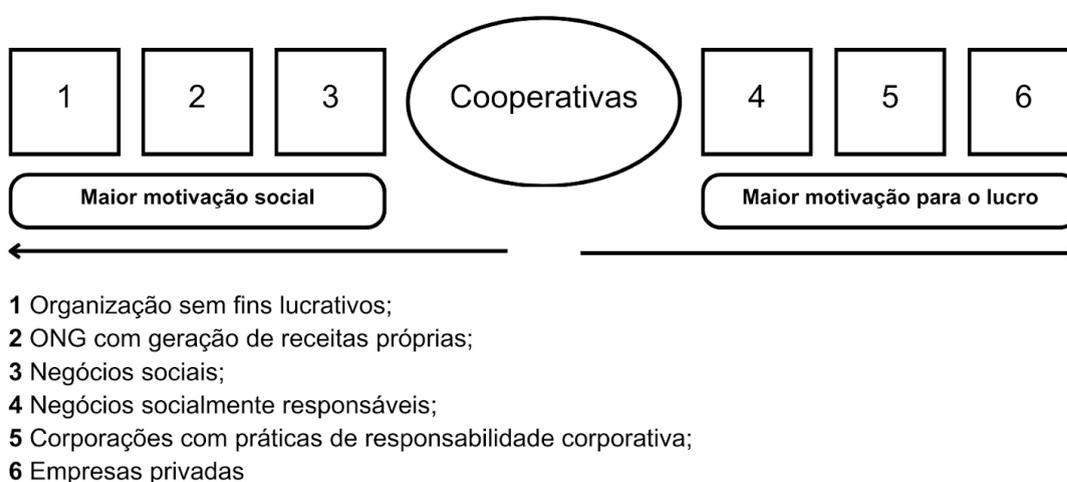
A cooperação é uma forma de organização do trabalho que permite trocas equitativas por meio das quais todos cooperam para atender às necessidades de todos, se beneficiando igualmente, de modo coletivo, o que também propicia o uso consciente de recursos naturais. Em relação à sustentabilidade, Faria e Pereira (2012) ainda afirmam a respeito da economia solidária: “A cooperação, o desenvolvimento humano e a sustentabilidade aparecem explícitos ou implícitos nas definições e conceitos da economia solidária, uma vez que a sua prática tem como sujeito e finalidade o indivíduo.” Para Riva (2013), a Economia Solidária é possível graças ao cooperativismo, que para existir interliga os indivíduos com finalidades em comum, ao mercado consumidor, ganhando nesse processo, tanto os cooperados, quanto o consumidor. Independentemente da forma que se denominam (associações, cooperativas,...), são primeiramente solidários e autogestionários, repartindo custos e lucros e administrando seu próprio empreendimento.

O objetivo de toda a organização se une em torno de uma ação econômica da geração de renda e desenvolvimento, através do empreendimento. a Food and Agriculture Organization (FAO, 2017), explica a ação econômica pela criação de vínculos e laços entre todas as partes envolvidas, como quem produz, financia, comercializa e consome, a fim de promover um desenvolvimento local no combate à pobreza e geração de renda.

Para melhor representar os tipos de organizações e suas relações com as questões ambientais e sociais, Rodrigues (2016) classificou-as em: sem fins lucrativos, ONGs com geração de receitas próprias e negócios sociais, de um lado; e negócios socialmente responsáveis, corporações com práticas de responsabilidade corporativa e empresas tradicionais lucrativas, de outro. O que separa esses grupos

de três em três tipos é o direcionamento dos retornos e o tipo de público alvo ao qual prestar contas. Nos três primeiros casos, o lucro é reinvestido na organização, e o público-alvo são todas as partes interessadas. Nos três últimos, o lucro é individualizado, vai para agentes privados, e a prestação de contas é direcionada aos acionistas ou partes da sociedade que têm participação econômica (investimento) na organização. A Figura 2 representa a classificação considerada por Rodrigues.

Figura 2 – Espectro das organizações conforme seu direcionamento mais ou menos social.



Fonte: Adaptado de Rodrigues et al. (2016)

Embora uma a cada seis pessoas no mundo (1,2 bilhão de pessoas) pertença a uma cooperativa, que são mais de 2,9 milhões de estabelecimentos no mundo (Iyer, 2020), as cooperativas ainda não têm reconhecimento sobre seu papel de forte liderança em níveis regional e global (Moxom et al., 2022). Assim como Bouchard, Cruz Filho e Zerdani (2015), Carini, El-Houssef e Sparreboom (2015) entendem que os membros de uma cooperativa recebem uma compensação limitada, quando muito. Apesar de haver muitos estudos sobre cooperativas, o conhecimento a respeito de como são as dimensões econômicas e sociais das cooperativas é ainda muito fragmentado (Carini, El-Houssef e Sparreboom, 2015, p. 27). Uma cooperativa, portanto, é:

uma associação autônoma composta principalmente por pessoas voluntárias, unidas para atingir suas necessidades comuns, econômicas, sociais e culturais, e suas aspirações através de um empreendimento democraticamente controlado.

Bauermann (2023) estudou as cooperativas no Rio Grande do Sul e como elas desempenham com relação à sustentabilidade. Este autor lembra que o cooperativismo é um fenômeno do século XVIII, baseado em princípios de solidariedade, equidade, fraternidade, responsabilidade e democracia. Segundo a Organização de Cooperativas Brasileira (OCB), o setor gerou um retorno de 13 bilhões de reais em 2019 e 18 bilhões de reais em pagamentos de salários em 2019. O cooperativismo é focado em pessoas, permite a redistribuição de resultados de forma justa, e as cooperativas podem facilmente adotar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). No Rio Grande do Sul, as cooperativas são principalmente as de agricultura, crédito, transporte, trabalho artesanal, saúde, consumo e infraestrutura.

No Brasil, de acordo com a cartilha lançada “Legislação sobre o Terceiro Setor” (Câmara Brasília, 2016), as entidades do terceiro setor são regidas pelo Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/2002). Esse documento explica que apesar de denominadas ONGs (organizações não governamentais), as cooperativas se constituem juridicamente em forma de associações e fundações. Por exercer atividades de interesse social e coletivo, elas recebem recursos públicos, desde que preencham os requisitos presentes na legislação. Também explica que “por receberem recursos públicos, as paraestatais sujeitam-se ao controle pela administração pública e pelos tribunais de contas. Além disso, por atuarem ao lado do Estado, sofrem uma derrogação parcial do seu regime jurídico, que é predominantemente privado, em face das regras de direito público” (Câmara dos Deputados, 2016, p.16).

No caso das cooperativas, elas estão enquadradas pela Constituição Federal, no Novo Código Civil, com amparo da Lei nº 5.764/1971 (lei do cooperativismo), em que são enumeradas as regras que regem o modelo cooperativista brasileiro. Na lei estão presentes os procedimentos legais para a criação de uma cooperativa, o direito e os deveres dos associados, e descritas as características do modelo de negócio, que no Brasil são: adesão voluntária, com número ilimitado de associados; singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; quorum para o funcionamento e deliberação da assembleia geral, baseado no número de associados e não no capital; retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo

associado, salvo deliberação em contrário da assembleia geral; neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social; prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa. No critério da lei, pelo Código Civil Brasileiro, as cooperativas se caracterizam por: variabilidade ou dispensa do capital social; concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo; limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio pode tomar; não transferência das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança; quórum para a assembleia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião e não no capital social representado; direito de cada sócio a um voto nas deliberações, tenha ou não capital na sociedade e qualquer que seja o valor de sua participação; distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado; indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

A Lei nº 12.690/2012, insere a regulamentação para os trabalhadores em cooperativas: retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas; duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; repouso anual remunerado; retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; seguro de acidente de trabalho. Além de alterar o número mínimo exigido para a constituição de uma cooperativa, para 7 sócios.

Em matéria publicada no site das Nações Unidas (2021), a redação destaca a importância das cooperativas como agentes transformadores do ambiente socioeconômico, com poder de contribuir para as comunidades alcançarem o desenvolvimento sustentável, assim como a adoção de valores de cooperação e solidariedade, gerando emprego e renda. Destaca também dados da OCB, levantando o número de 4.868 cooperativas no Brasil (2020), este elevado número de cooperativas emprega 17 milhões de cooperados, e gera uma receita de R\$ 415 bilhões (2020), representando um aumento de receita em 34% em comparação ao

ano anterior. Em 2020, o setor foi responsável pela criação de 455.095 postos de diretos de trabalho, com aumento em 6% frente ao ano anterior, mesmo em meio a uma crise econômica e sanitária (COVID 2019). As Nações Unidas (2021) reconhecem o impacto positivo que as cooperativas trazem às pessoas e à economia, com o destaque de que um número expressivo destas organizações está localizado em cidades remotas. O PNUD também está trilhando um caminho para auxiliar as cooperativas a vincular a Agenda 2030 como ferramenta de planejamento e mensuração de resultados, adicionando conhecimento técnico. Na subseção 2.3, serão abordadas as cooperativas no contexto atual dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e como elas vêm se transformando para atender a agenda global da sustentabilidade.

2.2 MÉTRICAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA NO TERCEIRO SETOR

Conforme já abordado, um dos maiores entraves para compreender a evolução das organizações do Terceiro Setor – saber o quanto efetiva elas são para a sustentabilidade ambiental, social e econômica – é ter clareza a respeito de sua missão em termos de responsabilidade social corporativa (González Martín e Rodríguez., 2021) e buscar as formas de aplicação dos indicadores de desempenho – quando existem e no contexto em que existem. Wells (2007) observa que as instituições do Terceiro Setor têm fragilidades para realizar suas práticas de auditoria. Neste sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio de sua Recomendação número 193/2002, refere-se à necessidade de haver serviços de aconselhamento legal para as cooperativas, em níveis nacional e internacional.

Entre as demandas de informação das cooperativas estão: número dessas organizações e suas características; número de trabalhadores engajados; estatísticas sobre o valor de produção das cooperativas. No entanto, é difícil estabelecer uma comparação devida entre as cooperativas, mesmo tendo esses dados, pois elas são muito diversas (Carini, El-Houssef e Sparreboom, 2015).

Como as organizações do Terceiro Setor são muito diversas, a observância de princípios comuns a elas aplicáveis pode auxiliar num primeiro direcionamento da questão de métricas ambientais, sociais e de governança dessas organizações para

a comunidade. De acordo com Christianson (2015), as métricas podem ser classificadas em (i) as que descrevem a organização: operações, modelo/tipo de organização, setor de atividade, localização; (ii) as que tratam do impacto das operações: membros, empregados, voluntários; (iii) as que dizem respeito aos produtos: descrevem os impactos dos produtos e serviços da organização; (iv) as de natureza financeira: relatório financeiro.

Em 2008, foi desenvolvido o *Scorecard* de Sustentabilidade das Cooperativas por parte da *International Cooperative Alliance* (ICA). Nesse documento, segundo Christianson (2015), foi destacado o compromisso das cooperativas em relação ao seu desenvolvimento ambiental, econômico e social. Nesse *scorecard*, são estabelecidas de 14 a 25 métricas ambientais, de 20 a 35 métricas sociais e de 17 a 18 métricas econômicas. Entre os benefícios de usar o *scorecard* para as cooperativas, estão: melhor compreensão dos riscos e das oportunidades; maior entendimento das relações entre os aspectos financeiros e não financeiros; obtenção de elementos para elaboração de um plano de negócios estratégico; redução de custos, melhor delineamento de processos, aumento da eficiência; possibilidade de avaliação do desempenho da sustentabilidade; possibilidade de avaliação quanto ao cumprimento de normas, leis, códigos e padrões de desempenho quanto a iniciativas voluntárias; possibilidade de comparação com o desempenho de outras cooperativas (Christianson, 2015). Algumas questões do *scorecard* são: a cooperativa mantém seus colaboradores informados sobre as atividades? Avalia regularmente o nível de satisfação das pessoas? Estimula a participação das pessoas? Demonstra transparência, rastreabilidade, resiliência e inovação para a sustentabilidade? Qual a contribuição da cooperativa para as partes interessadas? Como a cooperativa se engaja com a comunidade? (Christianson, 2015).

Além das questões colocadas pelo *Scorecard* da ICA, existe o *Co-op Index* de 2014, que permite às cooperativas realizarem auto-diagnóstico em termos de governança, princípios e valores. Hough (2015) destaca que este índice possibilita avaliar conhecimentos, habilidades, comprometimento, visão compartilhada e identidade. São avaliados valores como responsabilidade, democracia, equidade, solidariedade, valores éticos e capacidades dos colaboradores. As dimensões do *Co-op Index*, conforme Hough (2015), são: (i) mecanismos de comunicação – transparência e feedback; (ii) mecanismos para as pessoas – desenvolvimento da

remuneração, inovação, políticas para pessoas, atitudes, responsabilidades, melhorias de processos; (iii) mecanismos para clima organizacional: gestão do clima, liderança, competências, gestão de estilo; (iv) mecanismos para resultados: auto-realização, cooperação, independência, cuidado com a comunidade; cuidado com o meio ambiente.

Outro indicador importante é a capacidade da organização de assumir financiamentos para realizar suas atividades. Segundo o Barômetro de Microfinanças (2013), mulheres que trabalham com economia solidária correspondiam a 73% das que pediam empréstimo financeiro em 2011. As microfinanças de apoio a negócios como pequenas empresas têxteis, por exemplo, são caracterizadas por alto grau de comprometimento e transparência. As microfinanças são caracterizadas por expansão dos serviços para pessoas de baixa renda, integração com fatores ambientais e sociais como requisitos a empréstimos e compromisso com transparência. Uma outra expressão para microfinanças, nesse contexto, são os investimentos sociais. Mackenciúte et al. (2020) definem investimento social como o uso de fundos para gerar retornos sociais e financeiros e oferecer formas de ajudar as organizações sociais a acessarem financiamento. O investimento de impacto social consiste no uso de recursos financeiros para gerar retornos diversos para a sociedade, mas a maioria dos países não têm estratégias abrangentes e guias para realizar investimentos sociais, havendo falta de coordenação entre os fundos e falta de padronização de mensurações. Daí a importância de se desenvolver uma taxonomia para incluir objetivos sociais e formas de mensurar o impacto.

Como garantir que as organizações sociais ou de economia solidária sejam sustentáveis? Quais fatores influenciam mais na sua sustentabilidade? Essas foram questões que Marconatto, Ladeira e Wegner (2019) propuseram ao avaliar as características de sustentabilidade de mais de seis mil organizações sociais. Eles estudaram fatores como a fonte do capital, tamanho da organização, gênero dos líderes e incubação para avaliar como esses fatores se relacionam com a sustentabilidade em 6 mil organizações sociais. De acordo com Marconatto, Ladeira e Wegner (2019), as fontes externas de capital têm efeito positivo sobre a sustentabilidade das organizações de economia solidária, e as organizações desse tipo, lideradas por mulheres, são melhor orientadas para a sustentabilidade.

Conforme Marconatto, Ladeira e Wegner (2019), as organizações de economia solidária geralmente buscam reduzir problemas como desigualdades de gênero, falta de participação democrática, degradação ambiental, possuindo grande capacidade de engajamento local. Na perspectiva desses autores, a sustentabilidade financeira dá base para outros tipos de sustentabilidade, sendo uma resposta às falhas dos governos em prover serviços básicos de saúde e educação à população. Até 2019, a legislação sobre Economia Solidária no Brasil era praticamente inexistente, e a maioria das organizações desse setor são agroindústrias que criam serviços e produtos para ajudar a dar mais poder às minorias. Essas organizações, conforme Marconatto, Ladeira e Wegner (2019), aderem aos ODS e buscam a diversidade ecológica, o enfrentamento aos problemas ambientais, à pobreza e à desigualdade. Outra marca dessas organizações é o engajamento com a comunidade onde estão, o que faz ampliar a sua rede de colaboração.

Além dessas variáveis levantadas por Marconatto, Ladeira e Wegner (2019), é preciso estar atento às questões de gestão e práticas contábeis. São essas as variáveis que Paiva e Carvalho (2018) consideram sensíveis em termos de métricas nas organizações do Terceiro Setor em países pouco desenvolvidos. Esses autores verificaram que existem relações entre o tipo de organização e os recursos obtidos, a abertura e as declarações financeiras, o uso de planos e orçamentos operacionais. Conforme Paiva e Carvalho (2018), há uma grande relevância do Terceiro Setor sobre atividades informais, e o próprio Terceiro Setor vem ganhando importância em países pouco desenvolvidos. Essa relevância se traduz na promoção do crescimento de setores informais, maior acesso a financiamento e integração entre o setor informal e empresas locais. Isto leva a que as organizações do Terceiro Setor desenvolvam alguns instrumentos para autoverificação de seu desempenho – indicadores como tipo de atividade, anos de existência, resultados no período de cinco a dez anos, formas de divulgação dos dados e atividades. Mesmo assim, ainda faltam elementos mais claros para a divulgação de dados, restando às organizações seguir as leis específicas de sua área.

Slomski et al. (2022) avaliaram as práticas de governança do Terceiro Setor no Brasil. Entre os aspectos normativos avaliados estão: integridade de cumprimento das normas, condução de mecanismos éticos, controles internos, leis, regulações e riscos gerenciais. Esses autores também avaliaram aspectos

comerciais da governança, como adoção e formalização de relações com parceiros, consumidores e fornecedores; aderência a políticas de sustentabilidade, incluindo a sustentabilidade financeira e medidas de responsabilidade social corporativa. Conforme Slomski et al. (2022), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) provê alguns pilares para cumprimento de práticas corporativas, como alinhamento de processos, cumprimento de padrões, procedimentos ambientais e sociais e campanhas de marketing.

O termo governança surgiu no Brasil a partir dos anos 1990, quando um conjunto de investidores não estavam satisfeitos com os modelos de administração de algumas empresas, prejudicando seus interesses e de outros acionistas. O conceito de governança pode ser compreendido como um conjunto de práticas e mecanismos utilizados por instituições para garantir a ética e transparência, aliados a boas práticas de gestão, auxiliando na tomada de decisões e relações com *stakeholders*. Segundo o IBGC (2023), a governança evoluiu bastante nos últimos anos, otimizando o valor econômico e a geração de valor compartilhado a todos *stakeholders*, a perspectiva atual entende que há interdependência entre organizações e as realidades econômica, social e ambiental em que estão inseridas.

Em sua última atualização do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (2023), o IBGC atualizou sua definição de governança corporativa, adicionando um quinto elemento ao conjunto: a sustentabilidade. “Governança corporativa é um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral. Esse sistema baliza a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente” (IBGC, 2023).

Este conjunto de princípios são aplicáveis a todas organizações, indiferente a porte, natureza jurídica ou estrutura de capital, combinados à conformidade com as leis e regulamentos, são eles:

Integridade: Praticar e promover o contínuo aprimoramento da cultura ética na organização, evitando decisões sob a influência de conflitos de interesses, mantendo a coerência entre discurso e ação e preservando a lealdade à organização e o cuidado com suas partes interessadas, com a

sociedade em geral e com o meio ambiente; **Transparência:** Disponibilizar, para as partes interessadas, informações verdadeiras, tempestivas, coerentes, claras e relevantes, sejam elas positivas ou negativas, e não apenas aquelas exigidas por leis ou regulamentos. Essas informações não devem restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os fatores ambiental, social e de governança. A promoção da transparência favorece o desenvolvimento dos negócios e estimula um ambiente de confiança para o relacionamento de todas as partes interessadas; **Equidade:** Tratar todos os sócios e demais partes interessadas de maneira justa, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, como indivíduos ou coletivamente. A equidade pressupõe uma abordagem diferenciada conforme as relações e demandas de cada parte interessada com a organização, motivada pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão, pluralismo e igualdade de direitos e oportunidades; **Responsabilização (Accountability):** Desempenhar suas funções com diligência, independência e com vistas à geração de valor sustentável no longo prazo, assumindo a responsabilidade pelas consequências de seus atos e omissões. Além disso, prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, cientes de que suas decisões podem não apenas responsabilizá-los individualmente, como impactar a organização, suas partes interessadas e o meio ambiente; **Sustentabilidade:** Zelar pela viabilidade econômico-financeira da organização, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e operações, e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, natural, reputacional) no curto, médio e longo prazos. Nessa perspectiva, compreender que as organizações atuam em uma relação de interdependência com os ecossistemas social, econômico e ambiental, fortalecendo seu protagonismo e suas responsabilidades perante a sociedade. (IBGC, 2023. p.18-19.)

No Brasil, a Lei 12.846/2013 estabelece responsabilidades civis e legais por má conduta e má governança – práticas que afetam o Terceiro Setor (Slomski et al., 2022). As organizações sem fins lucrativos enfrentam demandas crescentes por governança e melhores práticas contábeis. A cultura de *compliance* – cumprimento de regras – é uma lacuna deste setor. Os contextos político, social e econômico estão mudando e requerem mecanismos de prevenção e regulação. Treinamento e monitoramento de pessoas, controles internos são práticas de governança necessárias no Terceiro Setor. A maior parte da gestão de organizações desse setor

é precária. Conforme Slomski et al. (2022), é fundamental a adoção de práticas de *compliance* e do estabelecimento de uma cultura nesse sentido para se materializar a responsabilidade social corporativa e a sustentabilidade nessas organizações.

Numa visão institucional, na qual os comportamentos são sustentados por normas e regulamentos, as organizações do Terceiro Setor buscam a conformidade a normas para amenizar riscos e atingir legitimidade. Desta forma, as instituições buscam estar de acordo com o que é esperado, as pressões coercitivas (impostas por consumidores e pelo mercado), miméticas (impostas por organizações do mesmo setor) e normativas (impostas por leis e regulamentos). Quando atingem um determinado patamar de consenso com organizações mais avançadas, passam à adoção das melhores práticas (Slomski et al., 2022).

A governança no Terceiro Setor, segundo Slomski et al. (2022, p. 46), “é o sistema pelo qual as organizações realizam, monitoram e são encorajadas, envolvendo a relação entre parceiros, grupos de diretores, supervisores e de controle e outras partes interessadas”. A estrutura de governança depende da realização de assembleias de associados, corpo de gestores, comitê de auditoria, comitê executivo. É necessário haver uma cultura de conformidade para se chegar à sustentabilidade. A boa governança também busca preservar o valor econômico da organização (Slomski et al., 2022).

Mook (2020) observa que, na evolução das perspectivas do compromisso social, ambiental e econômico do Terceiro Setor, a contabilidade dessa área traz três épocas distintas: num primeiro momento, a necessidade de afirmar o cumprimento de objetivos de responsabilidade social corporativa (década de 1970); num segundo momento, o reforço da interdependência entre os aspectos econômicos, sociais e ecológicos, por meio do TBL (1990); e mais recentemente, por meio da profusão dos relatórios padronizados (2000), especialmente a partir da popularização da Agenda 2030 da ONU, que enfatiza o cumprimento dos ODS. Nos aspectos de responsabilidade social corporativa, são enfatizadas a necessidade de uma base econômica sólida, de cumprimento das leis sobre aspectos de trabalho justo; de ética e transparência; e ainda aspectos discricionários, que ficam por conta dos diferenciais de cada organização. No TBL, busca-se o equilíbrio entre indicadores financeiros, sociais e ambientais. E em relação à Agenda 2030, procura-se construir uma linguagem comum para cada ODS, propósitos compartilhados para uma multiplicidade de atores. Apesar desses avanços, segundo Alomoto, Niñerola e Pié

(2021), a maioria dos impactos sociais são avaliados com base em indicadores gerados por estudos nos Estados Unidos.

No Terceiro Setor, diversos autores apontam lacunas quanto ao uso de indicadores, como a falta de padronização de dados sociais e ambientais (Utting e O'Neil, 2020); problemas com as formas de reportar impactos sociais gerados por fundos (Rizzello e Kabli, 2020) e indicadores sociais relativos a condições de trabalho (Sultana, Endut e Hussein, 2020). Segundo Mook (2020), a contabilidade social gera comportamentos, não é livre de questões morais. A contabilidade social inclui questões ambientais, de redução da poluição, de produção de produtos mais seguros e confiáveis, melhor emprego e satisfação no trabalho.

Nos anos 1970, nos Estados Unidos, foram publicadas declarações sobre questões de trabalho e diferenças de ganhos entre homens e mulheres. Em 1987, o Relatório Brundtland conceituou as ideias de pessoas, planeta e lucros, o que desencadeou no TBL. Pouco antes dos anos 2000, o Global Reporting Initiative (GRI) propôs verificar os aspectos materiais da sustentabilidade em diversos setores. Essa tentativa foi ainda complementada por propostas de considerar a perspectiva das finanças dos consumidores, do progresso interno das organizações e do aprendizado para a sustentabilidade – uma espécie de adaptação do *Balanced Score Card* para a contabilidade das organizações sociais (Mook, 2020). Em uma onda mais recente, os ODS foram integrados ao impacto social como impacto coletivo, que implicou a busca de agendas comuns entre instituições para se construir sistemas de mensuração, mútuo reforço de atividades, comunicação contínua e suporte.

Existe a Aliança Internacional de Cooperativas (ICA), e há princípios universais das cooperativas, como voluntarismo, abertura a membros, controle democrático, participação econômica, autonomia, independência e educação, treinamento e troca de informações entre as cooperativas. Em nível global, a OCDE (2022, p.2) criou um documento para oferecer orientações a fim de

aumentar o conhecimento e o entendimento sobre as estruturas legais para a economia social e solidária; explorar as abordagens e tendências das estruturas legais que regulam a economia social e solidária como um todo e a economia social das organizações; e entender como as estruturas legais podem ser usadas para promover e desenvolver a economia social e solidária em diferentes contextos.

No Brasil, o perfil das organizações do Terceiro Setor é distinto do perfil apresentado na União Europeia, pois a economia solidária brasileira é muito pouco formalizada, havendo mais regras para as cooperativas. Bouchard e Rousselière (2022) frisam que há um crescente interesse em como medir os impactos da economia social e solidária. Segundo esses autores, as partes interessadas externas estão se tornando cada vez mais importantes nesse processo. Muito da evolução dos modelos de relatório de impactos ecológicos e sociais se deve a programas como a Coalizão para Economias Ambientalmente Responsáveis (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*, CERES) e ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Embora a avaliação realizada por meio de relatórios seja uma forma de mensurar o direcionamento da gestão, as ferramentas de mensuração não vêm do setor não-governamental, e sim, geralmente, do setor privado (Bouchard e Rousselière, 2022). Um dos problemas é como engajar as partes interessadas e como estimular a abertura voluntária de dados.

Segundo Prim (2021), o Relatório Integrado é uma forma efetiva de reunir informações financeiras e não financeiras das empresas ou de organizações do Terceiro Setor. O relatório integrado foi criado pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e serve também para as cooperativas debaterem suas atividades com as partes interessadas. Prim (2021) observa que a ICA, assim como o *World Cooperative Monitor* (WCM), reúne 4.575 organizações no mundo. Somente no Brasil, as cooperativas movimentaram 100 milhões de dólares em 2019. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 2020, aprovou a padronização de relatórios, mas isso foi apenas uma recomendação (Prim, 2021).

Nogueira (2021) destaca que existe em andamento uma Emenda Constitucional no Brasil, a emenda 69/2019, para elevar a economia solidária a um princípio constitucional. Também foi criada a Estratégia Nacional de Impacto dos Empreendedores (Enimpacto), que seria equivalente aos princípios de governança ambiental e social (ESG). A economia solidária, conforme Nogueira (2021), é entendida como um movimento com foco em pessoas, em distribuição e consumo de bem-estar. Tem como princípio a propriedade coletiva, a associação de capital, a solidariedade e a liberdade econômica. No final dos anos 1990, foi criado um movimento de incubadoras da economia solidária e, em 2003, foi criada uma Agência de Desenvolvimento da Economia Solidária. Entre 2003 e 2010, foram

patrocinadas 28 incubadoras de cooperativas. Ainda conforme Nogueira (2021), o Empreendedorismo de Economia Solidária está encaixado no Sistema Nacional de Comércio Justo e Economia Solidária – seguindo o Decreto 7.358/2010. Desta forma, os produtos da economia solidária apresentam preços justos, mas eventualmente eles também podem ser mais caros que os similares. Nogueira (2021) alerta que os empreendimentos solidários precisam ter continuidade no tempo e uma das formas de fazer frente a este problema é a Estratégia Nacional de Negócios e Investimentos de Impacto (Enimpecto), criada a partir da visão ESG. No entanto, ainda não há um detalhamento sobre como as organizações do Terceiro Setor devem reportar seus dados ambientais, sociais e econômicos.

Atualmente, as leis que regem o setor cooperativo ou que têm alguma interface com esse setor regem principalmente os aspectos administrativos e operacionais das cooperativas, mas não trazem elementos de relatórios de impactos. Nogueira (2021) destaca como principais leis: a Lei Geral das Cooperativas, de 1971; artigos da Constituição Federal de 1988; a Lei 9.637/1988, relativa a Organizações Sociais; a Lei 9.790/1990, referente às Sociedades Públicas de Interesse da Sociedade Civil (Oscips); o Código Civil de 2002; a Lei 12.102/2009, sobre organizações sem fins lucrativos com Certificado de Entidade Assistencial Beneficente (CEBAS); a Lei 130/2009, relativa às Cooperativas de Crédito; a Lei 12.460/2012, referente às Cooperativas de Trabalhadores; e a Lei 13.019/2014, sobre Organização da Sociedade Civil. Mais recentemente, está tramitando o projeto de lei 6.606/2019, que consiste no Enimpecto.

2.3 ODS E SUA RELAÇÃO COM AS COOPERATIVAS

O Desenvolvimento Sustentável se fundamenta nos princípios delineados no relatório de Brundtland e, em termos gerais, representa o caminho essencial para atingir a sustentabilidade (Feil e Schreiber, 2017). Dentro dessa visão de longo prazo, a Organização das Nações Unidas (ONU) formulou agendas e elaborou planos internacionais, fornecendo aos países membros a definição de metas com um objetivo compartilhado. No ano 2000, líderes de 189 países definiram uma agenda com oito objetivos, chamados Objetivos do Milênio: erradicar a fome extrema e a pobreza; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade

entre os sexos e a autonomia da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer parcerias globais para o desenvolvimento (Nações Unidas, 2010).

Durante a COP16 (16ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), em 2010, houve uma chamada para reformular a agenda dos Objetivos do Milênio, resultando nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a ampliação de oito para 17 objetivos. Esse processo envolveu um grupo de trabalho composto por representantes de 70 países, incluindo políticos, membros da sociedade civil e da comunidade científica. O resultado foi uma nova agenda para 2030, “A Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015), na qual 193 países aderiram aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, divididos em 169 metas, propostos pela ONU. Esses objetivos visam abordar uma gama mais ampla de questões, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, igualdade de gênero, água limpa, saneamento, energia acessível, trabalho decente, redução das desigualdades, ação climática, vida na água, vida terrestre, paz, justiça e parcerias para atingir esses objetivos. Há por último uma seção sobre meios de implementação e parcerias globais, e um arcabouço para monitoramento e revisão.

O processo de formulação dos ODS durou dois anos, iniciando em 2013, e contou com a participação das partes interessadas por meio da Plataforma *My World* (“Meu Mundo”). Esses objetivos entraram em vigor em 2016. Uma característica crucial desse processo é o princípio da soberania plena e permanente, esse princípio foi estabelecido para garantir a universalidade e o desenvolvimento integrado dos ODS, assegurando que sejam aplicáveis a todas as nações, levando em consideração suas individualidades. O objetivo subjacente é respeitar a cultura nacional em um contexto global, permitindo que cada país adapte as metas de acordo com suas características específicas. Essa abordagem visa garantir que todos os países tenham a capacidade de alcançar esses objetivos de maneira eficaz e sustentável, promovendo a inclusão e a efetividade global dessas metas.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável está baseado em 5 pilares fundamentais para sua consecução, os 5 P’s: paz, pessoas, planeta, prosperidade e parcerias, conforme Figura 3.

Figura 3 – Os 5 P's da Sustentabilidade



Fonte: Movimento Nacional ODS SC (2024)

Conforme a declaração original da estrutura dos ODS, as cinco dimensões de “P” têm a seguinte descrição:

Pessoas: Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável; **Planeta:** Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras; **Prosperidade:** Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza; **Paz:** Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável; **Parceria:** Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas. (ONU Brasil, 2015).

É fundamental monitorar o progresso das Nações em relação aos ODS, e as COPs desempenham um papel crucial nesse acompanhamento. O Fórum Político de Alto Nível (High Level Political Forum, *HLPF*) supervisiona globalmente esse

processo, trabalhando sob os auspícios da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social da ONU. Esse mecanismo permite a troca de experiências, debates e acordos entre os países membros, visando ao alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030 (ODS BRASIL). A Figura 4 representa o agrupamento dos ODS na ordem em que foram formulados.

Figura 4 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU Brasil (2024)

Em cada objetivo se encontra listada uma série de metas dimensionáveis para avaliar o avanço em relação global das ODS. A partir do dimensionamento de impactos, cada país comunica e traça novas metas visando avançar. Estas metas possuem um prazo e cada país traça um planejamento estratégico dentro do conceito de soberania plena e realidade local. As COPs auxiliam no intercâmbio de experiências, em que representantes a nível regional participam e compartilham inovações no enfrentamento das adversidades. O site ODS Brasil explica sobre os indicadores, e destaca que para atingir os objetivos, será necessário esforço conjunto e solidário das partes, movimentação de recursos e participação da iniciativa privada, governos, sociedade civil, juntamente com o Sistema ONU. No site ODS Brasil existe a possibilidade de acessar dados diretos relacionados a cada objetivo e métricas já produzidas, ou indicadores em análise/construção.

Dados de qualidade, acessíveis, atualizados, confiáveis e desagregados, baseados em fontes oficiais nacionais, serão necessários para a produção periódica dos indicadores, que auxiliarão o monitoramento dos objetivos e metas. O quadro de indicadores globais foi desenvolvido pelo Grupo Interagencial e de Peritos sobre os Indicadores ODS, e foi aprovado pela Comissão de Estatística da ONU e adotado pelo ECOSOC e pela Assembleia Geral. (ODS Brasil, 2014.)

Existem divergências na divisão dimensional da sustentabilidade, atualmente a mais empregada é a proposta pelo relatório Brundtland, os três pilares da sustentabilidade *TBL*, ou tripé da sustentabilidade, proposto por John Elkington (1998, *apud* Baldissera, 2023) e ilustrado na Figura 5. Segundo ele, uma empresa só pode ser considerada verdadeiramente lucrativa se integrar os três pilares desde o seu planejamento de negócios, e utilizando-os como norteadores em todo processo de gestão. Essa abordagem representa uma evolução importante na compreensão da sustentabilidade, indo além da preocupação apenas com aspectos ambientais, incorporando também dimensões sociais e econômicas. A ideia é que o sucesso de uma empresa não deve ser medido apenas por seus resultados financeiros, mas também pelo impacto positivo que ela gera no meio ambiente e na sociedade em geral. Essa perspectiva tem ganhado destaque nas discussões sobre responsabilidade corporativa e desenvolvimento sustentável, influenciando muitas organizações a adotarem práticas mais holísticas e socialmente responsáveis.

Figura 5 – Tripé da Sustentabilidade



Fonte: Adaptado de Dalibozhko e Krakovetskaya (2018)

Nota: A figura ilustra esse modelo e explicita o conceito de desenvolvimento sustentável dentro dos limites suportáveis, viáveis e equitativos.

Para Baldissera (2023), a abordagem de Brundtland poderia ser limítrofe na hora de colocar as ODS em prática. Baldissera apresenta oito dimensões quantificáveis, propostas por Ignacy Sachs, economista, e que poderiam facilitar intervenções locais e específicas. As oito dimensões dividem-se em: social, distribuição de renda, qualidade de vida e maior igualdade social; cultural, equilíbrio entre tradição e inovação, dando autonomia a projetos nacionais, ao mesmo tempo em que promove a confiança e abertura para o mundo; ecológica, preservação dos recursos naturais, bem como limitação de uso; ambiental, respeito aos ecossistemas naturais; territorial, equilíbrio entre os meios urbanos e rurais, implementação de estratégias de desenvolvimento local; econômica, equilíbrio econômico entre setores, segurança alimentar, modernização dos meios produtivos e incentivo a pesquisas científicas; política nacional, proteção da democracia e dos direitos humanos, além de incentivo à parceria entre governos e empreendedores; e política internacional, promoção da paz e da cooperação internacional, controle financeiro, gestão da diversidade natural e cultural e cooperação científica.

Para melhor síntese, os ODS estão organizados em quatro dimensões, seguindo a abordagem TBL, acrescida da dimensão institucional. Na Figura 6, estão representadas essas quatro dimensões, com o seguinte critério de divisão:

- **Social:** relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça;
- **Ambiental:** trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas;
- **Econômica:** aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia, entre outros;
- **Institucional:** diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS.

Figura 6 - Dimensões dos ODS

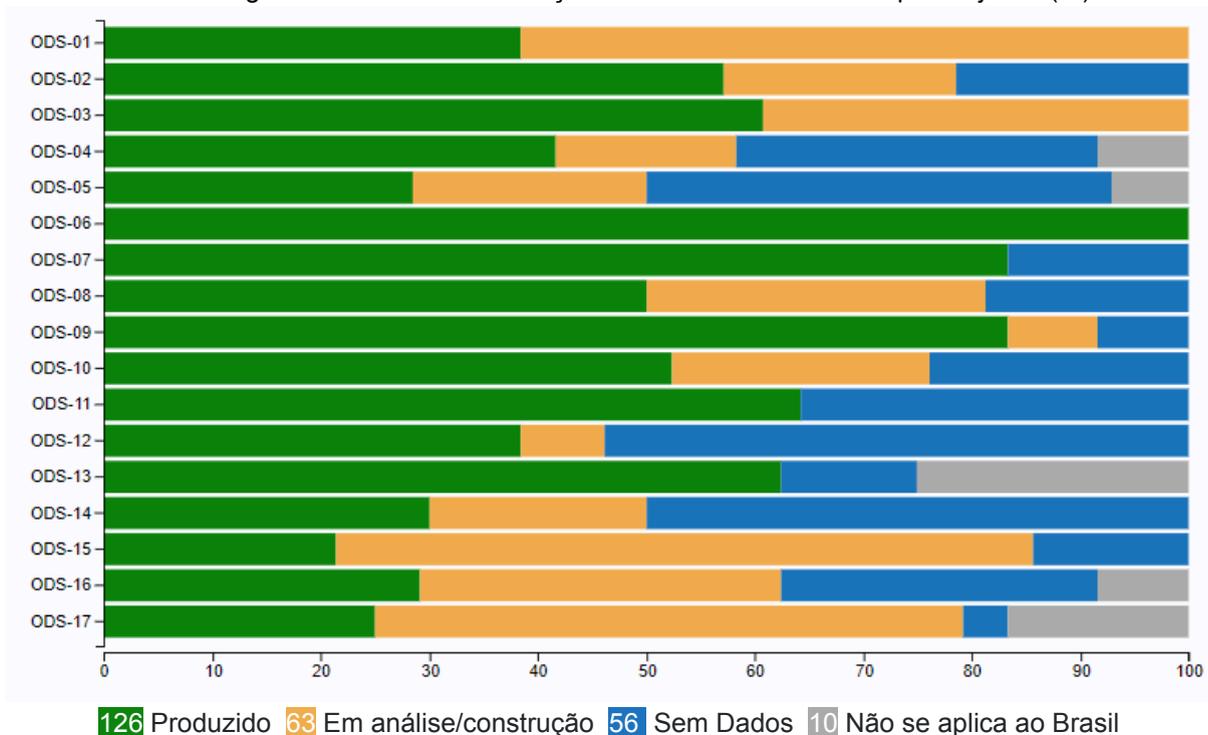


Fonte: Quintão (2017)

No Brasil um comitê de adequação das metas foi instaurado, em 2018 foi elaborado um documento relatando todo o processo, o Agenda 2030: ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Proposta de Adequação (Silva, 2018). Este documento oficial, em resolução, explica que os ODS da ONU necessitam de aplicação devido às características e especificidades do Brasil, e que por serem tantos, muitas vezes não se veem totalmente representados nos acordos globais. Estas adequações visam contemplar a magnitude da implementação em três esferas: União, estados e municípios, dentro das prioridades nacionais já estabelecidas.

Após vários debates, o portal ODS Brasil atualizou a produção de indicadores para a Agenda 2030, com um total de 254 indicadores, a síntese da produção de indicadores globais por objetivo está ilustrada na Figura 7. No quadro geral de indicadores, é possível acessar cada um dos objetivos e suas metas, com informação atualizada. O levantamento total atual é de 122 indicadores produzidos, 71 em análise/construção, 51 sem dados, 10 não se aplicam ao Brasil.

Figura 7 - Síntese da Produção dos Indicadores Globais por Objetivo (%)



Fonte: ODS Brasil (2024)

A Agenda 2030, através de documento oficial “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015), reconhece o

esforço das Cooperativas para a implementação da Agenda, assim como as convoca para “aplicar sua criatividade e inovação na resolução dos desafios do desenvolvimento sustentável”. Apesar deste reconhecimento, Iyer (2020) ressalta que não há nenhuma meta ou indicador desenvolvidos especificamente para cooperativas, tornando mais dificultoso o trabalho de monitorar, acompanhar e reportar o avanço em relação às ODS, a fim de metrificar contribuições. Além disso, não há conhecimento o suficiente por parte dos dirigentes das cooperativas em relação aos objetivos, nem um monitoramento por parte das agências nacionais de estatística.

Em nível global, a *International Cooperative Alliance* (ICA) e a União Europeia (*European Union*, EU) firmaram um acordo, válido entre 2016 e 2020, denominado “Cooperativas em Desenvolvimento – Negócios Centrados em Pessoas em Ação”, para melhorar o perfil das cooperativas nas questões de desenvolvimento sustentável. Um dos objetivos é buscar a formação de redes, dar visibilidade e gerar conhecimento para as cooperativas (Moxom et al., 2022). Já há algumas décadas a EU vem reconhecendo o trabalho das cooperativas em se tornarem parceiras instrumentais para atingir as populações mais vulneráveis. Essa parceria inclui ainda a Organização Internacional do Trabalho (*International Labour Organization*, ILO). Tanto a ILO quanto a EU e a ICA perceberam que o modelo cooperativo está bem posicionado para direcionar os desafios da transição para a sustentabilidade – principalmente as questões de pobreza, desigualdade de gênero e exclusão social e econômica. Conforme Moxom et al. (2022), os valores e princípios das cooperativas estão, por sua própria natureza, alinhados aos ODS e, antes, aos princípios do TBL. Cooperativados, em geral, entendem que seu bem-estar está indissociado do bem-estar ambiental e social, especialmente das comunidades onde estão inseridas. Além disso, as instituições proponentes do acordo justificaram que as cooperativas são resilientes em momentos de crises econômica, climática e enfrentam de forma mais assertiva do que instituições privadas os problemas de equidade e responsabilidade social.

O portal “Coops para 2030” (<https://www.coopsfor2030.coop/pt/>) foi criado pela Aliança Cooperativa Internacional (*International Cooperative Alliance*, ICA), juntamente com a União Europeia, com a finalidade de contribuir para o aprendizado das cooperativas em relação às ODS, assim como acompanhar e auxiliar seu progresso. Iyer (2020) afirma que há uma dificuldade das Cooperativas em traduzir a

linguagem das ODS em termos empresariais cotidianos, por este motivo a Aliança Cooperativa Internacional organizou as ODS em quatro áreas de ação de maior impacto: erradicar a pobreza, melhorar o acesso a bens e serviços básicos, proteger a meio ambiente e construir um sistema alimentar mais sustentável. Esta falta de conhecimento em relação à Agenda 2030 escancara o elitismo presente no acesso ao conhecimento, se considerado a defesa de Iyer (2020), de que cooperativas exercem um papel chave no avanço em relação às ODS, uma vez que elas possuem em seu próprio motivo de ser, valores ligados aos eixos do *triple bottom line*, distribuindo a renda, desenvolvendo a comunidade e avançando no sentido de sustentabilidade ambiental. Ao invés de olhar apenas para a maximização do lucro, a curto prazo, elas costumam mirar num desenvolvimento sustentável a longo prazo, desenvolvimento social e responsabilidade ambiental, o que as permite se destacar em relação à resiliência, demonstrando um nível de resposta rápido aos períodos de crise, o Anuário do Sistema OCB (2023) corrobora com esta afirmação, ao demonstrar que as cooperativas tendem a apresentar maior longevidade, 2.465 das cooperativas cadastradas no sistema atuam há mais de 20 anos, enquanto 70% das empresas do país tendem a encerrar as atividades em menos de 10 anos. Ele também destaca sua atuação em 'áreas relevantes', na erradicação da pobreza (ODS 1) e da fome (ODS 2), promovendo educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), trabalho digno (ODS 8), o consumo e produção responsáveis (ODS 12), e a construção de instituições fortes (ODS 16). A Figura 8 ilustra as diversas atividades exercidas pelas cooperativas, que contribuem para a sociedade, e como estão ligadas aos ODS.

Figura 8 - Contribuição para a Sociedade através da Cooperação entre Membros



Fonte: Adaptado de Iyer (2020, p. 66)

Ainda de acordo com Iyer (2020), os ODS 1, 8 e 12 são eixos que têm forte nexos com os demais ODS no caso das cooperativas. Isso ajuda a expressar o papel fundamental dessas organizações nas comunidades em que atuam. O ODS 1, que busca a erradicação da pobreza, tem como contrapartida nas cooperativas o fato de elas absorverem 10% da força de trabalho mundial; o ODS 5, igualdade de gênero, reflete o poder das cooperativas em alocar mulheres; o ODS 9, trabalho decente e crescimento econômico, é espelhado pela distribuição de renda e preço justo que as cooperativas promovem; e o ODS 12, consumo e produção responsável, está relacionado aos compromissos ambientais e de responsabilidade social das cooperativas.

Iyer (2020) destaca o papel das cooperativas na atuação das ODS, apesar da falta de conhecimento a respeito, elas executam um trabalho que vai de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável, sem a consciência de o fazê-lo, sem mencioná-los ou medi-los. Marcis, Lima e Costa (2019) corroboram afirmando que não existe uma base consistente que indique uma metodologia específica, dentro de um contexto de cooperativa agrícola, que indique a aplicação de uma análise de desempenho sustentável. Existe a necessidade de homogeneizar os indicadores das operações junto ao corpo acadêmico, dentro deste contexto.

Segundo o Anuário do Sistema OCB (2023), as cooperativas são muito importantes por gerar trabalho e renda, fortalecer a economia local, promover valor a longo prazo e atuar em prol da sustentabilidade, o que corrobora Iyer (2020, p. 59), que afirma que:

as cooperativas são reconhecidas como parceiros importantes para alcançar os ODS, porque promovem a democracia, aumentam os rendimentos, promovem a inclusão social e cuidam do ambiente, tendo ao mesmo tempo um impacto econômico significativo na economia mundial.

O papel de incorporar os ODS em sua comunicação e se envolver com as partes interessadas ao fazê-lo, poderia contribuir para a conscientização e construção de parcerias globais em prol do desenvolvimento sustentável, com um grande potencial de impacto local e comunitário. Em outras palavras, haveria muito potencial em ser reconhecido pelas suas contribuições aos ODS, em nível global. Isso propiciaria novas parcerias e incentivos para continuar executando o trabalho na comunidade, além de uma estratégia sólida para superar desafios e dificuldades enfrentadas pelas cooperativas, em seu desenvolvimento e implementação das estratégias. Facilitaria a coleta e interpretação de dados de forma a contribuir para seu próprio crescimento, parcerias, objetivos globais, criação de uma consciência coletiva a respeito do potencial cooperativista e de uma comunicação sólida e transparente.

Mook (2020) propõe o uso dos ODS da seguinte forma no contexto do Terceiro Setor: considerar as necessidades básicas – ODS 1,2,3,6,11; o empoderamento – ODS 4, 5, 8, 9,10; as mudanças climáticas: ODS 7, 13; o capital natural: ODS 12, 14, 15; e a governança: ODS 16 e 17. Mozas-Moral et al. (2021) desenvolveram um estudo em cooperativas agroalimentares, vinícolas espanholas, a fim de demonstrar a ligação dos ODS com o desempenho empresarial das cooperativas. Eles defendem que o desempenho está diretamente atrelado a fatores organizacionais e estruturais, esses fatores podem ser relacionados a objetivos específicos das ODS, como o tamanho do negócio (ODS 17), produção orgânica e responsabilidade ambiental (ODS 12, 13 e 15), inovação (ODS 9), exportação de produtos acabados e uma melhor orientação para o mercado (ODS 4, 8 e 17).

Através das relações propostas, concluiu-se que os ODS não estão apenas relacionados ao desempenho sustentável nas cooperativas, mas também poderiam

tornar as cooperativas mais competitivas para o mercado, de forma social, ambiental e econômica. Os autores defendem que, apesar do estudo ter sido aplicado a cooperativas vinícolas espanholas, os resultados poderiam ser estendidos a outros setores agroalimentares e outros tipos de organizações, oferecendo um guia para estratégias a serem aplicadas nas cooperativas que enfrentam limitações em seu desempenho. Para Marcis, Lima e Costa (2019), os modelos de avaliação de desempenho, que auxiliam nas tomadas de decisão, estão relacionados à criação de informações que poderiam ser utilizadas para desenvolver relatórios de sustentabilidade. No entanto, esses relatórios devem estar integrados a índices complexos de sustentabilidade, que tratam de aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Em nível global, foi estabelecida, em 2008, a Plataforma de Desenvolvimento de Cooperativas, contando, então, com dez organizações apenas. Em 2018, uma iniciativa similar foi criada para cooperativas das Américas, sendo que, um ano antes, uma plataforma digital similar começava a divulgar as melhores práticas e passava a promover o compartilhamento de conhecimentos para cooperados em todo o mundo (Iyer, 2020). Com isso, surgiu o Monitor Global das Cooperativas (*World Cooperative Monitor*, WCM), que, desde 2018, reúne experiências e dados de mais de 300 cooperativas. A maior parte dessas organizações são da área de agricultura (37%), venda no varejo (15%) e produção (13%).

O WCM passou a divulgar relatórios sumarizando o que as maiores cooperativas reportavam em seus relatórios a partir de 2018. De acordo com Iyer (2020), os temas reportados em 2018 foram: trabalho decente, comportamento ético, meio ambiente, diversidade e igualdade de oportunidades, boas práticas na cadeia de suprimentos, liberdade de associação e trocas, educação, impactos econômicos das cooperativas, aspectos anticorrupção, conformidade legal, transparência e governança, tomada de decisão inclusiva, mecanismos para estruturar ouvidorias, rotulagem de produtos e serviços, investimentos em infraestrutura. Uma lacuna é que não há o relacionamento desses temas com os ODS, tampouco um documento padrão para relatório de sustentabilidade de cooperativas.

Em 2019, o documento do WCM divulgou resultados de 22 cooperativas relacionando o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) com os ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero), 5 (igualdade de gênero), 7 (energia limpa e acessível), 10 (redução das desigualdades), 12 (consumo e produção responsáveis)

e 13 (ação contra as mudanças climáticas). Em 2020, o relatório do WCM focou-se nas ações das cooperativas contra as mudanças climáticas, destacando o papel dessas organizações em promover o consumo responsável e, portanto, em reduzir as emissões de gases de efeito estufa (Iyer, 2020). No relatório de 2021, foi dado destaque para o nível de cumprimento dos ODS pelas cooperativas. Constatou-se que, das 72 que reportaram desempenho de sustentabilidade, todas adotaram pelo menos uma iniciativa, nove realizaram duas iniciativas, 34 adotaram os critérios do GRI e 29 os do Global Compact das Nações Unidas. Também nesse último relatório, houve maior adesão ao ODS 3, saúde e bem-estar (28 cooperativas), aos ODS 5 (igualdade de gênero) (27) e 8 (crescimento econômico sustentável) (27) e ao ODS 12 (consumo e produção responsável) (26). Ainda de acordo com o levantamento reportado por Iyer (2020), os ODS são considerados, por 29 cooperativas, oportunidades e responsabilidades para os negócios e, para 21 delas, estão integrados ao modelo de negócios.

Yakar-Pritchard e Çaliurt (2021) avaliaram 168 relatórios de sustentabilidade de cooperativas de todo o mundo publicados entre 2014 e 2018 que utilizaram a versão 4 do padrão GRI. Nessa amostra, a maior representatividade coube às cooperativas brasileiras (21,4% do total entre 31 países). Também a maior parte delas é de grande porte e pertence ao setor de crédito ou agrícola, e apenas 14% do total são pequenas cooperativas. Os autores criticam o número elevado de indicadores (91) e o direcionamento maior dos relatórios para indicadores financeiros (no caso das cooperativas de crédito) e indicadores laborais (para as cooperativas agrícolas). Conforme eles:

considerando a natureza única das cooperativas, será um importante passo importante desenvolver uma estrutura efetiva de relatório específica para as cooperativas, onde ambos os comprometeros, dos princípios das cooperativas e das práticas de desenvolvimento sustentável, sejam reportados ao mesmo tempo, em vez de usar a estrutura do GRI-G4, que é muito complexo e custoso de implementar (Yakar-Pritchard e Çaliurt, 2021, p. 13).

No Brasil, o IBGC lançou, em 2015, um guia de melhores práticas para governança em cooperativas, definindo governança, nesse contexto, como um “sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas nos seus relacionamentos entre proprietários, cooperados, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle” (IBGC, 2015, p.3). O IBGC declara que as

cooperativas dependem de boas práticas de governança para preservar seu valor, mas reconhece que é difícil uma estrutura única de governança para as cooperativas porque elas são muito diferentes. Os princípios recomendados pelo IBGC são: transparência (disponibilizar informações sobre questões tangíveis e intangíveis para os associados), equidade (tratamento justo dos cooperados), accountability (prestação de contas periódica). Além desses, o IBGC recomenda seguir os princípios da ICA: adesão voluntária e livre, gestão democrática (participação de todos os cooperados na tomada de decisão, em assembleias), autonomia e independência, promoção da educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Conforme o IBGC, as assembleias gerais são soberanas e servem para deliberar sobre planos de desenvolvimento e aprovação de contas a partir do planejamento de anos anteriores. A prestação de contas deve conter: relatório de gestão, balanço patrimonial, demonstrativo de sobras, parecer do conselho fiscal, relatório do uso de recursos do fundo garantidor. Devem ser dadas orientações para a participação dos cooperados nas assembleias (IBGC, 2015). Outras recomendações do IBGC para boa governança são: que o gestor da cooperativa tenha experiência executiva, seja capaz de enfrentar mudanças e crises, realizar controle de riscos, gerenciar pessoas e supervisionar a gestão contábil, dos negócios, dos aspectos jurídicos e contratos. São recomendadas as existências de conselhos consultivo (com participação de especialistas não cooperados), de auditoria (para avaliar *compliance* e gestão de riscos), de recursos humanos (para alinhar interesses dos cooperados quanto aos mecanismos de remuneração dos conselheiros). Finalmente, o IBGC inclui nas recomendações haver canais de ouvidoria para reporte de denúncias e canais de relacionamento com cooperados, com comitês, com a auditoria independente e a auditoria interna (IBGC, 2015). No entanto, a proposta do IBGC não traz qualquer menção aos ODS, pois eles estavam em elaboração quando ocorreu o lançamento do guia do instituto.

2.4 ESG: POSSIBILIDADES NO TERCEIRO SETOR

O que significa ESG e como se contextualiza no Terceiro Setor? Nas seções anteriores (2.1, Histórico e Organizações do Terceiro Setor; 2.2, Métricas Ambientais, Sociais e de Governança no Terceiro Setor; e 2.3 ODS e Suas Relações com as Cooperativas), ficou evidenciado que o Terceiro Setor, ou organizações sociais, ou economias solidárias - nas quais se incluem as cooperativas - é naturalmente vocacionado para as questões de conservação dos recursos naturais, por meio do uso de matérias-primas mais saudáveis (caso do algodão orgânico); é também direcionado para o atendimento das demandas sociais – trabalho decente, colaborativo e preço justo ao consumidor; e é organizado de forma a colocar em prática a autogestão e a tomada de decisão democrática. Desta forma, cooperativas como a Justa Trama seriam naturalmente direcionadas a formas de gestão transparente, evidenciando, de maneira clara e facilmente acessível ao público, os seus impactos ambientais, sociais e de governança.

Assim, para o Terceiro Setor, em princípio, as práticas ESG poderiam soar como formalizações do que já se pratica ou até uma espécie de “recondicionamento” da realidade já vivenciada. No entanto, evidenciou-se também que o Terceiro Setor enfrenta problemas de estruturação e organização de suas atividades, a ponto de nem sempre ter acesso a conhecimentos e subsídios para realizar relatórios claros e objetivos sobre sua governança ambiental, social e de transparência. Muitas vezes as organizações do Terceiro Setor não contam com suporte humano e ferramentas para elaborar relatórios detalhados sobre seus impactos, que possam ser entendidos por cooperados e não cooperados. Nem sempre produzem reflexões sobre suas rotinas. Além disso, conforme será descrito, ESG consiste em práticas que foram inicialmente idealizadas para empresas privadas prestarem contas a seus acionistas a respeito de suas condutas com relação a aspectos ambientais, sociais (internos e externos) e práticas de gestão decentes (anticorrupção).

Conforme Pfothenauer (2022), ESG apresenta uma natureza muito heterogênea, demanda recursos para implementação e continuidade, além de estar imerso em realidades ideológicas e culturais diversas. Então, mesmo que acadêmicos insistam sobre a natureza não consensual de ESG (Billio et al., 2020; Wang, 2023) e destaquem as dificuldades de comparação de relatórios devido às visões distintas sobre o que reportar e como (Pfothenauer, 2022; Ribeiro e Lima,

2022), e que esse tipo de dissenso também aconteça, de outras formas, no Terceiro Setor (indefinição sobre métricas e procedimentos sobre como gerenciá-las), as concepções de ESG não são originalmente desenhadas para organizações do Terceiro Setor. No entanto, a realidade mostra que houve uma disseminação significativa das ideias de governança ambiental e social a ponto de todos os setores de atividade – privado, público e não-governamental – as estarem adotando ou tentando sua adoção (Nardone, 2022). Desta maneira, cabe, primeiramente, compreender o que significa o processo de governança no contexto ESG.

De acordo com Prim (2021), a governança é um conceito amplo. Evoluiu especialmente após a grande crise econômica de 1929, quando economistas e juristas passaram a perceber que muitas corporações acumulavam tanto capital a ponto de uma única delas acumular mais do que o valor do Produto Interno Bruto (PIB) de países. Segundo Moraes (2011), essa constatação levou economistas e advogados a proporem alterações nas estruturas corporativas, criando comitês gestores, consultivos e deliberativos, a fim de que as decisões finais fossem tomadas não exclusivamente pelos detentores do capital. Essa separação entre quem delibera e quem decide, com a intermediação de agentes consultores, visava a trazer menores disparidades causadas pela concentração do capital. Tal modificação também se refletiu no avanço das teorias organizacionais, com a introdução da Teoria do Agente Principal (Jensen e Meckling, 1976), segundo a qual, ao se delegar decisões a um agente que não é o principal stakeholder, os riscos das tomadas de decisão seriam também transferidos a esse agente.

As questões de governança avançaram muito nos anos 1980, a ponto de o Banco Mundial (BM) passar a incluí-las em sua agenda, assim como o Fundo Monetário Internacional (FMI). A governança, nesse contexto, assumiu um aspecto institucional de busca de garantias e contrapartidas exigidas em troca de empréstimos, sendo essas garantias relacionadas a aspectos de bem-estar social, equilíbrio financeiro e outros que indicassem a transparência das ações de credores.

De acordo com Prim (2021), a governança é um conceito multidisciplinar, ligado a ciências da psicologia, contabilidade e economia. Trata-se da forma como o poder é exercido, por meio de mecanismos formais e informais, por regras de legislação política, gestão de poder entre as partes, legitimidade. Transparência, integridade, formas de reporte, comprometimento e integração dizem respeito à governança, que pode ser orientada interna e externamente. No Brasil, o IBGC

reforça a necessidade de mecanismos de governança, em forma de acordos, instrumentos de tomada de decisão, divisão de tarefas, obrigações (Prim, 2021).

De forma geral, governança é um conceito amplo e com diversos mecanismos. Existe em construção a Taxonomia Regulatória 2020/854 da União Europeia voltada a medir o desempenho em ESG, de modo que estão também em elaboração os conceitos e indicadores que farão parte dessa taxonomia. Para o Terceiro Setor, é imprescindível aderir com consistência a políticas e regulamentações específicas, traçar metas claras, alinhadas a objetivos de sustentabilidade, como os ODS, e implementar os objetivos de forma transparente e justa, com consulta a *stakeholders* (partes interessadas) internos e externos à organização.

A finalidade maior das práticas ESG é reduzir assimetrias de informação entre as partes interessadas internas e externas às organizações. O conceito de ESG evoluiu desde a década de 50, quando então era considerado filantropia, e passou a ser considerado responsabilidade social corporativa, na década de 1970. No entanto, o termo ESG não era assim utilizado quando, na Segunda Revolução Industrial, grandes corporações promoveram a filantropia com interesse da própria corporação – como foi o caso de William Lever, com sua fábrica de sabões (hoje Unilever), perto de Liverpool, na Inglaterra, em 1889, ao construir moradias para seus trabalhadores (Husted, 2015). Também não se falava em ESG quando amadureceram as ideias de responsabilidade social corporativa, nos anos 1970 (Kolk, 2016). A integração dos aspectos ambientais e sociais com os de transparência foi uma longa construção que passou por diversas barreiras – incluindo a de aceitação das organizações privadas, principalmente – mas que não pode mais ser detida com a eclosão de acidentes industriais geradores de poluição e tragédias socioambientais e ainda com os escândalos de corrupção corporativa que marcaram as sociedades, especialmente a partir dos anos 2000 – vejam-se os casos da Enron, empresa de petróleo norte-americana, em 2001; da Parmalat, em 2004; e, mais recentemente, o caso do *dieseldgate* da Volkswagen, em 2011-2015. (Custódio, 2021).

As principais teorias organizacionais por detrás de ESG são a Teoria da Competitividade Organizacional, a Responsabilidade Social Corporativa e a Teoria dos Stakeholders (Ribeiro e Lima, 2022), além da já mencionada Teoria do Agente Principal (Jensen e Meckling, 1976). Os autores (Ribeiro e Lima, 2022) revisaram

405 artigos publicados sobre ESG na base Web of Science em 2021 e evidenciaram seis vertentes de suporte: investimentos sustentáveis; transparência e gestão; efeitos das práticas de governança ambiental e social; relações entre aspectos financeiros e corporativos e o desempenho social; relações entre as partes interessadas (stakeholders); e riscos relacionados aos aspectos ambientais, sociais e de transparência.

Em resumo, ESG diz respeito aos impactos das organizações sobre o meio ambiente, sobre a sociedade e sobre a forma como as informações são apresentadas às partes interessadas. Questões que ficam abertas: quem são consideradas as partes interessadas: acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores? Todos, alguns? Qual o peso de cada um nesse processo de avaliação dos aspectos E, S e G? Conforme Ribeiro e Lima (2022), ESG tem como principal desafio encontrar formas de reportar os aspectos de desempenho não financeiro que têm impacto decisivo no futuro das organizações, possibilitando abrir um debate entre o papel dos governos, das empresas privadas e do Terceiro Setor sobre o bem-estar da sociedade.

Segundo a Teoria Organizacional que trata dos custos de transação (Teoria da Firma), o aumento da transparência acaba sendo benéfico para as organizações que apresentam dados ao público. Isso porque as práticas de transparência tornam as empresas mais confiáveis, aumentando sua reputação junto à sociedade. A maior parte dos estudos avaliados por Ribeiro e Lima (2022) traz associações positivas entre ESG e resultados ambientais e sociais, sendo que apenas 75 dos 405 estudos avaliados por eles associam ESG e responsabilidade social corporativa. Noventa por cento dos estudos trazem associações positivas entre ESG e desempenho econômico e social.

Ribeiro e Lima (2022) também verificaram que, nas crises econômicas, especialmente em 2008, firmas com alto capital social medido por meio de indicadores de responsabilidade corporativa, estavam entre 4 e 7 pontos acima, na bolsa de valores, em relação àquelas que investem pouco em responsabilidade social corporativa. Foi justamente nessa crise que os investidores perceberam a importância de terem uma visão mais ampla sobre suas decisões e seu papel, apesar de, desde a década de 1920 do século passado, já terem sido criadas e divulgadas diretrizes sobre investimentos socialmente responsáveis (Billio et al., 2020). Entre a década de 1970 até os anos 2000, esse debate perdurou, assumindo

a forma de Responsabilidade Social Corporativa, a qual destacava a importância da base financeira, do atendimento às leis e normas, a incorporação de ética nos negócios e, em um nível mais avançado, de valores discricionários - aquilo que as organizações poderiam fazer pelas pessoas além de suas obrigações (Carroll, 1979).

É importante lembrar que o movimento ESG foi resultado de uma confluência de movimentos impulsionados pela crise climática e a responsabilidade do setor financeiro nesse cenário. Wang (2023), em sua tese de doutorado, considera ESG uma nova forma de cidadania corporativa que traz o olhar do público em geral para os negócios corporativos. Afirma também que os atuais padrões de mensuração de ESG não são suficientes para os investidores desenvolverem uma análise sistemática de gestão de riscos.

No início dos anos 2000, a agência das Nações Unidas para a Proteção Ambiental (UNEP) fez um chamado para que se elaborasse um quadro de trabalho para ESG de forma a integrar as questões de transparência, meio ambiente e sociedade aos indicadores de negócios financeiros. Isso culminou nos chamados Princípios para Investimentos Responsáveis (PRI). Em parte, essa ideia surgiu com o *Institutional Investor*, uma entidade que publicava, desde 1967, *rankings* de *benchmark* industrial.

As definições de ESG e a sua adoção, de fato, não foram um processo natural, mas um processo bastante estratégico que envolveu a articulação de conhecimentos e negociações entre interesses em conflito – rankings de empresas, de investidores institucionais, de corporações, bancos, estrategistas políticos e ativistas ambientais e sociais.

As ideias de ESG, tais como as conhecemos hoje, emergiram nos anos 2000, tendo já como uma certa herança a responsabilidade social corporativa, especialmente pelo desenvolvimento do trabalho de Archie Carroll (1979). Mas na época de Carroll, nos anos 1970, não havia ainda a publicação das evidências científicas do problema do aquecimento global, o que ficou gritante nos anos 1990. Wang (2023) considera que o capitalismo fiduciário, aquele baseado na necessidade de se expressarem boa-fé, credibilidade, confiança, por parte dos donos do capital, é algo relativamente recente, tendo como lastro as publicações das agências de ratings, como, por exemplo, o ranking da Standards and Poors (S&P), das 500 empresas com melhor performance financeira.

Ainda em 2000, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, lançou o United Nations Global Compact – uma iniciativa de cidadania que convocava as empresas a tratarem das questões de direitos humanos, trabalho e meio ambiente, além de adotarem princípios anticorrupção. Pouco depois, em 2004, Annan convidou 18 instituições financeiras - bancos, corretoras de valores, empresas de prestação de serviços financeiros, além de analistas financeiros – a desenvolver guias sobre como melhor integrar questões ambientais e sociais em uma gestão de responsabilidade corporativa moderna. Como resultado desse trabalho, em 2004, Kofi Annan e 50 instituições financeiras lançaram o manifesto *Who cares, wins*. Este documento passou a ser considerado um marco em ESG, pois pela primeira vez envolveu partes diversas na busca da adoção de métricas para fatores ambientais, sociais e de governança.

Por volta de 2005, o autor do livro *Market for Virtue*, David Vogel, assumiu seu ceticismo com respeito às relações causais entre responsabilidade social corporativa e o valor das ações das empresas, bem como seus balanços. Mais adiante, em 2018, o CEO da Black Rock, Larry Fink, lançou uma carta de apelo e incentivo a um novo modelo de capitalismo que seria necessário surgir para alinhar as proposições de valor das empresas com os requisitos de proteção ambiental, questões sociais e de transparência. Em 2022, o mesmo CEO voltou a lançar uma carta denominada *2002: Letter to CEOs: The Power of Capitalism*.

Os chamados Princípios para o Investimento Responsável (PRI) derivaram dessa iniciativa – de grupos de múltiplos *stakeholders*. Atualmente são mais de cem mil companhias e três mil *stakeholders* da área não governamental ou social (não privada) a assinar o *Global Compact*. Também nessa época passaram a ser esboçados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo Pfothenauer (2022), havia 63 organizações signatárias dos PRI em 2006, com ativos de 65 trilhões de dólares, e 1.714 em 2017, com ativos de 68,4 trilhões de dólares. De acordo com Wang (2023), enquanto que no século XIX os princípios de negócios eram maximização de retornos e minimização de riscos aos *stakeholders*, no século XX, a diversidade dos investimentos e o balanço entre lucro e respeito a aspectos ambientais e sociais são mandatórios.

Em abril de 2006, Annan lançou o paradigma *Institutional Investor* devido a pressões dos *stakeholders* ativistas determinados a exigir das corporações um comportamento e negócios adequados às pressões ambientais, sociais e de

transparência. Wang (2023) observa que as questões ambientais sempre foram alvo de iniciativas do setor governamental norte-americano. As tradicionais abordagens de captura de poluição e de comércio de emissões, chamadas sistema *cap and trade*, já existentes na década de 1970, também chamadas de “direitos de poluir”, foram alvo da *Security Exchange Commission* (SEC), equivalente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil, que regula as ações das empresas de capital aberto. A ideia da SEC era que as empresas divulgassem dados sobre suas emissões já na metade dos anos 1970, mas o pensamento econômico liberal predominante defendia justamente o oposto, ou seja, a liberdade econômica irrestrita às responsabilidades ambientais.

A defesa da autorregulação econômica prevaleceu por muitas décadas, até que começaram a se acumular acidentes industriais graves, como o de Bhopal, na Índia, em 1984; o de Chernobyl, na então União Soviética, em 1986; e a explosão da plataforma New Horizon, da British Petroleum no Golfo do México, em 2010, entre outros, afetando grande parte da costa de estados norte-americanos como a Flórida. Wang (2023) lembra que, paralelamente a essas resistências das empresas em mudar suas formas de reportar incidentes e poluição, havia pressão de *stakeholders* pela produção e divulgação de informações verídicas sobre o desempenho das empresas industriais, a busca de contrapartidas ambientais e sociais para financiamentos em empreendimentos privados poluidores, assim como a busca de justiça social por pessoas vítimas de acidentes de trabalho e de racismo.

“As pressões dos *stakeholders* ativistas forçaram as corporações a repensarem seus modelos de negócios” (Wang, 2023, p. 14) e, como resultado, as estruturas de ESG passaram a ser cobradas por partes interessadas em maior equilíbrio entre negócios e aspectos ambientais e sociais. Tratava-se da escolha entre os valores dos *shareholders* (acionistas) e de uma parte maior de interessados (*stakeholders*), da qual fazem parte a sociedade em geral, os consumidores e fornecedores das empresas principais. Foi um movimento gradual mas consistente, sem, no entanto, ter linearidade, pois houve atrasos e derrotas nessa busca por mudanças.

Conforme Wang (2023), por volta de 1990 buscava-se uma nova ordem regulatória para a economia. Pouco tempo depois, em 1992, era realizada a Conferência Rio 92, a qual teve como um dos principais resultados a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Daí derivou o Protocolo de

Kyoto, assinado em 1997, para obrigar os países que iniciaram a Revolução Industrial a cortarem suas emissões de gases de efeito estufa em 5% até 2012, com base nas emissões que eles tiveram em 1990. Mas o Protocolo de Kyoto foi ratificado somente em 2005, quando a Rússia assinou o acordo, pois era necessária a adesão de signatários que representassem, no total, mais de 50% das emissões globais. Mesmo assim, o Congresso norte-americano relutou em aceitar propostas de reduzir as emissões de gases de efeito estufa por parte das empresas nos Estados Unidos, apesar da posição favorável aos cortes do então vice-presidente Al Gore – que, em 2006, lançou um documentário sobre as mudanças climáticas chamado “Uma Verdade Inconveniente”. Pouco antes, em 2005, investidores institucionais dos Estados Unidos estabeleceram um movimento para delinear *portfólios* de ESG, guias para investidores em ESG e critérios específicos para abrir informações sobre aspectos ambientais e sociais.

Os Princípios para Investimento Responsável (PRI) consistiam em seis premissas: 1. Incorporar questões ESG na análise de investimentos e no processo de tomada de decisão; 2. Incorporar ESG em políticas e práticas empresariais; 3. Buscar fazer com que as entidades em que se investe divulguem ações relacionadas a ESG; 4. Promover a aceitação e a implementação dos princípios no setor de investimentos; 5. Trabalhar para ampliar a eficácia na implantação dos princípios; 6. Reportar atividades e progresso rumo à implementação dos princípios. De acordo com Wang (2023), foram surgindo instituições de suporte ao detalhamento dos princípios, como o *Carbon Disclosure Project* (CDP), que foi fundado em 2000 para apoiar as empresas na contabilidade de emissões; e o *Sustainability Accounting Standard Board* (SASB), em 2011, com foco principal na identificação dos impactos materiais, ambientais e sociais, e focado nos interesses dos investidores.

Além disso, a ONU vinha trabalhando no *Global Compact* (GC), buscando um conjunto de princípios para o investimento econômico, social e ambientalmente responsável, com mais de 167 países e 20 mil stakeholders de organizações de todo o mundo. Em 2000, foram lançados os dez princípios do GC, agrupados por dimensões. O Quadro 1 apresenta esses princípios.

Quadro 1 - Princípios do *Global Compact*

Dimensões	Princípios
Direitos humanos	1. Negócios devem proteger e respeitar os direitos humanos. 2. Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos.
Práticas de trabalho	3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva. 4. Abolição de todas as formas de trabalho forçado. 5. Abolição efetiva do trabalho infantil. 6. Eliminação da discriminação no emprego.
Proteção Ambiental	7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; 8. Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental; 9. Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.
Combate à corrupção	10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Fonte: Adaptado de Iyer (2020)

Como resultado dos esforços iniciados pela Força Tarefa das Nações Unidas em 2000 e 2004, o número de relatórios de ESG resultou 30% maior em 2015 comparativamente a 2010. Em 2014, o então secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon encorajou o setor privado a investir em títulos verdes e a desinvestir em tecnologias poluentes, à base de combustíveis fósseis. Durante a Conferência das Partes do Clima (COP) 26 em Glasgow, na Escócia, no final de 2020, o então chefe do Banco da Inglaterra Mark Carney, anunciou a *Glasgow Financial Alliance for Net Zero* (GFANZ), uma coalizão global formada por 450 das maiores instituições financeiras com a missão de descarbonizar as economias – contando com iniciativas que

envolveriam bancos, seguradoras, fundos de pensão, gestores de ativos financeiros, agências de ranqueamento de corporações, provedores de índices de ranqueamento e firmas de auditoria (Wang, 2023).

Os investimentos em ESG aumentaram de 3 trilhões de dólares, em 2010, para 17 trilhões de dólares, em 2020, segundo Berg, Fabisik e Sautner (2020). As principais agências de ranqueamento de ESG são empresas do setor financeiro que estabelecem critérios de desempenho para organizações com capital aberto em bolsas de valores. Conforme Berg, Fabisik e Sautner (2020), destacam-se a *Morgan Stanley Capital International* (MSCI), a *Refinitiv ESG* (antiga *Asset4*, que derivou da *Thompson Reuters*), a *Sustainalytics*, a *Standards & Poors Global* (S&P) e a *Vigeo-Eiris*. Berg, Fabisik e Sautner (2020), assim como Ljungqvist (2009), criticam a forma como são reportadas séries de dados de empresas para fins de elaboração e divulgação dos chamados “reportes” de sustentabilidade ou de ESG. Ljungqvist (2009) já havia observado inconsistências nas chamadas minerações de dados, enquanto que Berg, Fabisik e Sautner (2020) documentaram falta de confiabilidade em relatórios referentes a escores de aspectos ambientais, sociais e de governança – segundo eles, chegando a distorções de 44% para indicadores ambientais, 16% para indicadores sociais e 7% para indicadores de governança. A principal crítica de Berg, Fabisik e Sautner (2020) está na dificuldade de se padronizarem informações estratégicas a partir dessas práticas, o que faz com que os procedimentos de algumas agências de rating destoe dos Princípios de Investimentos Responsáveis (PRI). Como garantir precisão e interoperabilidade considerando diferentes procedimentos por parte das agências? Sem precisão, validade, consistência e interoperabilidade, os escores ESG não ganham sustentação, criticam Berg, Fabisik e Sautner (2020).

Além das questões operacionais, Berg, Fabisik e Sautner (2020) destacam a existência de diversos formatos de reportes – o mais antigo é o baseado no *Global Reporting Initiative* (GRI), que era utilizado por 58% de mais de 7200 instituições que publicaram os chamados relatórios de sustentabilidade, incluindo aspectos de governança, em 2017. O relatório integrado, outra modalidade, surgiu em 2013 a partir do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que contém elementos de interesse primordial dos acionistas, como dados financeiros, de produção ou serviços, capital intelectual, capital humano e social e capital natural. Pouco antes, em 2011, conforme Berg, Fabisik e Sautner (2020), foi criado o *Sustainability*

Accounting Standard Board (SASB), com o apoio do milionário norte-americano Michael Bloomberg, com a “finalidade de estabelecer a abertura de padrões sobre sustentabilidade que importam para facilitar a comunicação pelas empresas aos investidores sobre decisões úteis” (Berg, Fabisik e Sautner., 2020, p. 19). Entre as críticas ao SASB estão sua extensão – é aplicável a 11 setores com 77 diferentes padrões, sendo utilizado por 175 companhias em 2020. Outro aspecto crítico é que o SASB, diferentemente do GRI, está direcionado ao reporte de materialidade com base nos interesses dos acionistas. Em suma, conforme Berg, Fabisik e Sautner (2020), a ideia do SASB é direcionar a materialidade de acordo com o setor de atividade.

Embora haja alternativas para realizar relatórios ESG, as opções existentes – GRI, IIRC, SASB -, em sua maioria, se aplicam a empresas de grande ou médio portes. Berg, Fabisik e Sautner (2020) observam que as pequenas empresas utilizam o *Impact Reporting and Investment Standards* (IRIS), uma espécie de taxonomia ESG criada em 2009 pela rede *Global Impact Investing*. O IRIS inclui apenas 50 métricas e tem a vantagem de se compatibilizar com os ODS. A versão 4.0 do IRIS, de 2016, segue os Princípios de Investimento Responsável (PRI). Até 2020, cerca de 21,7 mil organizações usavam o IRIS para seus relatórios. Outras alternativas, mas essas aplicáveis mais a organizações privadas, são o *B- Impact Assessment*, criado a partir do movimento *Benefit Corporations (B-Corps)* do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), em 2006 (Rodrigues, 2016), e o *Future Fit Assessment*, um manifesto criado por comunidades, empresas, integrantes de universidades, colaboradores de empresas com base em 12 princípios que enaltecem a inovação, a busca de oportunidades de negócios sustentáveis (Berg, Fabisik e Sautner, 2020). O *B-Impact* é bem mais difundido que o *Future Fit Assessment*.

No Quadro 2, são apresentadas as 17 categorias do modelo IRIS e seus 28 temas. O Quadro 3 apresenta as categorias e os elementos para se elaborarem indicadores do modelo *B-Impact*.

Quadro 2 – Categorias e temas abrangidos pelo IRIS

Categorias (17)	agricultura, ar, biodiversidade e ecossistemas, clima, diversidade e inclusão, educação, emprego, energia, serviços financeiros, saúde, infraestrutura, terra, oceanos e zonas costeiras, poluição, construção civil, resíduos, água.
Temas (28)	acesso à educação de qualidade, acesso à cuidados de saúde, moradia de qualidade e acessível, conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, ar puro, energia limpa, mitigação das mudanças climáticas, adaptação e resiliência às mudanças climáticas, acesso à energia, eficiência energética, inclusão financeira, segurança alimentar, questões de gênero, construção verde, conservação e gestão dos recursos marítimos, conservação dos recursos naturais, nutrição, prevenção da poluição, qualidade dos empregos, equidade racial, infraestrutura resiliente, agricultura de pequenos produtores, agricultura sustentável, florestamento sustentável, gestão sustentável da terra, gestão sustentável da água, gestão de resíduos, saneamento e higiene.

Fonte: Berg, Fabisik e Sautner (2020)

Quadro 3 – Categorias e elementos para elaboração de indicadores do modelo *B-Impact*

Categorias	Indicadores
Governança	distribuição do poder, tomada de decisão, relatórios/contabilidade, satisfação do cliente, missão, engajamento, transparência, medidas anticorrupção.
Pessoas/colaboradores	salários, benefícios, treinamento, direitos de propriedade, ambiente de trabalho, comunicação, direitos humanos, políticas de trabalho, segurança e saúde no trabalho.
Comunidade	relações com o governo, com instituições não governamentais, universidades, comunidades, fornecedores, distribuidores, envolvimento

	local, criação de emprego, engajamento cívico, doações.
Meio ambiente	instalações, gestão de impactos ambientais, uso da água, uso da energia, tipo de construção, layout, distribuição, fornecedores.
Clientes	relações com clientes, comunidades necessitadas.

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2016)

De forma abrangente, os aspectos ambientais (E) consistem em métricas sobre mudanças climáticas, desmatamento, poluição do ar e da água, exploração da terra, perda de biodiversidade; os aspectos sociais (S) referem-se a políticas de gênero, proteção dos direitos humanos, qualidade de vida no trabalho, segurança de produtos, saúde pública, distribuição de renda e satisfação de colaboradores; e os aspectos de governança (G) dizem respeito à independência do quadro administrativo, direitos dos acionistas, remuneração dos gestores, controle de procedimentos gerenciais, práticas anticorrupção, respeito às leis e mecanismos de reportes de denúncias, como ouvidorias (Billio et al., 2020; Nielsen e Villadsen, 2023).

Uma peculiaridade da maior parte das estruturas de relatórios ESG diz respeito a como reportar mudanças climáticas, uma vez que este foi um direcionador importante no surgimento da integração entre governança ambiental, social e de transparência. Segundo Rodrigues (2016), os principais *frameworks* de abertura de dados sobre mudanças climáticas são o *Carbon Disclosure Protocol* (CDP), o *Carbon Disclosure Standards Board* (CDSB), e o chamado *Task Force on Climate Related Financial Disclosures* (TCFD). O CDP, que era inicialmente um projeto, ao ser criado no Reino Unido, em 2000, é uma coalizão de 35 investidores institucionais com o objetivo de reportar as emissões dos projetos em que investiam. Reunia um aporte de 100 milhões de dólares em 2006, tendo começado pelas 500 melhores empresas de capital aberto na S&P em 2002. A ideia inicial do CDP era reportar as emissões diretas e indiretas dos projetos de empreendimentos, fazendo parcerias com instituições como *World Wildlife Fund* (WWF) e Nações Unidas, entre outras. No entanto, os relatórios de emissões indiretas (de cadeias produtivas em relação a uma empresa focal, por exemplo), nunca foram viabilizados. Mais recentemente, o

CDP absorveu as ideias do Acordo de Paris, de 2015, adotando a meta de manter o aumento médio da temperatura atmosférica global em 2 graus Celsius (Rodrigues, 2016).

O CDSB é uma organização não lucrativa criada no Fórum Econômico Mundial em 2007, voltado mais para acionistas. Segundo Rodrigues (2016), o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDSB) tem cinco princípios: comprometimento com relevância, materialidade, consistência, comparabilidade, esforços para seguir cumprindo metas. Desta forma, uma diferença marcante entre o CDP e o CDSB é o direcionamento deste último para investidores, e não necessariamente para o público em geral. Já o TCFD, criado em 2009 por um grupo de ministros de finanças do G20 (vinte maiores economias mundiais), focou-se ainda mais que o CDSB em atender as expectativas de investidores, buscando promover investimentos formais que levassem em contas as emissões e como reportá-las na perspectiva desses investidores.

Conforme Rodrigues (2016), o TCFD, em 2015, tinha 31 membros preocupados com relatórios de materialidade mais objetivos. Em 2020, chegou à adesão de 1027 organizações, das quais 198 prepararam seus relatórios. Tanto o CDP, o CSDB quanto o TCFD podem ter elementos reportados nos relatórios de padrão GRI, SASB ou em outros modelos de relatórios. As organizações que geram reportes buscam aliar esses relatórios específicos de emissões aos ODS. Porém, de acordo com Rodrigues, o TCFD não permite comparabilidade entre as organizações, portanto, é pouco utilizado tanto nos relatórios baseados no GRI quanto nos baseados no SASB.

As questões mais sensíveis sobre os relatórios de ESG, segundo Ribeiro e Lima (2019), resultam na pergunta: Será que um elevado grau de abertura de indicadores ambientais, sociais e de governança afeta negativamente as finanças e os riscos da organização? Alternativamente, sob o ponto de vista das organizações não-governamentais, um questionamento pertinente é: Será que a abertura ESG traz maior bem-estar às partes interessadas? Para a primeira pergunta, Cort e Esty (2020) respondem que acreditam existir algumas – mas não todas as – evidências de que, sim, ESG pode ser traduzido em um desempenho financeiro superior para as organizações, inclusive as privadas. Já para a segunda questão, conforme já revisado na seção 2.1, poderia se contrapor uma segunda questão em resposta: Por que organizações sem fins lucrativos, e mesmo as economias sociais e solidárias

iriam aderir a ESG já tendo, na sua essência, a vocação para atuar direcionadas ao bem do meio ambiente e da sociedade? Observe-se que Birch e Whittam (2008) destacam bem o direcionamento socioambiental do Terceiro Setor, e Christiansson (2015) e Hough (2015) já estabelecem perguntas direcionadoras para métricas de desempenho ambiental e social nesse setor. **O que permanece em aberto, porém, é a possibilidade de adoção de critérios ESG tornarem mais fáceis as aproximações entre os setores público, privado e terceiro setor.**

Muitos autores apontam para a persistência de aspectos não claros quando se trata de relatar o que chamam de materialidade – que significa como mensurar e expressar claramente os impactos da organização para o meio ambiente e para a sociedade e, em sentido oposto, os impactos do meio socioambiental para as organizações (Cort e Esty, 2020; Giese et al., 2019; Billio et al., 2020). A compreensão e a expressão dessa materialidade, também chamada “dupla materialidade”, por abordar a visão de dentro para fora e de fora para dentro da organização, depende muito dos perfis de investidores.

O International Sustainability Standards Board (ISSB) foi estabelecido para desenvolver normas que permitam que empresas forneçam informações de alta qualidade e globalmente comparáveis sobre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Publicou suas duas primeiras normas em 26 de junho de 2023: IFRS S1, abordando requisitos gerais para divulgação de informações financeiras sustentáveis, e IFRS S2, cobrindo divulgações climáticas. Recomenda-se que as empresas tenham um comitê para orientar a administração na identificação de estratégias, políticas e controles, e promover uma cultura de responsabilidade. A IFRS S1 exige que as empresas considerem tópicos de divulgação usando critérios de materialidade do Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Em 2022, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) foi estabelecido para discutir padrões de divulgação relacionados à sustentabilidade, com base nas orientações do ISSB. Em outubro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil publicou a Resolução 193, adotando as normas de sustentabilidade do ISSB, tornando o Brasil o primeiro país a fazê-lo. As empresas públicas e os fundos de investimento devem elaborar e divulgar relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base nessas normas, com a adoção voluntária a partir de janeiro de 2024 (Oliari, 2024).

Cort e Esty (2020) afirmam existir cinco perfis de investidores: os sustentáveis alfa, os “inteligentes” beta, os ativistas, os preocupados com os impactos, e os escrutinadores, preocupados com o direcionamento dos investimentos. Já Pfothenauer (2022) classificam os investidores em: “do primeiro grupo” focados somente no desempenho econômico, mas acreditando que ESG terá efeito no futuro de seus investimentos; “do segundo grupo” - combinam objetivos financeiros com objetivos éticos, religiosos, políticos, culturais e sociais”; e “do terceiro grupo” - estão dispostos a sacrificar todo ou algum retorno financeiro para obter ganhos ambientais e/ou sociais. No Quadro 4, estão caracterizados esses tipos de investidores.

Quadro 4 - Tipos de investidores em ESG

Alfa, sustentáveis (“do primeiro grupo”)	Procuram empresas bem posicionadas para tirar vantagem do que percebem como grandes oportunidades criadas pelas emergências de pressões para a sustentabilidade; buscam empresas de baixo risco.
Beta, inteligentes (“do segundo grupo”)	Buscam surfar nas tendências do mercado, querem dados ESG para evitar a volatilidade dos seus portfólios de investimento e obter retornos mais consistentes.
Ativistas (“do segundo grupo”)	Usam seu papel como parte interessada para tentar modificar as práticas corporativas e mover a sociedade rumo a um futuro mais sustentável; procuram transparência e abertura de dados.
De impacto (“do terceiro grupo”)	Priorizam investimentos que tragam impactos benéficos para o meio ambiente e para a sociedade, mesmo sacrificando algum nível de atividade econômica.
Rastreadores	São orientados por valores, querem obter dados ESG para rastrear as empresas em seus portfólios, incluindo ou excluindo ativos conforme suas convicções.

Fonte: Adaptado de Cort e Esty (2020) e de Pfothenauer (2022)

Os diferentes perfis de investidores levam a entendimentos distintos sobre o peso de cada aspecto da materialidade. Dependendo da perspectiva de cada um, os indicadores ambientais podem ganhar mais ou menos peso. O mesmo raciocínio vale para os indicadores sociais e econômicos. Aliada a essas diferenças, há outro grande problema para se obterem avaliações ESG confiáveis: nem sempre se verificam acurácia, integridade, completude e consistência dos dados - daí a importância de verificações independentes por órgãos reguladores governamentais, quando existem, ou por auditorias externas. Segundo Cort e Esty (2020), os diferentes padrões de relatórios ESG (GRI, SASB etc) deveriam apresentar impactos pelo menos similares para os mesmos ativos, o que exigiria diálogo e negociação entre *stakeholders*.

Uma solução alternativa seria o uso de *benchmarks* para temas específicos, como o da abertura de emissões de gases de efeito estufa, utilizando-se os padrões de relatórios com dados mais confiáveis. Cort e Esty (2020) recomendam a curadoria de dados porque os erros podem acontecer na coleta, na gestão e na agregação dos dados. Alternativamente, as organizações poderiam manter dados online acessíveis e atualizados contando com ferramentas de inteligência artificial.

Desde 2017 vêm surgindo iniciativas no sentido de padronizar os reportes, principalmente por parte do *World Business Council of Sustainable Development* (WBCSD), uma organização criada em 1992 para difundir práticas de desenvolvimento sustentável entre empresas, que atualmente conta com 225 empresas integrantes. Dessas, conforme Cort e Esty (2020), 170 abrem os seus relatórios de materialidade. Ainda há muito debate sobre a dificuldade de alinhar dados financeiros e de sustentabilidade ambiental e social, assim como divergências significativas sobre o que deve ser reportado como risco e como deve ser reportado. No Quadro 5 são descritos os indicadores mais comuns de materialidade.

Quadro 5 - Indicadores mais comuns de materialidade

mudanças climáticas/emissões de carbono
impactos à saúde e à segurança
segurança de dados e tecnologia
segurança hídrica e alimentar
desigualdades de bem-estar
proteção aos direitos humanos
gestão de recursos naturais
proteção de ecossistemas e avaliação de impacto ambiental
eficiência energética e geração de resíduos
novas tecnologias de energia
confiança e transparência
riscos internos e contratos de governança corporativa

Fonte: Adaptado de Cort e Esty (2020)

A partir do Quadro 5, é possível concluir que os indicadores são muito amplos, é preciso adaptá-los aos contextos das organizações em que são aplicados. Por exemplo, dentro de “impactos à saúde e à segurança”, quais elementos materiais devem ser escolhidos, como devem ser decididos a natureza e o número de métricas de modo que elas possam gerar dados consistentes, atualizados e representativos da realidade dos processos da organização que adota as métricas. Como o setor público, que ao adotar estratégias ESG não seguem os mesmos critérios das iniciativas privadas, o nível de implementação varia de acordo com o grau de detalhamento e definição de materialidade estabelecidos pela organização, o mesmo se seguiria ao ser adotado pelo terceiro setor.

A forma como as organizações adotam ESG - com maiores ou menores graus de detalhamento - pode ser uma forma de agências de classificação de riscos e desempenho financeiro classificá-las. Billio et al. (2020) observam que a *Global Sustainable Investment Alliance* (GSIA), que promove investimentos sustentáveis na Europa, na Ásia, na Austrália e no Canadá, classifica os investimentos em: negativos ou controversos (quando prejudicam fortemente o meio ambiente e a sociedade); positivos, melhores em sua categoria (quando são fruto da seleção dos melhores indicadores ESG em relação às organizações do mesmo setor); sustentáveis temáticos (quando se focam em promover um ou mais temas ambientais, como energias limpas, baixas emissões de carbono etc); socialmente

impactantes (quando são direcionados a projetos sociais específicos); integradores (quando buscam equilíbrio entre E, S e G); engajados (quando sofrem forte pressão de partes interessadas além de acionistas no sentido de alterarem os pesos dos indicadores para priorizar E e S); e baseados em normas (quando respeitam as leis e minimamente as práticas éticas de negócios).

Tradicionalmente, as agências ranqueadoras de investimentos oferecem a investidores, analistas, gestores corporativos, indicadores de diversas naturezas, tangíveis (financeiros, principalmente) e não tangíveis (como reputação) para a tomada de decisão sobre investimentos. Algumas dessas agências existem desde o final da Segunda Revolução Industrial, quando então o capital financeiro passou a predominar sobre o capital industrial e, portanto, os requisitos de posicionamento financeiro passaram a ser determinantes. Segundo Larcker et al. (2022), até por volta de 2012, mesmo havendo estruturas ESG, elas raramente eram demandadas pela comunidade investidora na análise de portfólios para tomada de decisão.

2.5 RESUMO DA REVISÃO TEÓRICA

Nesta subseção, serão identificados os aspectos mais importantes da revisão teórica e as possibilidades de relação entre eles para subsidiar um quadro de trabalho para ESG no Terceiro Setor. Destaca-se que a economia social, sem fins lucrativos, e a economia solidária, caracterizada por produção com respeito ao meio ambiente, aos direitos humanos e a culturas locais, estão ambas presentes nas cooperativas (Hillman, Axon e Morrissey, 2018).

Quanto às métricas das cooperativas, pode-se resumi-las em gerais (contendo descrição da organização, tipo de atividade, porte, setor, número, perfil e gênero dos associados e líderes) (Marconatto, Ladeira e Wegner, 2019); normativas (relativas ao cumprimento de leis) (Slomski et al., 2022); de riscos e oportunidades (incluindo aspectos ambientais e sociais, relações entre aspectos financeiros e não financeiros, transparência e rastreabilidade dos dados, práticas contábeis verificáveis) (Paiva e Carvalho, 2018); e de relacionamentos interno (existência de mecanismos de avaliação da satisfação dos cooperados, estímulo à participação e à aprendizagem) e externo (engajamento com comunidades e parceiros, existência de canais de ouvidoria) (Hough, 2015).

Quanto aos ODS, existe uma diversidade de relações entre eles e os indicadores possíveis para planejar a formalização de práticas ambientais, sociais e de governança em cooperativas. Assim, os ODS podem ser agrupados em blocos temáticos como necessidades básicas (ODS 1 a 3, 6 e 11); empoderamento (4, 5, 8 a 10); mudanças climáticas (7, 13); capital natural (12, 14 e 15); e governança (16, 17) (Mook, 2020). O WCM, em sua edição de 2019, apresenta uma solução sintética para a relação entre ODS nas cooperativas, tomando o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) como eixo para os ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável), 5 (igualdade de gênero), 7 (energia limpa e acessível), 10 (redução das desigualdades) e 12 (consumo e produção responsáveis). Na edição de 2020, o WCM enfatiza as práticas das cooperativas em relação às ações contra as mudanças climáticas (ODS 13) e, no ano seguinte, constata que os ODS 3 (saúde e bem-estar), 5 (igualdade de gênero), 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e 12 (consumo e produção responsáveis) são os mais presentes nos relatórios de cooperativas. No Brasil, o IBGC (2015) recomenda às cooperativas seguir os princípios da ICA - adesão voluntária e livre, gestão democrática, autonomia e independência, promoção da educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade - para buscar governança. Recomenda também preparar e divulgar relatórios de gestão e balanços (*accountability*) e ter conselhos variados (consultivo, de auditoria de recursos humanos e ouvidoria), mas não faz menção aos ODS.

As práticas ESG se direcionam originalmente a finanças sustentáveis com o objetivo de combate e mitigação às mudanças climáticas (Wang, 2023), mas estão ganhando crescente adesão de setores público e não-governamentais (Nardone, 2022). Os Princípios do Investimento Responsável (PRI) direcionam processos de decisão das empresas no sentido de incorporarem indicadores ambientais, sociais e de transparência, e vêm enfatizando a necessidade de abertura de dados sobre emissões de gases de efeito estufa (Wang, 2023). Existem diversos modelos de relatórios com finalidade de reporte ESG, como o GRI e o SASB, mas eles são criticados por terem um grau de complexidade que pequenas cooperativas não conseguem superar e/ou muitos indicadores ou, ainda, foco em investidores, como é o caso do SASB. Mesmo o modelo IRIS, com 50 métricas e relação com os ODS, traz 17 categorias e 28 temas muito abrangentes (Wang, 2023).

O modelo *B-Impact* é de interessante comparação, por já ser um modelo difundido e utilizado em organizações híbridas, então mesmo que privadas, elas já conversam com a governança social e ambiental, obrigadas a reportar seu desempenho social, ambiental e governança. Em ESG, a materialidade, ou relevância dos impactos, é fundamental. Uma comparação entre os Princípios do *Global Compact* - direitos humanos, práticas de trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção (Iyer, 2020) - e as categorias do *B-Impact* - governança, pessoas/colaboradores, comunidade, meio ambiente, clientes (Rodrigues, 2016) - permite identificar práticas comuns recomendadas, como: proteger e respeitar direitos humanos; manter práticas de trabalho com eliminação da discriminação e valorização de saúde e segurança; ter responsabilidade ambiental, incluindo instalações adequadas, uso de água e energia de forma responsável; encorajar o uso de novas tecnologias; combater a corrupção, com distribuição de poder e tomada de decisão; incentivar a transparência e medidas anticorrupção. Em ESG, a materialidade, ou relevância dos impactos, é fundamental. Essa materialidade é definida tanto da empresa para com o ambiente externo quanto o inverso (Giese et al., 2020; Billio et al., 2020).

A materialidade pode ser indicada por todas as partes interessadas ou apenas pelos acionistas (no caso de empresas privadas com capital aberto). Os indicadores mais comuns de materialidade, destacados no Quadro 6, podem ser analisados através da comparação com os princípios do *Global Compact* (Iyer, 2020) e com as categorias do *B-Impact* (Rodrigues, 2016), permitindo adaptar o que poderia ser buscado por organizações cooperativas como direcionadores ESG. O Quadro 6 propõe uma síntese desses direcionadores e dos ODS a eles relacionados.

Quadro 6 - Síntese dos direcionadores ESG propostos para cooperativas

Dimensões	Ações	ODS relacionados
Proteção Ambiental (E)	<p>Prevenir problemas ambientais.</p> <p>Promover a responsabilidade ambiental interna e com fornecedores.</p> <p>Encorajar a adoção de tecnologias amigas do ambiente.</p> <p>Considerar os impactos ambientais de instalações e layout.</p> <p>Promover o uso racional de água e energia.</p> <p>Promover o uso de energias limpas.</p> <p>Buscar a eficiência energética e geração de resíduos.</p>	<p>6, 7, 9, 12, 13, 14, 15</p> <p>7, 9, 12</p>
Direitos humanos (S)	<p>Proteger e respeitar os direitos humanos e prevenir sua violação.</p> <p>Promover a segurança hídrica e alimentar.</p>	<p>5, 10</p> <p>1, 2, 6</p>
Práticas de trabalho (S)	<p>Apoiar a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva.</p> <p>Abolir o trabalho forçado e o trabalho infantil.</p> <p>Eliminar a discriminação no emprego.</p> <p>Proporcionar salários justos.</p> <p>Proporcionar bem-estar no trabalho, segurança e saúde.</p> <p>Proporcionar treinamento e ouvir os cooperados.</p>	3, 4, 5, 8
Comunidade (S)	<p>Manter boas relações com instituições governamentais e não governamentais, universidades, comunidades e parceiros de negócios.</p> <p>Envolver-se em ações com a comunidade local.</p>	11, 17
Combate à corrupção (G)	<p>Combater a corrupção (extorsão, suborno, ...)</p> <p>Ter mecanismos de distribuição do poder e de tomada de decisão democrática.</p> <p>Realizar e divulgar relatórios de contabilidade, balanços, relatórios de satisfação do cliente.</p> <p>Promover a confiança e a transparência.</p>	<p>16</p> <p>16</p>

	<p>Eliminar ou reduzir riscos internos.</p> <p>Estabelecer contratos de governança corporativa.</p>	
--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nota: Em **negrito**, estão marcadas as ações relativas aos aspectos mais importantes de materialidade considerados na literatura (Cort e Esty, 2020), com os respectivos ODS. Em **azul**, estão inseridos os aspectos de materialidade relevantes, detalhados (Cort e Esty, 2020), que não constam no Global Compact nem no B-Impact.

É importante também que as cooperativas, ao buscarem parcerias comerciais ou institucionais, consigam identificar empresas e organizações, privadas, e não-governamentais, que estejam alinhadas com seus princípios e valores. Por exemplo, se a cooperativa prioriza as questões de direitos humanos, é aconselhável estudar o ranking da Vigeo-Eiris. Se ela busca empresas cujos critérios de materialidade sejam indicados por ONGs, é interessante acompanhar os rankings da Sustainalytics e da FTSE (Billio et al., 2020; Larcker et al., 2022). Neste sentido, a capacitação e a atualização torna-se relevante para as estratégias das cooperativas. Além disso, torna-se importante para as cooperativas manterem redes de contato com perfis investidores (empresas) dos tipos Ativistas do segundo grupo, que estão interessados na mudança de práticas organizacionais que tragam maior sustentabilidade e transparência de dados, e Ativistas do terceiro grupo, que priorizam investimentos benéficos ao meio ambiente e à sociedade, mesmo em detrimento das questões econômicas (Cort e Esty, 2020; Pfothenauer, 2022), conforme mostrado no Quadro 4 (p.75).

3 METODOLOGIA

O direcionamento das bases metodológicas da pesquisa depende da natureza, da finalidade e dos objetivos lançados sobre o objeto investigado e da forma de abordagem. A presente investigação apoia-se na sistematização e síntese do conhecimento teórico. Assim, oferece uma estrutura de trabalho para apreciar o estado atual das questões de sustentabilidade e propor um caminho para a introdução de um tipo de prática que ainda é pouco utilizado em organizações do Terceiro Setor, especialmente as cooperativas solidárias. Nesse sentido, de elaboração teórica, a pesquisa classifica-se como de natureza construtivista (Minayo, 2002). Trata-se de um estudo exploratório (Fontelles et al., 2009), pois tem por finalidade melhor conhecer o objeto de estudo - o Terceiro Setor e as possibilidades de implementar práticas ESG nesse contexto. Para isso, foi revisada a literatura do Terceiro Setor, os aspectos que embasam as métricas de sustentabilidade nesse campo, evoluindo para a revisão dos ODS, que moldam uma linguagem universalmente compactuada para a investigação da sustentabilidade em organizações. Ainda nessa etapa teórica, a pesquisa propôs um quadro síntese para guiar a implementação de ESG em cooperativas.

Quanto à sua finalidade, trata-se de uma pesquisa aplicada porque está construída e direcionada à coleta de dados em uma organização - a Central de Cooperativas Justa Trama. A pesquisa tem caráter exploratório também na etapa prática porque busca atender uma lacuna do mundo real, ou seja, produzir resultados concretos a partir de conhecimentos já existentes (Fontelles et al., 2009), mas para uma realidade onde não se constata uma quantidade expressiva de estudos.

No que diz respeito à forma de abordagem, a pesquisa é qualitativa porque os procedimentos não têm a pretensão de levantar hipóteses nem comprovar ou refutar fenômenos, mas de propor uma trilha de subsídios para apoiar melhorias em uma organização (Minayo, 2002). Dessa forma, busca o entendimento do fenômeno estudado - possibilidades de ESG na cooperativa - de modo aprofundado e da Investigação Apreciativa (Cooperrider, Whitney e Stravos, 2009), elaborando uma revisão teórica e o instrumento de pesquisa.

3.1 A INVESTIGAÇÃO APRECIATIVA

A Investigação Apreciativa consiste em uma abordagem construtivista para identificar os elementos de sucesso em uma realidade, sejam eles do passado ou do presente, e explorar e descobrir, por meio de perguntas, os potenciais de mudança dessa realidade. Trata-se de uma forma de pesquisa que busca o desenvolvimento organizacional por meio de interações com pessoas da organização, no sentido de trabalhar os pontos positivos e como eles poderiam ser melhor trabalhados para atingir um desempenho superior ao que se tem. Segundo Cooperrider, Whitney e Stravos (2009), a Investigação Apreciativa busca produzir informações que sejam aplicáveis à organização. “Ela envolve a descoberta do que ‘dá vida’ a um sistema vivo quando ele é mais eficiente, vibrante e construtivamente capaz em termos ecológicos, econômicos e humanos” (Cooperrider, Whitney e Stravos, 2009, p. 19). Erbs et al. (2018) utilizaram a Investigação Apreciativa para estudar como melhorar a organização em uma cooperativa de costureiras em Goiás. Nesse caso, as pesquisadoras realizaram diversas interações com as cooperativadas, por meio de grupos de estudantes de Psicologia, Pedagogia e Administração. No presente estudo, porém, a Investigação Apreciativa aplica-se por meio de interações entre a pesquisadora e três cooperativadas, sendo que a principal interação consiste em entrevistas em profundidade. Além de conviver diariamente com as costureiras, em razão de sua própria atividade profissional de designer, a pesquisadora levantou elementos da revisão da literatura descrita no início desta seção e preparou um questionário seguindo alguns princípios da Investigação Apreciativa que ajudam a colocar em movimento o chamado ciclo de descoberta, sonho, planejamento e futuro (no caso, o que, como poderia ser ESG na cooperativa?).

Conforme Cooperrider, Whitney e Stravos (2009), a Investigação Apreciativa baseia-se em teorias de aprendizagem e mudança organizacional e apresenta cinco princípios:

- **construtivismo** - segundo este princípio, o destino da organização e o conhecimento de seus líderes são indissociáveis, por isso há necessidade de aliar a dimensão racional e a imaginação;
- **simultaneidade** - a investigação e a mudança, ou mesmo a conscientização para a mudança, podem ocorrer ao mesmo tempo, por meio de diálogo e interações;
- **poético** - a organização pode ser autora de sua história no processo de

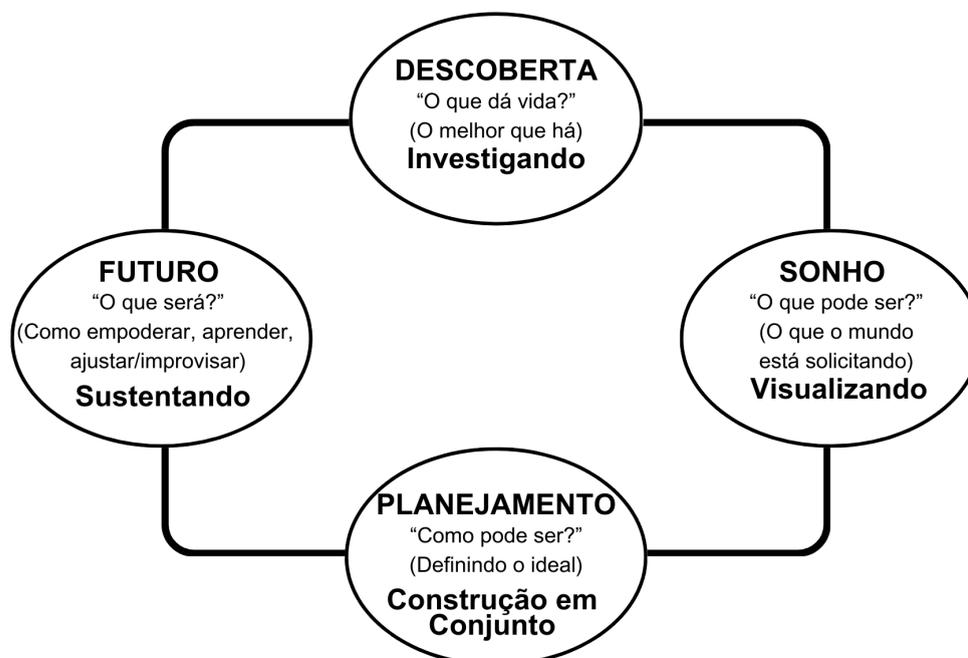
mudança, ou seja, ela não precisa seguir uma estrutura rígida, mas buscar as possibilidades dentro de uma trilha de conhecimentos disponível;

- **antecipatório** - consiste em projetar expectativas sobre como mudar, o que precisa ser desafiado e de que forma;

- **positivo** - esse princípio diz respeito a projetar uma visão assertiva para o futuro da organização com base nas experiências positivas, de modo a enfatizá-las.

Em sua aplicação, a Investigação Apreciativa tem quatro etapas: a **descoberta** (o que é, o que de melhor existe na organização?), o **sonho** (o que pode ser?), o **planejamento** ou caminho (como pode ser?) e o **futuro** (como mudar, aprender, melhorar?) (Erbs et al., 2018). Na presente pesquisa, a Investigação Apreciativa foi aplicada por meio dos diálogos entre a pesquisadora e as entrevistadas, mas não foi tornada explícita justamente para evitar o enviesamento das respostas. Portanto, a Investigação Apreciativa constituiu-se em um elemento auxiliar para guiar a pesquisa de campo. A Figura 9 representa o ciclo da Investigação Apreciativa utilizado para guiar a construção do questionário de pesquisa juntamente com a revisão teórica.

Figura 9 - Ciclo da Investigação Apreciativa



Fonte: Cooperrider, Whitney e Stravos (2009, p. 22)

3.2 INSTRUMENTO

Para preparar o instrumento de pesquisa, foram, primeiramente, recuperadas pesquisas sobre a Justa Trama, que estão descritas na subseção 3.2.1. Produziu-se um resumo delas e confirmou-se a não existência, ainda, de um olhar ESG sobre a organização, o que reforça a importância de um estudo exploratório. Posteriormente, com base na revisão teórica e especialmente no Quadro 6 - Síntese dos direcionadores ESG propostos para cooperativas - foi elaborado um questionário (Apêndice A), onde os blocos foram relacionados às etapas do ciclo da IA. O questionário está descrito na subseção 3.2.2, e os procedimentos de entrevista, na subseção 3.2.3.

3.2.1 A JUSTA TRAMA: O QUE JÁ SE ESTUDOU

Em 2017, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, *Food and Agriculture Organization* (FAO), desenvolveu uma publicação para a Série 'Estudos sobre a cadeia de valor do algodão na América Latina e no Caribe', relatando a experiência da Cooperativa Central Justa Trama no cultivo do algodão e articulação da cadeia, tendo por objetivo trazer visibilidade para práticas e conhecimentos que contribuam para a sustentabilidade de milhares de famílias agricultoras e pequenos empreendedores rurais, a fim de contribuir para elaboração e implementação de políticas públicas que auxiliem o desenvolvimento do setor. Nesta publicação ela trouxe à luz a resolução a respeito da Economia Solidária desenvolvido pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho), segundo a qual esse tipo de economia diz respeito a um novo projeto de desenvolvimento, cujas características são: ser sustentável, solidária, global e coletiva (Rossetto e Barroca, 2017). E complementou afirmando que ela está direcionada à produção caracterizada pela igualdade de direitos, pela posse coletiva dos trabalhadores, e pela autogestão democrática. A FAO apontou a Justa Trama como tecnologia social, ou seja, um tipo de empreendimento diferenciado que traz impacto positivo para a sociedade. O documento ainda recomenda que o modelo de trabalho da Justa Trama deveria ser replicado em toda a América Latina. Isso porque, além de todos os preceitos da economia solidária,

ainda engloba uma série de ações sustentáveis em toda sua cadeia, agregando valor ao trabalho coletivo (Rossetto e Barroca, 2017).

Santos et al. (2021) afirma que a indústria têxtil também pode se inserir na Economia Solidária, sendo esta uma alternativa ao desenvolvimento agressivo da indústria frente às preocupações com o meio ambiente, sugerindo um modo produtivo mais responsável. No Brasil, a indústria têxtil representa um setor expressivo, poluindo de forma expansiva. Nesse contexto, a Justa Trama se diferencia como Central de Cooperativas da Economia Solidária e tem demonstrado que é possível articular a indústria de modo mais sustentável. A Justa Trama, como indústria têxtil, traz uma superação ao gargalo da comercialização para os empreendimentos solidários que a compõem. A produção é mantida na mesma escala para que não haja imprevistos relacionados ao mercado comercial ou à distribuição, o objetivo não é a produtividade, mas sim a estabilidade financeira, a geração de renda.

Santos et al. (2021) observam que a Justa Trama surgiu no panorama de uma grande crise no setor têxtil brasileiro, o qual passou por diversos problemas financeiros desde o final dos anos 1990. Essa crise deveu-se principalmente à customização em massa, que é uma estratégia comum ao setor de moda, mas que desvaloriza o design colaborativo, o qual gera mais ou menos 70% do valor de capital intelectual das empresas do setor (Olaru, Ghituleasa e Filipescu, 2012). O design tem um papel fundamental na economia de cooperativas ou na economia solidária (Giacomini da Silva e Schulte, 2014), uma vez que agrega valor aos produtos e congrega indivíduos em torno de projetos socioecológicos, na perspectiva de relações duráveis, como acontece na Justa Trama, que apresenta um elevado nível de colaboração entre seus integrantes.

A partir dos anos 1980 do século XX surgiram vários movimentos sindicais dentro do movimento político da redemocratização e num contexto de relações de trabalho já deterioradas. Foi assim que a Economia Solidária teve seu começo, no Brasil (Giacomini da Silva e Schulte, 2014). Desta forma, a Economia Solidária foi uma forma de resposta à precarização do trabalho, tendo sido impulsionada por instituições como a SENAES, com o apoio de movimentos como o da Igreja Católica. Outros projetos alternativos começaram a se formar no início dos anos 2000, a exemplo da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), com a ideia de trabalho auto gerenciado. Esses empreendimentos buscam

autonomia, inclusão, respeito a minorias e aos direitos humanos, e a incorporação de produção ecológica (sem uso de agrotóxicos), ao lado de premissas sociais mais amplas, como respeito e inclusão às comunidades locais e aos consumidores.

Santos et al. (2021) destacam como princípios da Economia Solidária que caracterizam a Justa Trama: reciprocidade, justiça social e cooperação. Esses autores reforçam a descrição de Giacomini da Silva e Schulte (2014) sobre as origens da Economia Solidária no Brasil, tendo como características: autogestão dos negócios, envolvimento com princípios de negócios sustentáveis e, mais recentemente, com os ODS.

A central de cooperativas Justa Trama foi criada em 2004, no escopo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e faz parte de uma rede de cooperativas que tem o suporte da Central Única dos Trabalhadores (CUT), considerado um dos movimentos sindicais mais fortes do Brasil. Seu surgimento, inclusive, esteve diretamente relacionado a uma publicação da CUT, de 2005, chamada “Elaboração de Projetos de Complexos Cooperativos”, no qual a própria CUT descreve como seria a organização de complexos cooperativos dentro de uma Economia Solidária. A internacionalização da Justa Trama ocorreu desde a sua participação no Fórum Social Mundial, tendo participado na edição de 2005, em que realizou a articulação para fabricação e fornecimento de sacolas de algodão. No entanto, a primeira organização da cooperativa, antes de fazer parte de uma rede nacional, foi estabelecida em 23 de maio de 1996, sendo então chamada Univens (Unidas Venceremos), na época com 35 costureiras que moravam no bairro Sarandi e enfrentavam o desemprego (Riva, 2011; Turcato, 2011).

Conforme Riva (2011, p. 53), a Univens produz “camisetas, sacolas, uniformes escolares e empresariais, como aventais, calças, suéteres, jaquetas, bermudas, entre outros”. O objetivo inicial na criação da Univens sempre foi o da distribuição de renda para o desenvolvimento social da comunidade, os demais desdobramentos dessa motivação são meros frutos da autonomia gerada pelo desenvolvimento da cidadania e vontade de fazer uma realidade diferente.

A Central de Cooperativas Justa Trama, portanto, é um empreendimento solidário surgido na união de interesses de mais de uma cooperativa descentralizada pelo território brasileiro, em prol de gerar impacto social, econômico, ambiental e político. Ela reúne cooperativas e associações como entidades que operam juntas em um tipo de produção comum, como uma rede solidária autogestionária. Isso

significa que ela é gerida pelos próprios trabalhadores envolvidos, o que, para Andrada (2013), implica uma larga associação política ao trabalho. Cada uma dessas associações e cooperativas congrega trabalhadores associados e tem autonomia gerencial direta com as pessoas envolvidas. A Justa Trama une a força de trabalho de diversos elos para construção de uma cadeia sólida que parte desde o cultivo do algodão agroecológico, como a fiação, tecelagem e termina na manufatura de itens fabricados deste material, como roupas, brinquedos e acessórios.

Leal, Ogasavara e Gonçalves (2017) reiteram a caracterização da Justa como uma rede de cooperativas que compreende a Univens (em Porto Alegre) e uma série de empreendimentos que integram a cadeia do algodão agroecológico no Brasil. Hoje operam três cooperativas e duas associações, são elas: Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional - ADEC (Tauá-CE), atua no plantio do algodão; Associação de Comercialização Solidária Xique-xique (Natal - RN), atua no plantio do algodão colorido rubi; Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas - Coopertêxtil (Minas - MG), atua na fiação e tecelagem; Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos - Univens (Porto Alegre - RS), atua na confecção de itens de vestuário e outros, e na articulação da rede; Cooperativa Açaí (Porto Velho - RO), atua produzindo botões de sementes, biojóias, e bonecas de retalhos; Coletivo Inovarte (Porto Alegre - RS), atua produzindo bonecas e jogos pedagógicos das sobras da produção.

Dentro deste contexto pelo qual se identificam os elos desta cadeia, encontra-se a Univens, citada anteriormente - pivot do surgimento desta iniciativa multipropósitos, e que se organiza e articula dentro do contexto social da comunidade do bairro Sarandi em Porto Alegre - RS. A sede da Central de Cooperativas Justa Trama, desde sua fundação, é a Univens em Porto Alegre, e é lá que se concentra o estoque de tecidos, de peças confeccionadas, *show room* e sede administrativa. Apesar de redistribuir as tarefas igualmente, a presença da sede demanda maior responsabilidade e dedicação das cooperadas da Univens, concentrando mais tarefas administrativas e trabalho em meio à produção.

Como relata Nespolo (2014), a Univens se originou do trabalho conjunto de diversas mulheres, que através do trabalho associado, num contexto de Orçamento Participativo presente em 1993, percebeu sua força política e social para transformação, alterando a configuração social do trabalho de diversas mulheres da

comunidade, que preferiam trabalhar de casa e criar seus filhos em vez de se submeter ao trabalho automático no chão-de-fábrica. Por meio de seu sucesso e de incentivos fiscais, formou-se e organizou-se esse empreendimento. As mulheres da Univens decidiram ir além, sugerindo um trabalho em rede em que diversos grupos e cooperativas espalhadas pelo território brasileiro pudessem empreender em conjunto, se beneficiando pela geração de renda e impactando positivamente o planeta.

No cálculo do produto confeccionado, a cooperativa não previu lucro, termo aqui atribuído à concentração de capital, e não para fundo de reinvestimento no próprio negócio. O valor necessário para viabilizar o trabalho das cooperadas é tratado como fundo, com sobra para girar matéria-prima com prazo, e o valor utilizado para construção da sede foi fruto da economia de anos, por meio das “sobras” não repassadas às cooperadas, e ao auxílio de uma entidade parceira (a Garraf Coopera). Elas recebem um valor acima do mercado, o que, ao ver do objetivo inicial, da distribuição de renda, cumpre a sua razão de ser. A Justa Trama, como resultado da articulação inicial deste grupo, segue a mesma lógica desde sua fundação.

Em 2013 os preços foram ajustados levando em consideração alguns estudos, considerando o tempo de produção de cada um e um valor referência de remuneração mínimo de R\$ 1000 para cada trabalhador(a) da cadeia, e com previsão de aumentar esta referência para garantir uma melhor qualidade de vida para cada membro (Andrada, 2013). Ainda no ano de 2014 a Justa Trama não via com bons olhos a inserção de seus produtos no mercado tradicional, com medo de que, fazendo isso, cederia à demanda apenas comercial e perderia sua identidade e essência (Bossle e Nascimento, 2014).

Devido a possuir fundamentos muito sólidos de remuneração justa e o respeito entre todas as partes, seu relacionamento é diretamente com organizações alternativas que se aproximam de seus valores. A cooperativa também acredita serem esses os fatores que a distancia de empresas capitalistas, como grandes redes de lojas (Bossle e Nascimento, 2014). Nelsa Nespolo, fundadora e presidente da Univens e Justa Trama, afirma que, inicialmente, quando criado em 2005, o preço justo previa um viés de 10% de ganho para o vendedor, e 20% para os sócios, tudo isso pensando em motivar os sócios e a venda (Nespolo, 2014).

O conceito do preço justo é atribuir valor ao produto de modo que possibilite a remuneração justa de cada etapa da produção, garantindo uma melhor remuneração do trabalho, e que ainda assim seja acessível ao trabalhador que o produziu. Segundo Andrada (2013), a manutenção do melhor preço pelo algodão de base agroecológica se dá pela política do preço justo e pela ausência de atravessadores dentro da cadeia, garantindo a maior remuneração para o agricultor, porém essa remuneração ainda está longe de ser alta, e acrescenta-se o aumento das distâncias geográficas entre os elos, elevando os custos de transporte e limitando a frequência dos encontros entre eles. Em 2015, o transporte entre os elos da cadeia, de matéria-prima, produtos semi-acabados e confecções eram realizados por meio de transporte terceirizado. Dias (2015) relata que a maior parte dos custos em toda a cadeia é direcionado ao transporte, e por isto a estratégia adotada é de mandar grandes quantidades para cada etapa de fabricação, poucas vezes ao ano, fazendo com que cada empreendimento estoque este material e vá utilizando de forma gradual. A produção de peças finais também ocorre poucas vezes ao ano, produzindo várias peças da mesma coleção e as armazenando para comercializar aos poucos. Isso significa que a quantidade de material é alta em estoque, fazendo com que haja pouca rotatividade de produtos, o que compromete a competitividade na produção da Justa Trama, ocasionando custos armazenados em estoque, que acabam por compor o preço final do produto.

O comércio justo é essencialmente valioso para as organizações que buscam negócios éticos. Para Leal, Ogasavara e Gonçalves (2017, p. 161), “o comércio justo é uma alternativa ao comércio usual, pois respeita as necessidades das pessoas mais pobres”. O comércio justo combina preço acessível, responsabilidade social, permite a transparência, a qual faz parte da governança. Também inclui o respeito pelo meio ambiente e pela saúde dos consumidores. Leal, Ogasavara e Gonçalves (2017, p. 161) mencionam como princípios do comércio justo:

o envolvimento dos produtores, voluntários e empregados, nas decisões que os afetam; a proteção e a promoção dos direitos humanos, principalmente os direitos das mulheres, crianças e pessoas indígenas; o respeito e a preocupação com as pessoas e com o meio ambiente.

Marca bem posicionada, produtos de baixo custo, permitindo o acesso por parte de diversos consumidores, possibilidade de contar com a matéria-prima

própria, parceria robusta com os consumidores, são facilitadores do comércio justo (Leal, Ogasavara e Gonçalves, 2017). De acordo com Robert-Demontrond (2009), existem vários contextos para o comércio justo, tratando-se, sempre, de uma luta contra a exclusão social e uma forma de desenvolvimento local. Santos et al. (2021) consideram o comércio justo uma expressão da confiança entre pessoas no trabalho, fidelidade a princípios ambientais e capacidade de autogestão. É ainda uma forma de se opor às determinações do modelo *fast-fashion* que domina a indústria da moda (Santos et al., 2021).

Para a Justa Trama, o comércio justo é definido pela articulação das relações econômicas baseadas na solidariedade e não apenas na relação comercial. O comércio justo resulta em preço justo e melhores condições econômicas para os agricultores familiares, além de conscientização dos consumidores.” (FAO, 2017, p.11)

A Justa Trama é um dos casos mais estudados de economia solidária no Brasil, no setor têxtil (Lacerda, 2009). Os estudos sobre a Univens e a Justa Trama são eminentemente focados na capacidade de superação dessas organizações cooperativas em meio a uma economia capitalista excludente (Dias, 2015). Essa capacidade de superação incorpora a busca de aspectos ambientais e socioambientais, uma vez que toda a produção é organizada no sentido de se evitar a geração de resíduos ou de permitir a reciclagem (Turcato, 2011).

Andrada (2013) estudou as relações entre política e autogestão no contexto da Justa Trama e revelou como as mulheres passaram a ter uma visão mais politizada de seu papel na cooperativa – como elas passaram a aprender sobre autogestão e sobre outras rotinas que possibilitam trazer novas ideias para a cooperativa. Elas se beneficiaram do Orçamento Participativo que caracterizou a Administração Pública de Porto Alegre nos anos 1980, 1990 e até a metade dos anos 2000. A solidariedade, a cooperação, o senso de vizinhança e a sustentabilidade ambiental estão todas encadeadas (Andrada, 2013). Para a Univens, é difícil separar as atividades de produção e as de gerenciamento. De certa forma, as atividades da Univens e da Justa Trama se confundem (Andrada, 2013).

Para Gomes (2011), a territorialidade é uma característica que impulsiona a colaboração e pode ser detectada na rede da Justa Trama. A territorialidade faz com que a Justa Trama e demais cooperativas possam atuar em harmonia com a vizinhança e com redes de parceiros e fornecedores locais para conquistar melhores

resultados. Um exemplo disso é a obtenção de um espaço mais adequado para as atividades da Justa Trama a partir de parcerias com a Prefeitura de Porto Alegre em 2004 (Gomes, 2011).

3.2.2 DESCRIÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário é formado por 46 perguntas, a maioria abertas. Algumas questões são introduzidas por um enunciado explicativo para maior clareza das entrevistadas. O **bloco 1** é formado por nove questões: 1 a 3 e 8 - informações gerais sobre a cooperativa, número de cooperados, clientes e fornecedores (elos), como ela é vista e representada pelas dirigentes; 4 a 7 - modelo de negociação; e 9 compreensão geral de governança. O **bloco 2** é formado por oito questões - uma pergunta aberta sobre a compreensão de sustentabilidade (questão 10), uma pergunta sobre conhecimento dos ODS e relação com governança ambiental, social e econômica (questão 11), o ranqueamento de indicadores de sustentabilidade ambiental, social e econômica (12 a 14), sobre os ODS e as práticas sociais, ambientais, de governança (15) e a importância da formalização dos ODS (16), e sobre responsabilidade social (17). O **bloco 3** tem 29 questões. Da 18 a 23, trata de princípios como gestão democrática, justiça social, autogestão etc; na 24, trata de medidas para mensurar aspectos como engajamento e satisfação das pessoas, educação, treinamento digital, tentativas de convergência de resultados financeiros e sociais, riscos, cooperação e inserção regional; na 25, trata de autonomia financeira e relações com o mercado; da 26 a 28, trata de mudanças climáticas e outros aspectos ambientais; da 29 a 30, sobre conhecimentos a respeito de leis relativas ao Terceiro Setor; na 31, sobre conhecimento do GRI; da 32 a 35, sobre parcerias, certificados ambientais e sociais e tratamento de dados, respectivamente; na 36, sobre liderança; na 37 e 38 sobre financiamento e doações, respectivamente; da 39 a 45, sobre governança, e a última sobre dúvidas a respeito de ESG.

3.2.3 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

A última etapa do estudo de caso, em campo, foi a aplicação do questionário a três trabalhadoras da Central de Cooperativas - duas são associadas pela Univens e uma é prestadora de serviços. A primeira é Nelsa Nespolo, diretora-presidente da Univens e Justa Trama, responsável pela produção e pela representação institucional da Central de Cooperativas Justa Trama; a segunda é Patrícia Bittencourt Ribas, costureira e tesoureira da Justa Trama, atuando anteriormente como tesoureira da Univens; e a terceira é Franciele Rotini Escoval, responsável por administrar estoques, prestar contas de projetos e pelo acompanhamento de vendas da Justa Trama. Cada uma delas foi convidada pela pesquisadora, pessoalmente, a participar da entrevista, no mês de dezembro de 2023. Elas abriram mão de termo de consentimento formal e permitiram a sua auto-identificação. Uma quarta entrevistada foi convidada, mas não pode participar. As entrevistas foram realizadas na sede da Central de Cooperativas Justa Trama, em Porto Alegre, de 28 de dezembro a 11 de janeiro de 2024, individualmente, com duração aproximada de 2 a 4 horas cada uma. Durante cada entrevista, a pesquisadora teve que parar para explicar termos e interagiu com as entrevistadas (que já eram suas conhecidas), o que gerou uma apreciação do tema (ESG) e um interesse das entrevistadas, provocando debate, às vezes, e surpresa com o tipo de abordagem não muito conhecida por elas.

As entrevistas foram gravadas e transcritas em janeiro de 2024. Devido à extensão das transcrições (quase 300 páginas), foi necessária a edição para a exclusão de diálogos manualmente que não se referiam objetivamente ao conteúdo de cada questão proposta. Uma versão compacta resultou da edição da entrevista integral e está disponível no Apêndice B.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa estão apresentados em quatro subseções, de acordo com a estrutura dos blocos do questionário. Eles foram alinhados às ideias do ciclo da Investigação Apreciativa. O Quadro 6 (Síntese dos direcionadores ESG propostos para cooperativas), também foi utilizado no relatório e discussão dos resultados. Devido à extensão do questionário e de muitas respostas, mesmo após a edição delas, foram selecionados os trechos mais representativos, de acordo com o direcionamento da Investigação Apreciativa, pois a ideia principal é seguir um ciclo assertivo dentro da temática ESG, isto significa mostrar os pontos que podem ser alavancados. Desta forma, não são reproduzidas nos resultados todas as respostas de todas as respondentes (o que pode ser visto no Anexo B), mas são selecionadas as mais objetivas e aquelas que mostram as reações de surpresa (descoberta), imaginação prospectiva (sonho), ideias sobre planejamento e o que elas expressaram desejar, para o futuro, em relação aos temas apreciados.

4.1 MODELO DE NEGÓCIO NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE

No primeiro bloco, são analisadas em conjunto as questões 4, 5, 6, 7 e 8. Elas desafiam as entrevistadas a pensar o modelo de negócios da cooperativa, sua visão e missão, sua estrutura administrativa e como elas representam essa estrutura atualmente. A questão 9 se refere à compreensão geral que as entrevistadas têm de governança.

Questão 4 - A Justa Trama é considerada uma organização do Terceiro Setor. Na sua avaliação, ela é uma cooperativa (sem fins lucrativos, com decisão democrática, com estrutura organizacional horizontal), é uma economia solidária (não necessariamente sem fins lucrativos, com decisão em instâncias, com maior foco na digitalização dos processos)? Quais diferenças você vê entre esses conceitos? Se não vê diferenças, por quê?

Duas associadas, Patrícia e Franciele, afirmaram que a Justa Trama é uma cooperativa e uma economia solidária, ao mesmo tempo. A presidente, Nelsa, refletiu que:

A economia solidária resgata o que o cooperativismo perdeu com o tempo, porque na essência, quando o cooperativismo surgiu, ele não existiria de outra forma, a não ser na compreensão de economia solidária, que é ser coletivo, que é ser democrático, que é fazer uma distribuição justa de ganhos entre todos os seus cooperados. Depois, sobretudo no agronegócio, o cooperativismo passou a ter um formato de empresa porque foi um jeito mais fácil de burlar os direitos trabalhistas. Então a economia solidária ela vem com força para resgatar isso, resgatar o que o cooperativismo perdeu, mas o cooperativismo solidário, o cooperativismo autêntico, ele se confunde com a própria economia solidária. Mas a economia solidária, ela tem outros formatos jurídicos, também tem um formato de associação. Não existe mais nenhum formato ideal do que o cooperativismo verdadeiro. O problema é quando ela se distancia disso - passa a não ser algo que de fato vive a plena democracia... os ganhos são diferencial entre o Presidente e os outros.

Nessa declaração, Nelsa reflete sobre o distanciamento que certos tipos de cooperativismo adotaram em relação à distribuição justa dos resultados e ressalta que a Justa Trama é uma economia solidária que mantém valores originais do cooperativismo, como a democracia e o respeito pelo trabalho. A reflexão sobre o que é economia solidária no cooperativismo, de certa forma, se alinha ao que está resumido no Quadro 6, em Práticas de Trabalho - Proporcionar salários justos. Aqui está também expressa nitidamente uma missão clara (Tavanti, 2020). E está o reconhecimento da pluralidade de compreensões sobre as formas da economia solidária (Marier-Bienvenue et al., 2017) e como, no caso das cooperativas, ele gera uma certa tensão sobre “o que é”, pois o conceito de economia solidária, sobre o qual não há um consenso (Bloice e Burnett, 2016), serve tanto para as cooperativas que seguem os princípios enraizados do cooperativismo referido por Nelsa, de gestão democrática, autonomia, liberdade de associação e solidariedade (Cruz Filho, 2016), quanto para o que ela aponta no cooperativismo do agronegócio, que pode também ser caracterizado como uma economia solidária mas incorporando algumas práticas mais alinhadas com o setor privado em negociações (Esposito e Ficcadenti, 2020). Essa reflexão é aprofundada na questão 5, respondida por Nelsa e Franciele.

Questão 5 - A Justa Trama poderia ser considerada uma economia híbrida (que tem finalidade social, com propósito de bem comum, mas administrada como uma empresa privada)? Explique, por favor.

Para Nelsa, a Justa Trama:

não é híbrida [...], é uma cooperativa central, de forma radical do conceito do cooperativismo. Ela trabalha o aspecto ambiental, o aspecto social e o aspecto econômico. Em toda sua prática, então, planta de forma agroecológica, cuida para não gerar mais resíduos, produz coisas que possam aproveitar os retalhos, não tingem as peças da forma que a indústria têxtil faz. Faz um processo mais natural ou deixa o algodão no seu processo natural. Ela se envolve com as suas comunidades. E ela também busca um retorno financeiro que seja distribuído de forma justa entre todos, porque ninguém vive de vento, de algum lugar você vai precisar de recursos para sobreviver.

Diferentemente, Franciele entende que “[a] Justa Trama é uma cooperativa, mas a gente quer buscar que ela seja uma marca conhecida no mundo inteiro, como uma Renner da vida. A gente quer que ela cresça”. Nessas respostas, observa-se novamente uma tensão entre a vontade de permanecer fiel aos princípios do cooperativismo mas, ao mesmo tempo, trabalhar para o crescimento como fazem as empresas privadas, o que indica uma intuição do modelo de negócio híbrido, no qual há atividades sociais mas há também um tipo de gestão que admite se aliar a empresas capitalistas, por meio de projetos financiados por suas fundações filantrópicas dentro da Central de Cooperativas, e ter uma maior inserção no mercado [capitalista]. A diferença fundamental é que as cooperativas não possuem finalidade lucrativa (Parsehyan, 2017; Paiva e Carvalho, 2018). Ainda nessa questão, a entrevistada Nelsa indica alinhamento com ações de Promover a responsabilidade ambiental interna e com fornecedores, conforme a síntese do Quadro 8.

Questão 6 - Você considera que a Justa Trama, atualmente, mantém a mesma estrutura, os mesmos propósitos, visão, missão e valores em relação à época em que foi fundada? Explique, por favor.

As duas cooperadas foram enfáticas em responder que os princípios nunca mudaram: “(...) [a] gente nunca mudou a visão, a missão, que é distribuir renda entre os sócios” (Patrícia); (...) a gente sempre avalia que não podemos nos distanciar disso” (Nelsa). Para Patrícia: “Acredito que não mudamos. Mas quando foi criada, não tinha essa percepção do que ela é hoje, do que se tornou e de como está sendo reconhecida”. Esse consenso reforça as ideias de cooperação, distribuição de renda e poder e diálogo que, conforme Tan (2016), delineiam a economia solidária.

Questão 7 - Você acredita que a Justa Trama mudou para melhor quanto à sua estrutura administrativa, formas de produção e práticas relativas a organizações do Terceiro Setor? Por quê?

As respostas, aqui, são contextualizadas de forma distinta pelas entrevistadas. Para Franciele e Patrícia, melhoraram os controles da produção (que utiliza algodão agroecológico) e a separação de tarefas entre quem gerencia o setor administrativo, a loja da cooperativa, a participação em feiras e o atendimento aos clientes. Isso é resultado do aumento do conhecimento e da experiência, afirma Patrícia. Nelsa, por sua vez, aponta que:

se você me perguntar, a gente melhorou a estrutura, eu acho que não... e talvez isso seja um problema para nós. Porque, depois que você tem uma caminhada, deveria ter um quadro de pessoas mais profissionalizadas, e a gente não tem.

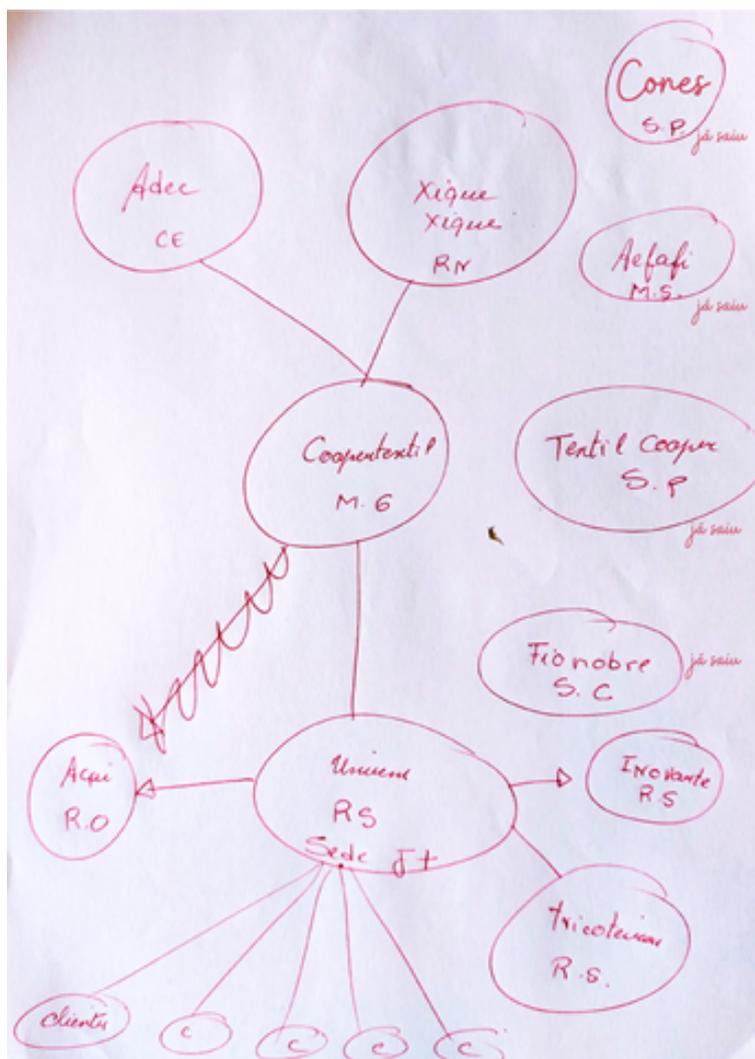
A afirmação de Nelsa é complementada por “[a] gente está dentro de uma sociedade capitalista. E a gente quer construir um outro modelo, é tão difícil isso”. Aqui aparece o reconhecimento de algumas melhorias na divisão de tarefas, mas de reconhecimento da falta de profissionalização e da pressão pela quebra do que as entrevistadas consideram um modelo genuíno de cooperativismo que, na prática, para elas, pratica a distribuição de poder e a tomada de decisão democrática (o que seria governança, segundo a síntese do Quadro 6). Por outro lado, a ênfase dada por Nelsa ao fato de “o que é”, a cooperativa, ser um modelo em construção enfrentando a pressão capitalista, coloca uma grande responsabilidade na tomada de decisão e a faz perceber (Descoberta) o quanto o fortalecimento do Terceiro Setor, com as crises da economia de mercado (Pape et al., 2020), traz o que ela chama de “assédio” sobre a natureza do cooperativismo.

Questão 8 - Faça um desenho ou esquema da estrutura da Justa Trama como você a enxerga hoje, considerando: pessoal interno, fornecedores, clientes, mercados com os quais se relaciona. Depois de fazer o desenho, identifique nele os elementos que não existiam desde 2004 e os elementos que existiam naquela época mas que foram eliminados ou modificados.

Somente Nelsa atendeu esta questão de forma detalhada, Patrícia estava costurando e pediu para não responder, enquanto Franciele integrou a Justa Trama

nos anos de 2016-2017, e novamente em 2023. Ela esboçou a seguinte representação, que foi fotografada e está reproduzida a seguir (Figura 10). Em seguida, ela explicou as mudanças que ocorreram na rede de cooperativas desde 2004.

Figura 10 - A Justa Trama hoje



Fonte: Nelsa Nespolo (2024)

Segundo Nelsa, a rede de cooperativas Justa Trama é formada por Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional - ADEC (Tauá-CE), que planta algodão; Associação de Comercialização Solidária Xique-xique (Natal - RN), que cultiva algodão colorido rubi; Cooperativa de Produção Têxtil de Para de Minas - Coopertêxtil (Minas - MG), que faz fiação e tecelagem; Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos - Univens (Porto Alegre - RS), que produz confecções;

Cooperativa Açaí (Porto Velho - RO), com produção de botões de sementes, bijóias, e bonecas de retalhos; Coletivo Inovarte (Porto Alegre - RS), que fabrica bonecas e jogos pedagógicos de sobras da produção. Atualmente também conta com um grupo de tricoteiras/crocheteiras do Sul. Sobre as mudanças na rede, Nelsa observa que houve entradas e saídas de instituições parceiras (detalhes no Anexo B), principalmente por instabilidades econômicas. Ela destaca, como novidade a parceria com a Rede Xique Xique, há mais ou menos um ano, que veio a somar também no método de certificação participativa da rede.

Na representação e nos detalhamentos sobre a rede, dados por Nelsa, fica implícita a resiliência através da estrutura de redes de associadas e cooperativas e como elas rapidamente se reorganizam para manter os propósitos do todo (Severino, 2013; Christianson, 2015; Rodrigues, 2016).

Questão 9 - O que você entende por governança, em geral, por governança ambiental e por governança social?

Patrícia e Franciele entendem que governança leva ao entendimento de “um todo”: “É algo que administra tudo” (Patrícia); “É quem decide tudo” (Franciele). Nesse sentido, Franciele enfatiza que se trata de liderar e decidir, mas sempre de forma democrática, mostrando o melhor caminho. Nelsa detalha mais, observando que:

Governança é a forma de fazer a gestão de todo o processo, desde a questão financeira, da questão da relação entre as pessoas. É a forma operativa de fazer o negócio funcionar. E por governança ambiental e social, as decisões que são tomadas devem preservar isso, que tenham esse olhar social, ambiental, de cuidado.

As respostas mostram que a diretora da Justa Trama compreende o conceito de governança de forma alinhada ao que está na literatura. Por exemplo, Prim (2021) afirma que a governança é um conceito multidisciplinar, o que aparece na fala de Nelsa quando ela diz que “é a gestão de todo o processo” e “a relação entre as pessoas”, ou seja, envolve disciplinas como psicologia, contabilidade e economia (Prim, 2021). Ainda nas palavras de Nelsa, “[é] a forma operativa de fazer o negócio funcionar”, podemos nos reportar ao que afirma o IBGC (2015, p. 3) ao se referir como governança a um “sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas”. Na sistematização feita no Quadro 8, aparece, entre as

descrições de governança, “estabelecer contratos”, os quais nada mais são que regras para relações entre pessoas e organizações.

4.2 COMPREENSÃO DE SUSTENTABILIDADE E ODS

No bloco 2 destacam-se as questões 10 - entendimento de sustentabilidade pelas entrevistadas; 11 - entendimento dos ODS; 12, 13 e 14, em que as respondentes hierarquizam o que é mais importante na sustentabilidade ambiental, social e de governança; e 15 e 16 - sobre a formalização dos ODS e como eles se relacionam com as práticas da cooperativa.

Questão 10 - Quais são os principais aspectos de sustentabilidade ambiental na Justa Trama?

Apenas Nelsa respondeu esta questão. Segundo ela:

Os principais aspetos do olhar ambiental são desde o plantio do algodão, de forma agroecológica, que é mais do que plantar sem veneno. Então, além de não usar agrotóxico, sendo orgânico, ele é plantado de forma consorciada com o gergelim, com o feijão, com milho, com melancia, que é para garantir a sustentabilidade das pessoas e o equilíbrio da terra e evitar a contaminação da água. Então tem um aspecto muito importante na agroecologia, que tem a ver com a vida das pessoas. A gente migrou para a certificação participativa, que não é auditada, que não é pagar uma empresa para que venha e diga que você está fazendo o processo correto, mas que um núcleo de agricultores vai certificando os outros na sua prática agroecológica. A gente separa os canos que vêm nos rolos de tecido, tanto se eles vêm em madeira ou plástico, coloca eles fora no dia da coleta seletiva para que eles sejam bem aproveitados. A gente tem caixa d' água na sede para coletar água da chuva. Nós fizemos todo um processo de adaptação da serigrafia onde antes se lavava a tela, e a água ia para a rede. Agora, ela é toda tratada e reaproveitada. A gente tem placa solar, e tem campanha que a gente faz para a questão do meio ambiente. Que quando as pessoas usam uma roupa orgânica, elas estão usando uma roupa que preserva o meio ambiente, que não contamina. Além disso, a gente trabalha com os retalhos. Hoje, o orgânico abre um nicho de mercado.

Já Franciele afirmou “O algodão. Porque sei lá, eu acho que é isso.” A resposta de ambas deixa claro que a sustentabilidade é compreendida muito mais sob o ponto de vista ambiental (ecológico), do que social e econômico. Não significa que elas não pratiquem as outras dimensões da sustentabilidade não mencionadas, mas que enfatizam a dimensão ambiental do TBL e que relacionam essa dimensão com aspectos sociais (“tem a ver com a vida das pessoas”). As menções a algodão

agroecológico, reaproveitamento de água, serigrafia com produtos à base d'água, reaproveitamento de retalhos de tecidos e uso de energia renovável mostra o lado de resiliência às questões climáticas (Iyer, 2020) e atende princípios do Global Compact da ONU (sintetizados no Quadro 6), quanto à proteção ambiental: encorajar a adoção de tecnologias amigas do meio ambiente e promover o uso de energias limpas, por exemplo.

Questão 11 - O que você entende pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)? Qual a relação entre esses objetivos e a governança ambiental e social?

Patrícia afirmou não ter entendido a pergunta (mesmo com uma explicação da pesquisadora) e Franciele disse não conhecer os ODS. Para Nelsa “alguns vão além da questão social e ambiental”, os ODS estão relacionados com uma “crise de desigualdade social” (...) “de pessoas que estão totalmente excluídas, e não só do ponto de vista econômico, mas na questão dos direitos também... e ambiental”. Isso revela que há um entendimento bastante limitado dos ODS pela diretora da Justa Trama, pelo menos da forma como eles são apresentados originalmente e ainda mostra que as entrevistadas ignoram o monitor mundial das cooperativas (WCM), bem como a Agenda 2030 da ONU, que trata dos ODS. Nelsa, indiretamente, se referiu aos ODS que tratam, conforme a classificação de Mook (2020), de necessidades básicas. Isso fica subentendido quando ela associa o tema a “pessoas excluídas”. Esses ODS referidos por Mook (2020) são: 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero...), 3 (saúde e bem-estar), 6 (água potável e saneamento) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis). No entanto, Nelsa também falou das exclusões ambiental e de direitos, e então, de forma não clara, acabou envolvendo muitos outros ODS - os do grupo que Mook (2020) chama de mudanças climáticas (ODS 7 e 13), do capital natural (12, 14 e 15) e de empoderamento (ODS 4, 5, 8, 9 e 10).

Questão 12 - A partir dos aspectos listados a seguir, numere-os de 1 a 9, sendo 1 o mais importante e 9 o menos importante. Numere os aspectos com base no que você sabe que é priorizado na Justa Trama.

___ economia no uso de energia; ___ uso de energias renováveis; ___ gerenciamento de resíduos; ___ reciclagem; ___ embalagens menos volumosas ou mais ecológicas; ___ uso de matérias-primas sustentáveis; ___

banimento do uso de produtos tóxicos; ___ cuidados com a qualidade do ar; ___ economia de água

Todas as entrevistadas responderam. Com base no ordenamento de cada uma, se fez um resumo conforme a ordem das respostas - Nelsa, Patrícia e Franciele. Os aspectos mais importantes para o conjunto das entrevistadas são: banimento de produtos tóxicos (1,1,6); uso de matérias-primas sustentáveis (3,3,1). São aspectos de importância média: economia no uso de energia (2,5,5) e uso de energias renováveis (5,6,4). São menos importantes: embalagens menos volumosas ou mais ecológicas (7,9,3) e reciclagem (9,8,2).

As respostas, aqui, confirmam o que foi afirmado em resposta à Questão 10. O banimento de produtos tóxicos pode ser entendido, entre outras práticas, como uma forma de usar matérias-primas sustentáveis, mas também pode ser entendido como matéria-prima sustentável o algodão agroecológico, que faz parte da cadeia produtiva da Justa Trama. Está de acordo com os princípios do *Global Compact* de promover tanto a responsabilidade interna, nos trabalhos dentro da cooperativa, quanto a dos fornecedores (que no caso da Central de Cooperativas Justa Trama seriam as próprias cooperativas associadas).

Questão 13 - A partir dos aspectos listados a seguir, numere-os de 1 a 11, sendo 1 o mais importante e 11 o menos importante. Numere os aspectos com base no que você sabe que é priorizado na Justa Trama.

___ remuneração justa; ___ respeito aos direitos trabalhistas; ___ segurança e saúde no trabalho; ___ equidade de gênero; ___ equidade racial; ___ acolhimento de imigrantes; ___ oportunidades de treinamento; ___ incentivo à educação; ___ inovações sociais; ___ relacionamento com fornecedores; ___ relacionamento com clientes.

Todas as entrevistadas responderam. O ranqueamento aparece na ordem das respostas de Nelsa, Patrícia e Franciele. Mais importante para o conjunto das entrevistadas: remuneração justa (1-1-3) e respeito aos direitos trabalhistas (2-2-4); de importância média: oportunidades de treinamento (6-5-5) e relacionamento com fornecedores (4-7-7); de menor importância: acolhimento de imigrantes (11-10-11), incentivo à educação (9-11-10). Segurança e saúde no trabalho e inovações sociais são as escolhas prioritárias de uma entrevistada.

As respostas mostram que as entrevistadas mantêm coerência com os princípios e valores da Justa Trama, que são principalmente o preço justo (Andrada, 2013) e o respeito ao trabalho decente. Nelsa afirmou que as cooperadas realizam treinamentos quando é notada a necessidade, e para isso se organizam em conjunto e buscam realizar o curso necessário. “[...] Mas aqui a gente investiu no sentido de ter cursos de acabamento, então pegamos as costureiras que tinham mais dificuldade nos acabamentos e fizemos um curso só com elas”. Patrícia corrobora ao afirmar “algumas que não faziam o serviço da Justa Trama, daí elas fizeram um curso de corte e costura, para os acabamentos mesmo, sabe, mais focado nisso, e ajudou bastante”.

Questão 14 - A partir dos aspectos listados a seguir, numere-os de 1 a 13, sendo 1 o mais importante e 13 o menos importante. Numere os aspectos com base no que você sabe que é priorizado na Justa Trama:

___ mecanismos de preço justo; ___ mecanismos de coibição de comportamento antiético (“propostas indecentes”); ___ existência de conselhos diversos – consultivo, administrativo, deliberativo; ___ diversidade de gênero nos cargos administrativo e de decisão; ___ mecanismos de auditoria (controle) interna (ex.: casos de perdas econômicas, incidentes com trabalhadores, incidentes ambientais, incidentes de segurança...); ___ mecanismos de auditoria (controle) externa (ex.: relatórios sobre incidentes com clientes, com fornecedores, com captação de recursos...); ___ transparência nas compras; ___ transparência na contabilidade; ___ transparência na sucessão da administração (preparação para sucessão, encarregados substitutos); ___ frequência de realização de reuniões entre quem decide (pelo menos 1 vez por mês); ___ presença nas redes sociais para prestação de contas/resultados; ___ transparência no relacionamento com fornecedores; ___ transparência no relacionamento com clientes.

Mais uma vez, todas responderam, na ordem: Nelsa, Patrícia e Franciele. Porém, alguns aspectos desta questão não foram respondidos, às vezes por Patrícia, às vezes por Franciele. Cada vez que não havia resposta, o aspecto foi registrado como “Não relacionado”. Com base no ordenamento, se concluiu que é mais importante para o conjunto das entrevistadas: frequência de realização de reuniões entre quem decide (pelo menos 1 vez por mês) (1-5-1), mecanismos de preço justo (2-4-2) e diversidade de gênero nos cargos administrativo e de decisão (3-1-3). É de importância média: transparência na contabilidade (5-3-6). É de média a menor importância: transparência nas compras (8-13-5), mecanismos de coibição

de comportamento antiético (“propostas indecentes”) (6-10-8); presença nas redes sociais para prestação de contas/resultados (4-11-7).

As alternativas que não foram listadas por pelo menos uma respondente prejudicaram a análise: transparência no relacionamento com clientes (7-6-Não relacionado); mecanismos de auditoria (controle) interna (ex.: casos de perdas econômicas, incidentes com trabalhadores, incidentes ambientais, incidentes de segurança...) (9-2-Não relacionado); transparência na sucessão da administração (preparação para sucessão, encarregados substitutos) (10-8-Não relacionado); mecanismos de auditoria (controle) externa (ex.: relatórios sobre incidentes com clientes, com fornecedores, com captação de recursos...) (11-2-Não relacionado); transparência no relacionamento com fornecedores (12-7-Não relacionado); transparência nas compras (não relacionado-13-5). Os mecanismos de controle externo e interno se mostraram como importantes (segunda alternativa) para uma respondente.

As respostas mostram a importância do respeito aos cooperados (ouvir os cooperados por meio de assembleias uma vez por mês), o que está alinhado com princípios de governança para o Terceiro Setor (IBGC, 2015) e novamente a questão do preço justo, já enfatizada.

Questão 15 - Como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) se relacionam às práticas ambientais, sociais e de gestão da organização?

Para possibilitar a resposta a esta questão, a pesquisadora apresentou a lista dos ODS e a explicou para as entrevistadas, pois duas delas, antes, haviam declarado não conhecer ou não compreender os ODS. Nelsa afirmou que “[a] gente tem 8, eles têm a ver diretamente com a gente”, porém não lembrava quais, e precisou confirmá-los e responder em outro momento por Whats App, são eles: 1, 2, 5, 7, 10, 12, 13, 15. Franciele, que visualizou o quadro das ODS pela primeira vez, acredita que a Justa Trama se relaciona com os ODS 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 17. Patrícia afirmou “não saber”. A declaração de Nelsa consta como a oficial da cooperativa, frente aos ODS, o que demonstra que este assunto já foi levantado em Assembleia.

As entrevistadas informaram, em comum, que a cooperativa adere aos ODS 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades), 12 (consumo e produção sustentáveis), 13 (ação contra a mudança global do clima), 15 (proteção da vida na

terra). Foram citados, individualmente, por duas, os ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável), 7 (energia acessível e limpa), 9 (indústria, inovação e infraestrutura), 11 (cidades e comunidades sustentáveis), 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e 17 (parcerias e meios de implementação).

A priorização dos ODS 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades), 13 (ação contra as mudanças climáticas) e 15 (proteção da vida na terra) indica que as respondentes dão prioridade a pessoas e planeta (dentro da visão dos 5 P's (Baldissera, 2023). É interessante notar que o empoderamento feminino, uma expressão do ODS 5, é muito forte na Justa Trama, que segundo Nelsa, em sua própria criação viu como necessidade de existir “uma necessidade de gerar renda às mulheres”. Complementa que “no período também tinha uma parceria muito boa com a unidade de saúde e a gente estava criando iniciativas de organização dentro da comunidade e, sobretudo, com as mulheres”. Além disso, o ODS 5 foi o mais citado nos relatórios de 2021 das cooperativas acompanhadas pelo monitor global das cooperativas (WCM).

Questão 16 - Você considera importante formalizar a adesão aos ODS na gestão da organização? Por quê?

Esta questão não foi respondida por Franciele. Nelsa afirmou que a adesão aos ODS:

[é] só uma formalidade. A gente já vem executando eles e fazendo outros objetivos que nem estão dentro do dos ODS. Eu acho que a gente tem que ter um compromisso para mudar essa sociedade, e eu acho que os ODS eles refletem um grande pacto internacional de avançar nisso, mas onde deveria ter mais impacto, para valer, não está tendo – a questão climática... um horror.

Patrícia respondeu que “[a] parte quantitativa, a gente não tem”.

As respostas, aqui, mostram que as cooperadas não falam a mesma linguagem que as organizações privadas, públicas, e mesmo as organizações do Terceiro Setor com maior experiência em reportar dados, como as cooperativas dos setores de crédito e agrícola, estão falando. Mesmo que os ODS possam ser “só uma formalidade”, na visão da presidente da Justa Trama, eles são uma forma de organizar os indicadores de sustentabilidade de maneira que possam ser lidos e compreendidos por organizações com quem a cooperativa mantém relações ou com

quem ela poderia se relacionar para expandir suas atividades. Fica claro, aqui, a informalidade na organização de dados do Terceiro Setor (Paiva e Carvalho, 2018) e a falta de conhecimento sobre o crescente interesse do mercado, em geral, sobre como medir os impactos da economia solidária (Bouchard e Rosselière, 2022). E corrobora com a visão de Iyer (2020), ao confirmar que cooperativas exercem um papel chave no avanço em relação às ODS, por conter em seu próprio motivo de ser, valores ligados aos eixos do *TBL*, e haveria muito potencial em ser reconhecido pelas suas contribuições aos ODS, em nível global.

O que acontece é uma crença de que formalizando estas questões, se profissionalizando em conhecimentos considerados “acadêmicos”, as cooperadas estariam se afastando da realidade local vivida, em que as pessoas carecem muito de conhecimento e falam uma linguagem simples, para elas isto justifica apenas o “fazer” sustentável da cooperativa, ao mesmo tempo em que se contrapõe com a percepção das próprias ao afirmar que elas não conseguem mais avançar em questões de mercado por uma falta de profissionalização. Tal argumento é válido, e este medo fundamentado, devido a diversas experiências de tentativa de aproximação com acadêmicos e profissionais de diversas áreas que tentaram o envolvimento com a Justa Trama, impondo novas ideias e conhecimentos sem se preocupar com a acessibilidade da informação, a abordagem e sem respeitar o processo de aprendizado que envolve cada tomada de decisão dentro da Central de Cooperativas. Isto demonstra que a autonomia dentro da organização é coletiva, as cooperadas exercem a autonomia dentro de um senso coletivo e não individual, o que significa que se alguma cooperada possui conhecimento de mercado e profissionalização, ela deve convencer as demais para a tomada de decisão, e não agir individualmente se guiando pelo seu conhecimento, como afirma Nelsa “Ela só vai fazer se ela nos convencer que isso é importante. [...] Se ela não conseguir convencer, a gente não vai fazer”. Isto no entanto não deve barrar a busca pela profissionalização e conhecimento, uma vez que se uma se profissionaliza, todo o entorno aprende junto, o que convém a ser um processo positivo.

4.3 O QUE MEDIR, A GOVERNANÇA

No bloco 3, as questões selecionadas são: 22 (sobre economia solidária e *slow fashion*); 24 (sobre formas de medir ou materializar engajamento das pessoas cooperadas, educação e treinamento digital, satisfação dos associados e voluntários, inovações sociais, resultados de aprendizagem, resultados financeiros, riscos, cooperação com o setor privado e com o governo). São também analisadas as respostas às questões 26 a 28, sobre meio ambiente e mudanças climáticas; 29, sobre conhecimento de leis e projetos de lei que tratam do Terceiro Setor; 31 e 40, juntas, a respeito do conhecimento de relatórios do GRI e recomendações de governança para o Terceiro Setor do IBGC, respectivamente. São ainda destacadas as questões 34 e 35, a respeito do tratamento de dados dos cooperados e voluntários. Finalmente, são analisadas as respostas às questões 44 e 46, sobre práticas de governança, relações entre exigências crescentes de ESG para o setor privado e como elas poderiam afetar o Terceiro Setor, e quais as dúvidas das entrevistadas a respeito de ESG em cooperativas.

Questão 22 - De que forma economia solidária e *slow fashion* estão relacionados na cooperativa?

Para Nelsa, economia solidária “é a própria cooperativa”. Segundo ela, *slow fashion* é fazer todo o circuito do processo de produção, aproveitar retalhos e produzir modelos de roupas que durem: “Temos roupas que faz 15 anos que a gente produz a mesma. A gente adapta. Lógico que também a gente não é antiquado, mas que são roupas que elas podem permanecer mais tempo”. Patrícia observa que “[a] gente aproveita sempre quase 100 por cento de tudo. (...) tem o *fast fashion*, que é o conhecido, é a C&A, Renner, é moda rápida, modinha, a grande quantidade de consumo. E o *slow fashion* é contra isso, é aquela coisa mais atemporal”. Conforme Franciele, “[a] gente sempre inova todo ano, mas não todo mês. Não é uma grande quantidade”.

As respostas apontam para a importância da ideia de combinar durabilidade dos produtos com respeito às questões ambientais e a aplicação de práticas de inovação social que são características da economia solidária (Cruz Filho, 2016). Também reforçam o papel do chamado design colaborativo (Olaru, Ghituleasa e Filipescu, 2012), que gera grande parte do valor de capital intelectual das

organizações do setor de confecções. Porém a cooperativa relata estar enfrentando dificuldades para comercialização de seus produtos, e aponta que em algum momento próximo terão que reajustar os valores, incluindo a etapa de comercialização no preço final. Nelsa relata que a composição do preço seguia uma lógica no início, porém conforme a cooperativa vêm aprendendo, entendem que alguns produtos devem custar mais caro, até mesmo por um posicionamento de nicho de mercado.

Quando a gente começou, a gente foi discutindo muito isso, o que que era um valor justo, sabe? Foi uma das primeiras discussões que a gente fez. E aí poder entender que a hora de uma costureira é tão importante quanto a hora de um agricultor, de um artesão. Foi algo muito difícil, porque geralmente a pessoa pensa no dela... Eu quero ganhar o máximo possível. Tentar aqui ganhar o máximo possível, não,... mas aqui nós estamos falando de um negócio que é de todo mundo, e isso é muito complicado [...] A mensuração foi de tentar compreender que a hora de vida de cada um é importante, tem a mesma importância, inclusive, assim, independente... Ela extrapola grau de instrução,... extrapola o nível, sabe, de trabalho, ou a exposição ao trabalho, é tempo da sua vida que precisa ser valorizado. É a tua vida, ela vale a mesma coisa que a minha vida. Então se buscou isso, que valor mínimo seria importante que tivesse, por hora, para que a gente pudesse ter o mínimo digno, sabe? Não é que seja o ideal, por isso que a gente fala que não existe preço justo, não existe um valor justo. Existe a tentativa de buscar isso, mas a gente também não quer um valor que ele seja justo para a gente e que tire o consumidor desse produto, então você tem que buscar esse equilíbrio, sabe? Esse equilíbrio é muito difícil de ser construído. [...] a gente também foi compondo valores, no começo, agora ele vai no automático, assim... [...] a gente tem que fazer uma recomposição de tudo, né? Acho que é nessa fase que a gente está agora.

Patrícia demonstra estar alinhada ao pensamento de Nelsa, o que comprova que a Justa Trama está num momento crucial de reavaliação de suas estratégias de mercado, e reavaliação em conjunto da constituição de preço. Os produtos em estoque precisam ser comercializados, pois sem giro de produção ela não remunera o trabalho agregado em cima do produto.

Eu acho que a gente tem que ver coisas que a gente achava que não era necessário, quando a gente começou, que a gente também tem direito também, de achar que é uma coisa e não é, né? Porque a gente sempre teve a visão assim, de que a gente... o nosso produto tinha que ser mais barato. Na verdade, ele está mais barato que qualquer algodão normal, então assim, ele é um produto diferenciado, que traz um monte de benefício, inclusive para a saúde, né? Então, assim [...] tem pesquisas que começaram a apontar isso para a gente, assim. A pessoa não acredita muito no produto, porque está muito barato. Daí a gente começou a ter isso. Então, assim, agora a gente tem que se organizar e se adequar a essas demandas. Mas a ideia sempre foi, ah, vou manter um preço que quem tem dinheiro compra, e quem não tem, o trabalhador possa comprar também.

Questão 24 - Como podem ou poderiam ser mensurados os aspectos de:

Todos os aspectos que poderiam servir para algum tipo de mensuração estão relatados em ata das Assembleias, estes relatos estão descritos e não mensurados.

(a) Engajamento das pessoas (ex.: adesão a treinamentos, qualificação, participação em mídias sociais)?

Nelsa e Franciele concordam que as pessoas têm resistência às novidades. “A gente sofre muito com isso. Ninguém quer mudar aquilo que já sabe (...) Existe uma resistência muito grande à inovação”, diz Nelsa. “O problema é que as pessoas não querem evoluir”, concorda Franciele. Para Patrícia, esses aspectos ficam por conta da presidência da cooperativa, que muitas vezes toma a frente e é responsável por trazer novidades. O engajamento em feiras também depende quase que exclusivamente da Univens, incorporar a participação em feiras nas suas dinâmicas de trabalho diárias, organizando por uma demanda de trabalho e escala de participação.

(b) Educação e treinamento digital?

Nelsa informou que não têm treinamento digital, Patrícia disse que fica a cargo de cada cooperativa e associação que incorpora a Central de Cooperativas Justa Trama. Franciele não respondeu.

A pesquisadora relembra que antes do período de pandemia a internet era de apenas 1Gb, o que é um retrato da falta de inclusão digital. O setor administrativo enfrentava muitas dificuldades no operacional por conta da qualidade da internet, o que o grupo não acreditava ser necessário maior investimento. Este cenário mudou durante o período de pandemia, Patrícia relata

Tudo isso, e essa ONG lá da Espanha começou a pandemia, eles já começaram... Gurias, vocês estão se organizando? Ver se alguém tem um telefone, porque tinha pessoas que não tinham telefone para poder se comunicar, né, direito, assim. Telefone ruim, aquelas coisas todas, então... Sim, eles já estavam assim, um horror lá, né?

Para Nelsa a pandemia acelerou o processo de aprendizado online, o que comprova que as cooperadas procuram aprender quando se apresenta uma situação que as obriga, para continuar suas funções.

aprendemos um pouco com a pandemia também... tem reunião uma vez por

mês, com todos os dirigentes. Para a gente é... relatar como é que está cada local, que desafios que têm, que pra gente é prioridade, sabe? [...] antes a gente deixava acumular a cada 6 meses. Agora a gente pode compartilhar. A gente faz um demonstrativo das vendas. Como é que está sendo todo mês, sabe? Então tá sendo bem legal, pelo menos tem um quadro de pessoas que está acompanhando, que não é uma coisa só local. [...] nesse sentido é bonito aqui, sabe? Quando uma sabe, a outra se dispõe a aprender, ensina, sabe? [...] Quando uma é mais esperta em alguma coisa vai passando pras outras.

O site existe quase que desde o início da Justa Trama, porém ele é exatamente um espelho do que é a Central de Cooperativas frente à inclusão digital. Muitas vezes o site foi reformulado e após isso não era atualizado com frequência, as fotos não eram de alta qualidade, produzidas em estúdio e com uma boa iluminação, as modelos eram as próprias cooperadas, o site também era muito mais direcionado para motivos institucionais do que fins comerciais. Isto começou a mudar no momento que começou a se entender que a cooperativa não poderia depender apenas da venda em feiras, e que o site não estavam proporcionando bons resultados. Houveram alguns esforços para mudar este cenário, até o final de 2023 foi feito um trabalho de assessoria por parte de uma empresa de moda, Nelsa relata

Aí contratamos uma empresa de marketing que foi a Cora. Trabalhou com a gente, a gente criou a coleção de bordados, também... começamos a pensar coisas diferentes, e uma empresa que fazia a questão de marketing já antes, né? Em 2021, a gente tinha com a Sol (Solange, parceira de projetos), mas 2022 aí foi com a Cora. Já era um grupo de mulheres, foi quando a gente começou a lançar algumas camisetas com temas da questão da solidariedade, do feminismo. [...] A gente não conseguiu impactar nas vendas com o site na pandemia. Por isso que 2022 foi um ano muito difícil. Foi o ano que a gente teve o pior resultado financeiro. [...] Antes, a gente tinha uma empresa de comunicação e a gente percebeu que a gente precisava ir contar com uma empresa que tivesse um bom entendimento de marketing, de comercialização. Que é o que a gente está trabalhando agora. A partir de janeiro. [...] [2023] A gente é, conclui a contratação da Cura, que foi da Cora, passou pra Cura,... conclui. não dá continuidade para 2024. As vendas do site, muito ruins durante o ano inteiro, contratamos uma outra parceria que, na verdade, fez um trabalho todo de refazer o site. Então o site, foi todo refeito, as fotografias no site, todas refeitas. Fotografamos tudo de novo [...]

Nelsa também relata que tentaram uma parceria com a Renner, com uma proposta de comercialização no marketplace no site oficial da parceira. Para isso contrataram uma empresa para capacitar e alcançar o selo de fornecimento, possibilitando uma nova parceria futura de comercialização. Todo este movimento mostra o quanto o mercado vem empurrando a cooperativa a se capacitar e passar a entender aos poucos assuntos pertinentes a inclusão digital, até para poderem argumentar e entenderem as necessidades do mercado e relativo às parcerias.

(c) Satisfação dos associados? (redução de faltas ao trabalho, maior participação em projetos inovadores, iniciativas, participação em feiras...)?

Patrícia explica como funciona o sistema de faltas no trabalho, existe um caderno ponto em que as cooperadas devem assinar todo dia 7h30 da manhã, mesmo que seja para levar o trabalho para casa. A falta no trabalho ocasiona numa menor remuneração das sobras, que são redistribuídas no final do ano, menor engajamento, menos parcela das sobras recebidas por cooperada. As sobras são divididas igualmente, variando apenas com a adesão ao trabalho.

Não, não é de acordo com o que a gente trabalha, é dividido igualmente as sobras. Igualmente de acordo com a participação, também. Tem muitas faltas também que vai ser menos, porque a gente têm um caderno ponto, e a gente controla isso, porque assim, se tu não tá aqui todo dia, tu não está ajudando a cooperativa a crescer no mesmo tanto que a outra, entendeu? [...] Tem que vir todo dia e bater o ponto. Tu vem uma vez por dia porque tem que pegar o serviço, tem que trazer, então não pode pegar o serviço e sumir, né? Tu vai, ó o serviço, amanhã vem de volta, 7 e meia, todo mundo aqui, é assim.

Nelsa não falou sobre satisfação, faltas, participação em projetos inovadores, mas observou que a participação em feiras é decidida em assembleias, o que foi confirmado por Patrícia. Franciele considera “estressante” a participação em feiras.

Há uma dificuldade no engajamento para outras tarefas diferentes das de confecção (tarefas da Univens), como as feiras de comercialização. Toda a logística para uma feira acontecer é desgastante, envolve planejamento e montagem de mostruários (araras, mesas), muitas vezes estes mostruários vão para a feira incompletos e acabam por ser um peso extra. Existe o frete do material, que sempre é levado com muito estoque, o que promove uma desorganização na exposição dos produtos e atrapalha a comercialização. Além disso, existe toda uma organização da estande de feira, de forma a organizar o estoque por mostruário e tamanhos, e expor os produtos, como o estoque levado é sempre muito grande, acaba gerando uma ansiedade por expor todos produtos nas mesas e araras, ficando tudo muito abarrotado. Todas as cooperadas entendem a necessidade desta tarefa, porém já a executam há muito tempo, muitas vezes em finais de semana, o que acaba cansando demais. Patrícia relata

geralmente assim,... a pessoa se oferece para ir, né? Quem gosta mais de ir num lugar, vai, quem gosta de outro... Tem o acompanhamento dos eventos durante o ano, já tem as pessoas que se disponibilizam pra ir. E é isso, assim... a gente procura fazer um rodízio, que todo mundo faça outras coisas, além de fazer só operacional.

Este engajamento pela escolha de quais feiras participar ocorre pois todas sabem da necessidade de participarem em algum momento, e por isso preferem se voluntariar em eventos de preferência. Também é feita a divisão de acordo com a demanda de trabalho, se nesta semana a etapa de corte está mais disponível, então estas cooperadas participam do evento.

A gente decide quem que se propõe a ir... Eu não vou dizer que a adesão é igual, sabe? Tem umas pessoas que gostam mais de ir para feira, tem pessoas que gostam mais de ir para a reunião. Tem pessoas que gostam mais de ir para a manifestação de rua, então é muito diferente. [...] E tem gente também que se deixar fica quieta no seu canto, não vai em nada [...] É que nunca dá para nós fazer isso, porque é muito relativo, sabe? Por exemplo, hoje. Hoje poderia ir para qualquer lugar o grupo do corte. Porque a gente está parado, entendeu? Ah, não... tem um momento que tem uma demanda muito grande e ela tava localizada só na costura. O corte já fez, a Serigrafia já fez... então esses todos vão, então é difícil, sabe? A gente tem pouco essa organização por por área de trabalho, né?

(d) Satisfação dos voluntários?

Conforme Nelsa, não é mensurada a satisfação dos voluntários. Patrícia afirma que, às vezes, recebem e-mails com feedbacks de voluntários, estes relatos ficam retido aos e-mails. Franciele não respondeu.

(e) Resultados das inovações sociais (mudanças realizadas em processos, produtos, mercado, vendas, divulgação, marca)?

Nelsa e Franciele não responderam, Patrícia afirmou que esse tipo de resultado possui registro em ata, por meio da qual são relatados os resultados diretos de melhorias, muitas vezes ligadas à inovações, pela visão dela.

Ah, isso é sempre discutido depois também através dos números, né? Quantidade de o que foi vendido... Qual foi a proposta na verdade, né? Se a mudança era no prédio,... a gente fez as trocas de máquinas, essas coisas assim,... os acabamentos melhoraram... Então assim, tudo isso é revisto depois se deu certo, se atingiu o que a gente queria. [...] É através da reunião de todos, né, que daí cada um relata a sua parte, que a justa trama tem que fazer isso. Não consegue fazer num ambiente só, né? Que são vários elos. Então, assim, cada um coloca o que foi, o que teve de oportunidade, né? Para poder obter melhoria e tudo, e se aquilo deu certo.

(f) Resultados da aprendizagem das pessoas (número de treinamentos, cursos)?

Franciele não respondeu, Patrícia disse que há registros em ata. Mas, segundo Nelsa, “[a] gente não tem controle, e é uma das coisas que a gente quer fazer internamente. A gente tem muito com a comunidade, isso a gente tem mensurado, o tanto que a gente fez durante o ano. Mas internamente a gente está fazendo muito pouco”. As mensurações com a comunidade podem ser medidas pois são disponibilizados cursos e capacitações em salas da sede, para a comunidade do bairro, então é possível acessar registros com o número de participantes e que cursos e capacitações foram disponibilizadas. Ao realizar as entrevistas a pesquisadora percebeu uma grande resistência das cooperadas em realizar algumas tarefas que as tirem do trabalho da produção, principalmente se não estão previstas, pois a remuneração do trabalho é pela produção de cada uma, e a Central de Cooperativas já exige muito do elo da Univens.

(g) Resultados financeiros (indicadores econômicos, de resultados, de poupança)?

Todas as entrevistadas responderam que os dados financeiros por extrato bancário, vendas (Nelsa); por faturamento, movimentação financeira (Patrícia); pelo balanço do mês (Franciele), e acredita que esse aspecto é precário atualmente. Nelsa explica melhor que

[...] esse a gente faz muito... ((risos)) Pelo extrato bancário, pelas vendas... o sistema também te relata quanto que foi, e o que a gente está fazendo muito também agora é um estudo de contenção de custos... Ah... gente está pagando essa taxa, tem como negociar e essa taxa ser menor? Isso a gente faz. A gente está com um olhar muito forte na questão financeira. [...] tem 4 gráficos que a gente faz eles, anual. A gente faz a produção do algodão ano a ano, a produção de peças ano a ano. A venda de tecidos ano a ano, mês a mês, inclusive... e as vendas, faturamento. Os 4 gráficos que a gente tem.

Ao ser questionada sobre a formação de preço relacionado à logística, Nelsa responde “[...] a gente tem que fazer uma recomposição de tudo, né? Acho que é nessa fase que a gente está agora.” Nelsa observa que “precisamos fazer uma recomposição de tudo, pensar nos custos dos espaços, como a loja, e no retorno”

(h) Resultados sociais (pessoas contratadas, premiações, pessoas negras e pardas contratadas, pessoas LGBTQIA+ contratadas, imigrantes contratados)?

Nelsa afirma que não existem esses registros; Franciele nota que seria bom ter esses dados; Patrícia informa que esses registros “não são feitos com frequência”, a não ser em alguns projetos

[...] tem alguns projetos que pedem, daí se faz esse levantamento. E tem, cada associação tem [o registro do quadro de associados]. Aqui da Univens, acho que [...] Cada lugar vai fazer o seu levantamento. [...] a gente não tem aqui [não ficou claro se o levantamento ou pessoas seguindo estes critérios] Isso não quer dizer que pessoas não podem entrar, não tem nada, né?

(i) Riscos das atividades em relação aos associados que entregam matérias-primas (fornecedores perdidos, fornecedores que deixaram de cumprir acordos...)?

De acordo com Nelsa e Patrícia afirmam que a cooperativa não tem fornecedores, e sim os associados que participam nas etapas da produção de matéria-prima. Não há esses controles, mas quem não cumpre os contratos não tem parte na cooperativa, diz Nelsa. Franciele considera que deveria haver acordos para se associar à Central de Cooperativas [porém não sabe se já existem] para afastar riscos.

(j) Riscos das atividades em relação aos clientes ou consumidores (mercados perdidos, mercados que são mais difíceis para a cooperativa)?

Nelsa respondeu que não têm esses controles (no início da entrevista, ela informou terem perdido os cadastros de mais ou menos dois mil clientes devido a uma troca de sistema de estoques, vendas e cadastro de clientes. As outras entrevistadas não responderam. Em outro momento da entrevista Franciele explica a questão dos dados perdidos

Era em torno de uns 2000, já que já tinha cadastrado, né? Fora os que a gente não cadastra, porque aí não pede nota, não precisa, sabe? Esse tipo de coisa. [...] Foi bem complicado para nós. [...] O problema é que assim, a gente tinha a Data Cempro, a gente fazia nota, fazia tudo. Só que a questão: tinha controle de estoque, mas a gente nunca usou controle de estoque dentro da Data Cempro, a gente comprava outro sistema só para o estoque. Porque daí a gente tem que emitir os tagzinhos e tal, e ela não faz isso. Começou por aí. E aí aquele que tinha aqui no estoque, não conversava com a Data Cempro, não fazia integração com os 2. Entendeu? O next é só do controle de estoque. Para poder o controle de estoque e emitir as tags do nome dos produtos. E o Data Cempro é emissão de nota

fiscal e cupom fiscal. Tipo cadastro de cliente, cadastro de produto para poder emitir a nota fiscal, né? Tem que ter, né. [...] Não a gente até recuperou alguma coisa, mas muita coisa foi perdida assim, metade. Ah, só que o problema é que é o deles transferia para EXP. Aí a gente pegou e eu tive depois de muito tempo, até na cabeça, fui e lancei na planilha de Excel. E aí que eu fazia, manualmente lançar eles, só que tipo nomes, até vai, mas tipo que nem ser CNPJ e CPF, isso nada puxou, porque isso não, no Data Cempro era por código. Ele salvava por código do cliente.

Ao questionada se não poderia ser acessado o sistema antigo para solicitar suporte da empresa para fazer a migração de dados, Franciele respondeu “Não. Teria que pagar o sistema”, e o custo foi um dos motivos para a troca de sistema. Isto mostra a necessidade urgente pela profissionalização e inclusão digital na atividade, para entender os riscos de operação e sobre a importância destes e outros dados.

(k) Cooperação com outras cooperativas (projetos realizados, resultados dos projetos....)?

Segundo Nelsa, num contexto geral, o que menos se tem é registro, para ela existe o compromisso mas não existe o registro [de todos os aspectos perguntados]. Franciele acredita pelos relatórios de projetos poderiam ser mensurados. De acordo com Patrícia, há esses registros no caso de projetos realizados para outros institutos solicitarem, entidades como cooperativas ou associações internacionais.

(l) Inserção regional da cooperativa (número de fornecedores locais, número de clientes locais, ... bairro etc)?

Todas as entrevistadas afirmaram haver esse controle, “o sistema dá isso” (Nelsa), “tem no sistema de notas” (Patrícia), “acho que tem contagem pelo estado, por região” (Franciele).

(m) Cooperação com o setor privado (número de instituições, número de empréstimos...)?

Nelsa afirmou que existem registros de cooperação com o Instituto C&A e o Instituto Renner, “os dois se reuniram com a gente, viram quais eram as necessidades (...) e nos ajudaram a enfrentar exatamente as necessidades que a gente estava relatando”. Mas, segundo ela, a cooperativa não toma empréstimos. Patrícia disse que esses dados estão em ata, e Franciele não soube informar.

(n) Cooperação com o governo (inovação social, número de prêmios)?

Franciele não soube informar. Nelsa e Patrícia se referiram a um prêmio que receberam do Banco do Brasil após participarem de um edital, e Nelsa também se referiu a uma premiação do BNDES. Conforme Nelsa:

A gente tem um prêmio do Banco do Brasil e do BNDES, são os dois públicos. Muita documentação para provar o que a gente era. Para o Banco do Brasil, demonstrar que a gente era uma tecnologia social replicável, e no BNDES foi um reconhecimento como um empreendimento de boa prática de economia. Esse do Banco do Brasil foi o que mais pediu documentação. É, na verdade, é um questionário bem longo, demonstrando como é que acontece no dia-a-dia, muito descritivo. Eles pediram estatuto. Isso a gente mandou também em gráficos, demonstrando o crescimento financeiro, de produção, de impacto. Tem quatro gráficos que a gente faz eles, anuais.

(o) Qualidade dos produtos (reconhecimento pela qualidade, quantos prêmios?)

Nelsa reconheceu não terem recebido prêmio pela qualidade, mas ela e Patrícia admitiram que a associação de cooperativas vem trabalhando muito a qualidade do processo como um todo, “(...) melhorar a qualidade desde o agricultor colher o algodão, sem folhas, sem caule, o mais limpo possível” (Nelsa). Ambas informaram terem comprado máquinas novas e buscado produzir peças com melhores acabamentos. A inserção da Associação Xique-Xique veio a somar com o selo de algodão agroecológico, o que vem ser uma comprovação, que serviria para fins de reconhecimento da qualidade do algodão.

A maior parte das respostas à questão 24, a respeito dos aspectos que são mensurados pela cooperativa, deixa clara a inexistência de controles sistemáticos ou a fragilidade desses controles (desorganização, descontinuidade). Isso justifica a necessidade de adoção de práticas para melhor disponibilizar dados e informações sobre desempenho, tanto das atividades que fazem parte quanto das que não fazem parte de projetos. Possivelmente, os princípios e práticas sugeridos pelo IBGC (2015) para o Terceiro Setor (*accountability*, indicadores de risco, demonstrativos diversos) poderiam eliminar a desorganização e o alto grau de informalidade de controle de dados e informações (Paiva e Carvalho, 2018). Isto demonstra que uma implementação ESG atuaria não só como uma nova possibilidade de mercado, comunicação e parcerias, mas como Mozas-Moral et al. (2021) afirmou, o desempenho aos ODS estaria diretamente atrelado aos fatores organizacionais e estruturais da cooperativa, demonstrando uma ligação com o desempenho empresarial das mesmas. A elaboração de um relatório ESG poderia resultar em um

melhor desempenho competitivo direcionado para o mercado, sendo positivo principalmente para cooperativas que enfrentam limitações em seu desempenho, isto porque o processo de criação de índices para o ESG auxiliaria na consciência do negócio para a elaboração de melhores estratégias, por este motivo a estratégia ESG poderia ser positiva para a Justa Trama. Marcis, Lima e Costa (2019) adicionam força ao pensamento ao afirmar que estes modelos de avaliação de desempenho auxiliam na tomada de decisão, ao gerar informações que podem ser utilizadas para relatórios de sustentabilidade.

Questão 26 - Como são tratados os temas “respeito aos direitos dos animais” e “respeito aos direitos de crianças”?

Segundo Nelsa, “O trabalho, ele é familiar. Todos os agricultores são familiares, então todos estão na escola, tem esse cuidado. As associações acompanham e o processo de certificação também trabalha esse tema.” Ela complementa, “[a] gente não tem trabalho infantil, e as crianças não convivem no ambiente. Mas a última coleção que a gente fez, agora, é sobre preservação dos animais em extinção”. Patrícia reforçou que “isso de trabalho animal não existe mais há um bom tempo”, e que as crianças “são proibidas de estar no ambiente de trabalho da cooperativa”. Franciele lembrou, como Nelsa, que a questão da preservação animal aparece como tema de roupas que elas fabricam. Um exemplo está na Figura 11, extraída do site da Justa Trama.

O trabalho decente é um princípio da OIT, e o trabalho infantil é proibido no Brasil. Portanto, não ter trabalho infantil é uma questão de cumprimento da lei. Quanto à questão do respeito à vida animal, que é um atributo da economia solidária - respeito ao meio ambiente, produção correta, sem prejudicar crianças, respeito pelos animais (Bloice e Burnett, 2016), a cooperativa expressa isso em campanhas nas roupas, sacolas e outros produtos que fabrica, mas isso não é uma ação direta em defesa dos animais - trata-se de uma iniciativa de conscientização.

Figura 11 - Confeções em defesa da vida animal



Fonte: site oficial Justa Trama (2024)

Questão 27- De que forma a agenda das mudanças climáticas está ou poderia estar relacionada aos aspectos financeiros da organização?

Nelsa afirmou “não sei” em resposta a esta questão. Segundo Patrícia, “[n]a arte de serigrafia, a gente fez algumas mudanças. E a gente já está economizando com as placas (painéis solares), a gente já economiza, a gente paga, imagina, 10% do que a gente pagaria”. Franciele não soube responder.

É possível que a presidente da Justa Trama não enxergue a relação entre mudanças climáticas e aspectos financeiros por entender que a finalidade ambiental e sustentável da cooperativa está diretamente identificada como ‘o que elas acreditam’ ser o certo, e não direcionada para finalidades lucrativas. Porém, os aspectos financeiros estão presentes no que elas chamam de “sobras” que são reinvestidas na própria cooperativa, e os propósitos sustentáveis da cooperativa são utilizados como diferencial competitivo pela marca. Outra possibilidade para justificar a resposta de Nelsa é o desconhecimento da Agenda 2030 (de combate a mudanças climáticas) como tendo origem na pressão das Nações Unidas sobre as instituições financeiras, para que elas promovam mudanças nos padrões de produção das organizações com ações no mercado financeiro, nas cadeias

produtivas em geral. Na Europa, Birch e Whittam (2008) identificaram interesse do Terceiro Setor pela agenda climática. A resposta de Patrícia apresenta o nexos entre melhorias ambientais e economia de recursos monetários na cooperativa, mas não detalha como isso pode ser declarado em documentos, mensurado e acompanhado, daí a importância dos relatórios integrados entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos, que seria uma expressão de governança ESG (Yakar-Pritchard e Çaliyurt, 2021).

Questão 28 - De que forma a agroecologia está ou poderia estar relacionada aos aspectos financeiros da organização?

Apenas Franciele respondeu esta questão, afirmando que tudo gira em torno da agroecologia, que “dependemos da agroecologia para ter o financeiro”.

Esta resposta transparece os mesmos achados da questão 27: por não haver organização de dados e informações em relatórios de estrutura ESG, a representante da cooperativa consegue entender que há um nexos entre o financeiro e o ecológico, mas não consegue explicar os mecanismos pelos quais isso acontece.

Questão 29 - Qual o nível de conhecimento dos gestores, colaboradores e voluntários da Justa Trama com relação às seguintes leis:

(a) Lei Geral das Cooperativas (1971)? Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

Nelsa disse conhecer “alguma coisa”, Patrícia disse que “os gestores conhecem”, mas nem todos os associados sabem. Franciele afirmou não conhecer.

(b) Constituição Federal de 1988? (A Constituição de 1988 estabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas. De caráter progressista, ela garante a igualdade de gêneros e direitos sociais, como educação, saúde e trabalhos a todos os cidadãos. Além disso, a carta criminaliza o racismo e proíbe totalmente a tortura.)

As respostas foram: “Acompanham pelo que acompanham as mídias sociais e dos direitos.” (Nelsa); “Acredito que todas [conhecem]” (Patrícia), e “não” (Franciele).

(c) Lei das Organizações Sociais 9.637/1988? (A Lei nº 9.637/98 institui o Programa Nacional de Publicização com o objetivo de transferir algumas atividades de caráter social, exercidas por órgãos ou entes públicos, às pessoas jurídicas de direito privado, criadas por particulares, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais.)

Nelsa não respondeu, Patrícia afirmou que “A maioria das pessoas, sim. Acho que a maioria das pessoas sabem.” e Franciele disse não conhecer.

(d) Código Civil de 2002? O Código Civil reúne as normas que determinam os direitos e deveres das pessoas, dos bens e das suas relações no âmbito privado. A lei de 2002 veio para substituir a de 1916 (Lei Federal 3.071/1916). Após quase 90 anos em vigor, o texto já não se adequava ao contexto político e social pós-Constituição de 1988.

Nelsa e Franciele informaram não conhecer e Patrícia disse que “[a] maioria das pessoas conhece”.

(e) Lei 12.460/2012 (trabalhadores em cooperativas)?

Patrícia e Franciele informaram não conhecer. Nelsa afirmou conhecer esta lei:

[...] Essa é a que a gente já fez conversas com com as próprias pessoas que estão na gestão, na Justa Trama, para entender as mudanças que teve. Os artigos importantes, participamos da discussão é, tivemos uma atuação direta na questão das mudanças. [e os associados] tem, de boa parte dela, porque ela que reduziu o número de associados, inclusive para cooperativas.

(f) Lei 13.019/2014 (Organização da Sociedade Civil)? (Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.)

Nelsa afirmou que “[a] gente teve alguns cursos para falar sobre isso, com um advogado, para entender mais, mas ela tem muito pouco a ver com a nossa organização da Justa Trama”. Patrícia disse que “[é] conhecimento dos gestores. Franciele negou conhecer essa lei.

(g) Estratégia Nacional de Investimento de Impacto e Negócios Sociais (ENIMPACTO, 2017)? (A Estratégia Nacional de Economia de Impacto é uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto.)

Nelsa e Franciele não conhecem, e Patrícia afirmou que “(...) os gestores sabem”.

(h) Projeto de Lei da Economia Solidária (PL 6606/2019)? (Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.)

“Lógico que sim. Com influência direta, com reunião com os senadores. Inclusive senadores que deturparam toda a lei por causa disso, não está ainda aprovada”, afirmou Nelsa. Patrícia observou que a lei “[é] muito nova ainda, acho que só os mais ativos estão por dentro de tudo” e Franciele afirmou que, mesmo trabalhando no meio, não conhece.

Observa-se, em geral, que as respondentes afirmam conhecer a legislação que impacta diretamente o seu trabalho, mas dependem de assessoria, outra possibilidade é que conheçam partes das leis que afirmaram não ter conhecimento, sem recordarem de seu título. O conhecimento das leis sobre o tipo de negócio/trabalho é básico para atender princípios de transparência e *accountability*. O Projeto de Lei da Economia Solidária, que é acompanhado de forma clara pela presidente da Justa Trama, reforça a ideia da economia solidária como um movimento centralizado no bem-estar das pessoas, na propriedade coletiva dos meios de produção e na liberdade econômica, ao mesmo tempo (Nogueira, 2021).

Questão 31 - Você conhece os guias do Global Reporting Initiative (GRI) sobre responsabilidade social corporativa e materialidade de impactos ambientais, econômicos e sociais? (A Global Reporting Initiative é uma organização internacional de padrões independentes que ajuda empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar os seus impactos em questões como as alterações climáticas, os direitos humanos e a corrupção.)

Todas as entrevistadas disseram que não conhecem o GRI.

Questão 40 - Os gestores conhecem práticas e recomendações do Instituto Brasileiro de Gestão Corporativa (IBGC) dirigidas a organizações do Terceiro Setor?

Todas afirmaram não conhecer práticas e recomendações do IBGC para o Terceiro Setor.

O desconhecimento dos padrões GRI e das recomendações do IBGC (2015) mostra como a cooperativa está distanciada da tendência ESG que já está disseminada no setor privado e avança no setor público. Mesmo sendo a Justa Trama uma organização sem fins lucrativos, a falta de conhecimento e uso de padrões para mostrar seus impactos (materialidade), de certa forma, a isola do sonho de “ser uma Renner da vida” - não no aspecto do lucro, mas da projeção de mercado que a empresa privada, citada por uma cooperativada, já alcançou. “Ser uma Renner da vida” parece menos um planejamento ou um futuro e mais um sonho porque os instrumentos que poderiam permitir maior articulação da cooperativa para mostrar-se ao mercado e à sociedade não são percebidos. As cooperadas entendem que as questões ambientais são urgentes, mas é preciso que elas compreendam melhor a relação entre essas questões e a necessidade de reduzir emissões e entender a forma a cooperativa já atua na redução de emissões (pelas práticas ambientais corretas). Porém, um diálogo adequado dessas vantagens que a cooperativa já possui (os ativos ambientais) ainda não é possível com outros setores, principalmente o setor privado, pela lacuna de relatórios ESG que tenham uma linguagem que o mercado entenda - especialmente nos aspectos de descarbonização (Billio et al., 2020).

Questão 34 - Como são tratadas as informações dos doadores à cooperativa? Existem políticas de proteção de dados?

Nelsa informou que não existem essas políticas de proteção de dados. Segundo Patrícia, “eu sei que existe uma lei de proteção de dados, mas a gente nunca aplicou”. “A gente não tem essa política”, disse Franciele.

Questão 35 - Como são tratados os dados dos voluntários? Existem políticas de proteção de dados?

Todas afirmaram que não existem políticas de tratamento de dados dos voluntários.

A falta de aplicação de políticas de tratamento de dados, ouvidoria, mecanismos de reporte de problemas e de boas práticas mostra, novamente, a lacuna de governança (IBGC, 2015).

Questão 44 - Quais são as barreiras da Justa Trama para a adoção de práticas de governança ambiental, social e transparência?

Nelsa respondeu:

Eu acho que não tem barreiras, muito pelo contrário. A gente faz coisas que estão além do preestabelecido. A questão do meio ambiente é um princípio nosso, independente disso ser é uma prioridade definida em alguma instância pública ou mundial. Ela surgiu pela consciência que a gente tem e pelo conhecimento que a gente tem do que que significa o setor têxtil na poluição do meio ambiente, no uso de venenos, na geração de resíduos que contaminam o meio ambiente, os mares... O setor têxtil é o terceiro maior poluidor do mundo. A consciência ambiental a gente já tinha, agora de perseguir um produto, por exemplo, que não use agrotóxico quando você tem o algodão, que é um dos que produz um quarto dos agrotóxicos do mundo, contamina, que é jogado na plantação. Quando você vê que ele é o terceiro maior poluidor, por causa do tingimento das roupas... e quando você sabe que o Brasil é um dos grandes produtores de água potável, de água doce. Os dados te ajudam a ter iniciativas de maior impacto, como é a questão da Justa Trama, mas se tu não tiver consciência nenhuma...

Na avaliação de Patrícia, “[a] Justa Trama está muito presa ainda a se manter. Mas claro que a gente nunca quis sair de nada que prejudica o meio ambiente, nada que explore as pessoas”.

Franciele não soube responder.

A resposta de Nelsa a esta questão evidencia que, segundo ela, a adoção de práticas ambientais amigáveis é a própria governança. Não há uma compreensão do TBL como um todo, uma conexão entre o ambiental e a governança do próprio ambiental (que seria como relatar impactos ambientais e monitorá-los). Também não é feita menção às demais dimensões do TBL. A resposta de Franciele deixa implícita uma vontade de realizar algo a mais do que “se manter” sem prejudicar os aspectos ambientais e sociais. Esse algo a mais aponta para o crescimento sustentado. A lista de indicadores mais comuns de materialidade (Cort e Esty, 2020) tem no topo as mudanças climáticas, portanto, é necessária maior atenção a como traduzir a materialidade da Justa Trama nesse aspecto.

Questão 45 - A partir de 02 de janeiro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (que regulamenta regras para o funcionamento de instituições financeiras no Brasil) passou a obrigar empresas com ações na bolsa de valores B3 a seguirem relatórios (reportes) com métricas similares às existentes em uma Resolução Europeia (EU 2021/1253, de abril de 2021). Entre as exigências, estão: apresentar inventário de emissões de gases de efeito estufa, bem como políticas objetivas para redução das emissões; considerar, no relatório, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas mais relevantes para a matriz de materialidade da empresa; considerar recomendações da Força Tarefa sobre Abertura de Informações Relativas ao Clima (Task Force on Climate Related Disclosure); considerar informações sobre diversidade; considerar se riscos e práticas ESG são compreendidos e adotados pelo Conselho de Administração, inclusive se a empresa vincula a remuneração dos executivos às métricas ESG (e, em caso afirmativo, quais critérios são usados). De que forma essas exigências poderiam ser adaptadas para as organizações do Terceiro Setor? (De que forma o Terceiro Setor pode mensurar informações sobre emissões de gases de efeito estufa, informações sobre seus riscos de operação e informações sobre a diversidade social e informações ambientais?)

Nelsa disse não estar informada, não saber. Patrícia ficou um pouco confusa com a pergunta, por se tratar de tantas informações, porém concordou com a pesquisadora que concluiu “teria que entender o funcionamento de cada setor para saber como operacionalizar [...] Não seria só a gente chegar com a informação e fazer uma abordagem de ensinar. Seria a gente construir junto”, complementando “Eu acho que sim. Porque o funcionamento difere entre um e outro, então não tem que ser a mesma coisa”. Franciele não soube responder.

As respostas, aqui, refletem o que se discutiu com relação à questão 44. As dirigentes da Justa Trama enxergam a sua materialidade ambiental e social de dentro para fora da cooperativa, mas não em sentido oposto (como o meio as impacta e como elas poderiam documentar isso para melhor se relacionar com outros agentes do mercado e agentes governamentais). Os princípios do Global Compact, associados aos ODS, poderiam ser um caminho, conforme apontado no Quadro 6 deste estudo.

Questão 46 - Comente suas maiores dúvidas sobre práticas ESG em cooperativas e organizações do Terceiro Setor.

Nelsa não respondeu, Franciele diz que tem “todas as dúvidas”. Patrícia declarou “Dúvidas não tenho. Acho que tinha um complexo de saber as coisas. [...] Eu fiquei curiosa com essa história do carbono”. A pesquisadora acrescentou

Porque talvez, o ESG que nem eu falei para para Nelsa, é a linguagem da empresa privada. Então, a empresa privada, nesse caso aqui, essas informações são necessárias a serem declaradas para o banco de valores, né, bolsa de valores... para no caso de empresas privadas que vão abrir suas suas ações. Então isso aqui não é o caso de uma cooperativa, né? Então, como isso aqui se aplica num terceiro setor que não tem esses objetivos, né? Não tem esses objetivos, só financeiros, entendeu? E mas, ao mesmo tempo, a gente falaria a mesma linguagem dessas empresas aqui, que estariam interessadas no mercado de carbono que vocês teriam que se inserir, ou outros mercados em relação climática, entendeu? Outras formas de mercado que vocês poderiam talvez ter até mais parcerias, abrir mais mercado em relação ao ESG e muito hoje os clientes também estão se relacionando com esse tipo de linguagem, que produz um relatório anual, por exemplo, com essas informações. O que a gente está avançando no sentido de objetivos de desenvolvimento sustentável, o que a gente realizou esse ano? O que são nossas métricas, o que é nossa comprovação de resultados? Às vezes, os clientes, as outras empresas que se importam com isso aqui, porque elas precisam demonstrar relatórios para bolsa de valores, elas necessitam disso aqui, dessa linguagem, e vocês falando dessa linguagem... O que será que isso poderia sair disso? Sabe, porque não existe... e não existe ainda essa linguagem no terceiro setor, não existe em cooperativas. Então a gente acredita que tem um indício aí de que possa ser trazido daqui a pouco para o terceiro setor. E o que isso poderia fazer sentido para vocês, sabe?

Patrícia respondeu

Sim, e outra se é se adequa, né? Porque do mesmo jeito, a gente sabe que não pode seguir toda aquela linha, daí algumas coisas a gente tira, outras a gente... é uma base né. [...] a gente precisa abrir mercado. [...] Curiosa sim, né. Bom vamos procurar...

As respostas indicam que as respondentes perceberam o seu desconhecimento sobre ESG, uma delas entendeu que mesmo que ESG tenha se iniciado com o pacto global para a redução de emissões, envolvendo alertas das Nações Unidas às grandes corporações e ao setor financeiro sobre os riscos das mudanças climáticas até mesmo à economia, as práticas ESG estão hoje nos setores público também (Nardone, 2022), e são uma possibilidade, se adaptada, à cooperativas. Cooperativas de crédito e agrícolas também as estão adotando,

embora ainda haja divergências sobre o próprio conceito ESG e sobre a padronização dos relatórios (Billio et al., 2022; Pfothner, 2022).

4.4 SÍNTESE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, procuraremos destacar como o ciclo da Investigação Apreciativa, apoiado pela revisão bibliográfica realizada, poderia ajudar na construção de mecanismos para práticas e relatório ESG na Justa Trama. Esta síntese é feita com base nas “falas” das entrevistadas.

A maior parte das respostas indica que o ciclo apreciativo ainda está na etapa de constatação do que é, de qual a identidade da Justa Trama, ou seja, da **Descoberta**. O bloco 1 traz, com predominância, uma reflexão sobre “o que é” (descoberta ou constatação) à medida que as respostas indicam a confirmação de que a Justa Trama é uma economia solidária que pretende manter seus valores de autonomia, autogestão, gestão democrática e respeito aos direitos das pessoas cooperadas. Há uma referência a que a cooperativa é reconhecida, melhorou nos aspectos de produção e introduziu muitas melhorias ambientais (na serigrafia, quanto ao uso de energia limpa), além de manter a matéria-prima agroecológica. Ainda no bloco 1 aparece uma certa tensão entre o que é (uma cooperativa de economia solidária) e o que poderia ser (“uma Renner da vida”), e a tensão entre ser uma cooperativa “assediada pelo capitalismo”. Essas tensões indicam uma inquietação, que se traduz na etapa do **Sonho** (o que poderia ser a Justa Trama num contexto em que o setor privado avança a passos largos na incorporação de práticas e relatórios ESG?). Mas a realização ou o caminho para realizar esse sonho incorre em diversas barreiras relatadas pelas próprias cooperadas, quando elas enxergam governança de forma muito geral (Questão 9) e quando direcionam o entendimento e o ranqueamento dos aspectos de sustentabilidade para as dimensões ambiental e social sem incluir a dimensão econômica no mesmo patamar (Questões 12 a 14). A dificuldade de dar vida ao **Sonho** (no contexto da Investigação Apreciativa) fica ainda mais clara nas respostas à questão 24, onde aparece uma grande lacuna quanto a mensurar as dimensões da sustentabilidade correspondentes a E, S e G.

Para atingir as etapas de **Planejamento** (como pode ser?) e **Futuro** (o que será?), as entrevistadas precisam superar a visão predominantemente dimensional de sustentabilidade (como ambiental e social) e precisam ter uma administração mais alinhada à linguagem que os adotantes de ESG falam, eliminando suas dúvidas sobre as práticas ESG e superando a crença de que é algo apenas para o mercado (setor privado).

Devido a tais constatações, propõe-se que um roteiro para a implementação de práticas ESG na Justa Trama siga, em linhas gerais, a proposta do Quadro 6, mas com adaptações a partir de futuras interações mais aprofundadas com as administradoras da cooperativa. O Quadro 6 é suficientemente abrangente e claro para atender as necessidades da Justa Trama. No entanto, as cooperadas precisam adquirir maior familiaridade com a linguagem dos ODS e principalmente da materialidade - o que e como medir - para estruturar minimamente o que conhecem de si, o que descobriram a partir das entrevistas realizadas. Elas precisam também trabalhar melhor a tensão entre o que é e como poderia ser, pois mostram o desejo de crescer comercialmente mas reconhecem as resistências às mudanças. Essa tensão, por um lado, impulsiona mas também prejudica definir o **Sonho**. Por fim, sem superar tais etapas, de Descoberta e Sonho, não há como avançar para o Planejamento e para o Futuro.

Ressaltamos que o desconhecimento sobre ESG não é exatamente um aspecto negativo, e sim uma sugestão para a Justa Trama procurar se aprofundar, e estudar o assunto, entendendo que seria um investimento positivo de energia para o crescimento da Central de Cooperativas Justa Trama, e talvez funcionando como um incentivo para procurar sempre se profissionalizar mais e mais.

Com o objetivo de aproveitar as práticas já em vigor em termos de governança social e ambiental, relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), este estudo propõe a adoção do Quadro 7 como guia. Esse quadro relaciona as diretrizes para a implementação de ESG (ambiental, social e de governança) usando os ODS como referência, e identifica quais iniciativas estão sendo realizadas na Central de Cooperativas Justa Trama, conforme entrevistas realizadas. Sugere-se que se realize a análise e criação de métricas e indicadores de materialidade, viabilizando um acompanhamento contínuo, que permitiriam a cooperativa direcionar quais setores e novas iniciativas poderiam ser implementadas

no futuro para avançar nos aspectos social, ambiental e de governança, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da organização.

Quadro 7 - Síntese dos direcionadores ESG propostos para a Central de Cooperativas Justa Trama

Dimensões	Ações	ODS relacionados	Exemplos implementados pela cooperativa
Proteção Ambiental (E)	<p>Prevenir problemas ambientais.</p> <p>Promover a responsabilidade ambiental interna e com fornecedores.</p> <p>Encorajar a adoção de tecnologias amigas do ambiente.</p> <p>Considerar os impactos ambientais de instalações e layout.</p> <p>Promover o uso racional de água e energia.</p> <p>Promover o uso de energias limpas.</p> <p>Buscar a eficiência energética e geração de resíduos.</p>	<p>6, 7, 9, 12, 13, 14, 15</p> <p>7, 9, 12</p>	<p>Plantio agroecológico e consorciado; gestão de resíduos e aproveitamento têxtil; coleta seletiva; tingimento natural; captação de água da chuva; tratamento e reaproveitamento da água envolvida na serigrafia; painel solar; lâmpadas de LED; campanhas voltadas para o meio ambiente e coleções com temáticas ambientais; não envolve animais no processo.</p>
Direitos humanos (S)	<p>Proteger e respeitar os direitos humanos e prevenir sua violação.</p> <p>Promover a segurança hídrica e alimentar.</p>	<p>5, 10</p> <p>1, 2, 6</p>	<p>Apoio a causas sociais, como o Fashion Revolution; certificação de tecnologia social; política de permanência de crianças na escola (agricultura familiar); coleções com temáticas sociais e defesa aos direitos humanos e das mulheres.</p>
Práticas de trabalho (S)	<p>Apoiar a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva.</p> <p>Abolir o trabalho forçado e o trabalho infantil.</p> <p>Eliminar a discriminação no emprego.</p> <p>Proporcionar salários justos.</p>	<p>3, 4, 5, 8</p>	<p>Não permitem a presença de crianças; fundo emergencial para as cooperadas; certificação participativa; distribuição financeira de forma justa e coletiva; processo de tomada de decisão coletiva; composição de maioria feminina na cooperativa;</p>

	<p>Proporcionar bem-estar no trabalho, segurança e saúde.</p> <p>Proporcionar treinamento e ouvir os cooperados.</p>		mutirão de plantio; capacitações para o trabalho.
Comunidade (S)	<p>Manter boas relações com instituições governamentais e não governamentais, universidades, comunidades e parceiros de negócios.</p> <p>Envolver-se em ações com a comunidade local.</p>	11, 17	Creche; Banco Comunitário; cursos ofertados à comunidade; distribuição de máscaras durante a COVID19; doação de cestas básicas; eventos junto à comunidade; auxílio a necessidades da comunidade; parceria com a unidade de saúde; parceria com designers; parceria com universidades; apoio de institutos.
Combate à corrupção (G)	<p>Combater a corrupção (extorsão, suborno, ...)</p> <p>Ter mecanismos de distribuição do poder e de tomada de decisão democrática.</p> <p>Realizar e divulgar relatórios de contabilidade, balanços, relatórios de satisfação do cliente.</p> <p>Promover a confiança e a transparência.</p> <p>Eliminar ou reduzir riscos internos.</p> <p>Estabelecer contratos de governança corporativa.</p>	<p>16</p> <p>16</p>	Balanço financeiro anual; divisão de sobras anual; controle financeiro mensal; elaboração de 4 gráficos anuais; produção do algodão, produção de peças, vendas e faturamento; processo de tomada de decisão democrática (voto)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nota: Em **negrito**, estão marcadas as ações relativas aos aspectos mais importantes de materialidade considerados na literatura (Cort e Esty, 2020), com os respectivos ODS. Em **azul**, estão inseridos os aspectos de materialidade relevantes, detalhados (Cort e Esty, 2020), que não constam no Global Compact nem no B-Impact.

Implementar as ideias propostas envolve várias etapas e considerações importantes. A Central de Cooperativas Justa Trama poderia proceder, com base neste estudo, da seguinte forma:

1. **Análise e Mapeamento:** A primeira etapa já está descrita no Quadro 7, a partir de uma análise detalhada das atividades atuais da Central de Cooperativas Justa Trama, identificando suas práticas de governança social e ambiental, mapeia essas práticas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para entender onde a organização já está alinhada e onde existem lacunas. Esta etapa poderia ser melhorada utilizando documentos e atas da Cooperativa;
2. **Engajamento dos Stakeholders:** Envolver todas as partes interessadas, incluindo membros da cooperativa, funcionários, líderes comunitários e outros parceiros relevantes, é fundamental. A cooperativa poderia realizar reuniões, workshops ou grupos focais para obter insights valiosos e garantir o apoio de todos os envolvidos no processo, inclusive das empresas parceiras que já implementam ESG em sua organização;
3. **Desenvolvimento do Quadro de ESG:** Com base na análise e nas contribuições dos stakeholders, poderia elaborar um quadro de diretrizes para a implementação de ESG, integrando os ODS relevantes para a organização. Este quadro poderia incluir áreas como gestão de resíduos, inclusão social, impacto ambiental, entre outros;
4. **Definição de Métricas e Indicadores:** Identificar e elaborar métricas e indicadores de desempenho específicos para cada uma das áreas abordadas pelo quadro de ESG. Essas métricas devem ser mensuráveis, relevantes e capazes de fornecer insights acionáveis sobre o progresso em direção aos objetivos de sustentabilidade;
5. **Implementação e Monitoramento Contínuo:** Implementar as iniciativas identificadas no quadro de ESG e começar a acompanhar regularmente o desempenho da organização em relação às métricas e indicadores estabelecidos. A cooperativa deve realizar ajustes conforme necessário e estar aberta a feedback e aprendizado ao longo do caminho;
6. **Comunicação e Transparência:** Compartilhar os progressos, sucessos e desafios com todas as partes interessadas de forma transparente e regular.

Isso ajudaria a construir confiança e comprometimento com os objetivos de sustentabilidade da organização;

7. **Avaliação e Aprendizado:** Regularmente, avaliar os resultados alcançados e analisar o impacto das iniciativas implementadas. Utilizar essas informações para aprender e melhorar continuamente as práticas de governança social e ambiental da organização.

Essas etapas devem ajudar a guiar a implementação das ideias propostas, garantindo que a Central de Cooperativas Justa Trama avance em direção a seus objetivos de desenvolvimento sustentável de forma eficaz e significativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade enxerga as organizações não-governamentais e as demais organizações voltadas ao bem público, sem fins lucrativos - cooperativas, por exemplo - como empreendedoras institucionais (Delalieux, 2011). Essa é uma expectativa muito comum, apesar de essas próprias organizações nem sempre se identificarem desta maneira. As cooperativas são cada vez mais importantes na economia, elas ocupavam 13,6 milhões de pessoas em 2020, ou seja, uma em cada seis pessoas no planeta é associada ou voluntária em uma cooperativa (Pape et al. 2020). Além de gerar um retorno de R\$ 13 bi em 2019, e R\$ 18 bi em pagamento de salários, segundo a Organização de Cooperativas Brasileira (OCB).

Apesar do reconhecimento inclusive econômico da importância das cooperativas, além do reconhecimento de sua contribuição ambiental e social, o conhecimento sobre elas é incompleto (Carini, El-Houssef e Sparreboom, 2015), existem muitas lacunas de informação porque há um grande número de pequenas cooperativas que não têm estrutura para organizar seus dados. Mesmo entre as cooperativas que atuam em rede, junto com associações e em parcerias com o mercado, **há significativas lacunas de busca de conhecimento atualizado sobre vários aspectos: tecnologias digitais, legislação, processos de trabalho e organização para se comunicar com o mercado. Isso leva a fragilidades de governança porque, ao não adotarem uma taxonomia que o mercado entenda, as cooperativas se distanciam de suas ânsias de crescimento, permanecendo com a ideia (que não percebem) de que não alterar seus valores fundamentais pode ser significado de se acomodar.** Essa taxonomia, atualmente, é expressa de maneira muito forte como ESG, a governança das dimensões ambiental, social, econômica, todas elas, articuladas pelas práticas de transparência, *accountability* e mecanismos de abertura de dados e anticorrupção.

Este trabalho teve por objetivo propor um roteiro para a implementação de ESG em uma central de cooperativas do setor de produção de moda *slow fashion* que articula toda uma cadeia de algodão agroecológico - a Central de Cooperativas Justa Trama. Para isso, foi revisada a literatura sobre o Terceiro Setor, incluindo cooperativas, economia social e solidária, sustentabilidade, ODS e ESG, que ainda é um conceito em construção e está mais difundido nas empresas privadas. Foi também realizado um estudo de caso suportado pelo roteiro da Investigação

Apreciativa para a realização de entrevistas com o quadro administrativo da Justa Trama, que se mistura muito com a cooperativa fundadora Univens, em Porto Alegre. A ideia da inclusão da Investigação Appreciativa teve como intuito dar um rumo assertivo para o objetivo, uma vez que não existem estudos acadêmicos sobre práticas ESG em cooperativas - existem, sim, roteiros muito gerais sobre práticas de sustentabilidade em alguns estudos (Marconatto, Wegner e Ladeira, 2019, entre outros) e nas iniciativas de *scorecards* do monitor mundial das cooperativas (WCM).

Considera-se que o objetivo geral foi cumprido de forma parcial com o subsídio da revisão e sistematização teórica e a entrega de um quadro de trabalho para ESG na Justa Trama. Isso porque as entrevistas indicaram a falta de condições, atualmente, de compreensão básica da realidade ESG pelas entrevistadas, o que dificultou a elaboração de uma proposta de implementação de ESG que atenda as particularidades da organização estudada.

Com relação ao objetivo específico (i), descrever a cooperativa Justa Trama em sua atual configuração, considera-se plenamente atendido por meio da revisão da literatura e das respostas obtidas nas entrevistas. O mesmo se pode afirmar sobre o objetivo específico (ii), avaliar a compreensão dos ODS por dirigentes da Justa Trama: foi avaliada e foi constatado que essa compreensão é muito geral, não é suficiente para adentrar no estabelecimento de métricas para uma estrutura ESG que seria customizada para a cooperativa. Ficou claro que os aspectos ambientais e sociais são predominantes e não há clareza sobre como as cooperadas querem mudar (Planejamento e Futuro).

Com respeito ao objetivo específico (iii), avaliar a compreensão e as possibilidades de ESG por parte de dirigentes da Justa Trama, conseguiu-se avaliar a compreensão mas não totalmente as possibilidades, pela falta de conhecimento e clareza sobre como as cooperadas direcionam a sua ideia de crescimento. Finalmente, com relação ao objetivo específico (iv), de propor um roteiro para a implementação de ESG na cooperativa Justa Trama, unidade de Porto Alegre (RS), ele ficou bastante limitado pelas razões já apresentadas para o objetivo geral.

A pesquisa teve muitas limitações. A primeira delas é a total falta de referências sobre estudos relativos à implementação de ESG em cooperativas. Foram encontrados estudos sobre o que influencia a sustentabilidade em cooperativas (Marconatto, Ladeira e Wegner, 2019, entre outros), mas não sobre a expressão ESG - inclusive já existem recomendações de desenvolver uma estrutura

efetiva de relatório específico para as cooperativas que não sejam os modelos mais usados como os do GRI (Yakar-Pritchard e Çaliurt, 2021), pois eles são trabalhosos e precisam ser adaptados.

Do ponto de vista da contribuição do trabalho para a literatura sobre ESG em cooperativas, destaca-se a quase inexistência de registro de estudos acadêmicos sobre ESG em cooperativas. Por exemplo, a busca pelos termos "*cooperative*" AND "*ESG report*", na base *Web of Science*, resultou em 13 registros, dos quais apenas três foram considerados elegíveis para atender a questão da pesquisa. Já na base de dados Scopus, a mesma pesquisa não trouxe resultados. Modificando-se a busca para "*cooperative*" AND "*ESG*" AND "*report*", obtiveram-se cinco resultados na base Scopus, dos quais dois repetidos da *WoS*, um capítulo de livro e dois não relevantes para responder a questão de pesquisa. Isso indica a importância da presente pesquisa como balizadora para futuros estudos relacionados ao tema ESG em cooperativas. Destaca-se que na base de dados *Science Direct* foram pesquisados "*cooperativism*" AND "*sustainability report*" (4 resultados), "*cooperativism*" AND "*SDG*" (17 resultados), *cooperativism* AND *governance* (123 resultados), comprovando ter resultados quase inexistentes sobre a temática.

A segunda limitação, não menos importante, é que a pesquisa contou somente com três entrevistas, o que prejudicou muito a possibilidade de se formar um panorama mais aprofundado e diversificado (com mais atores) sobre o tema estudado. Esta é uma limitação de responsabilidade da autora.

Para estudos futuros, recomenda-se:

- aprimorar o questionário aplicado nesta pesquisa para melhor alinhamento dele com as etapas da Investigação Apreciativa;
- ouvir um maior e mais diversificado número de cooperados, pertencentes a outras unidades da rede de cooperativas;
- ouvir especialistas em relatórios de sustentabilidade do setor cooperativo para capturar suas sugestões sobre como seria a estrutura de um relatório ESG para uma cooperativa como a estudada;
- ouvir especialistas do mercado financeiro e de corporações têxteis do setor privado para assimilar suas sugestões sobre como criar um relatório ESG para cooperativas do setor da Justa Trama que auxiliasse a cooperativa nos seus propósitos de crescimento;

- realizar uma pesquisa documental, fazendo uma auditoria das atas e documentos, comparando o que já existe de indicadores financeiros, econômicos, ambientais e sociais (mesmo que desestruturados), propor uma organização destes indicadores, e criação de novos indicadores de acordo com os objetivos (futuro) da organização;
- triangular os dados obtidos nas entrevistas com documentos da cooperativa (atas, relatórios etc).

REFERÊNCIAS

ANDRADA, C.F. **Trabalho e política no cotidiano da autogestão**: o caso da Rede Justa Trama. Tese. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2-13, 213f.

ALOMOTO, W.; NIÑEROLA, A.; PIÉ, L. Social Impact Assessment: A Systematic Review of Literature. **Social Indicators Research**, 2022, 161:225–250, <<https://doi.org/10.1007/s11205-021-02809-1>>.

ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO, 2023. Disponível em: <<https://anuario.coop.br/>>. Acesso em 10/01/2024.

BALDISSERA, O. As dimensões e os pilares da sustentabilidade. **Portal Pós PUCPR Digital**, 2023. Disponível em: <<https://posdigital.pucpr.br/blog/pilares-sustentabilidade>>. Acesso em: 10/01/2024.

BAUERMANN, K.F. Contribuição das Cooperativas do Rio Grande do Sul no Desenvolvimento Local. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade Federal do Pampa, 2023, 104f.

BERG, F.; FABISIK, K.; SAUTNER, Z. Is History Repeating Itself? The (Un)predictable Past of ESG Ratings. **Frameworking Paper 708/2020**, August 2021, 59p. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract_id=3722087>. Acesso em 17/12/2023.

BILLIO, M.; COSTOLA, M.; HRISTOVA, I.; LATINO, C.; PELIZZON, L. Inside the ESG ratings: (Dis)agreement and performance. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 28:1426–1445, 2021, DOI: 10.1002/csr.2177.

BIRCH, K.; WHITTAM, G. The third sector and the regional development of social capital. **Regional Studies** 42:3, 347-450, 2008, <<http://dx.doi.org/10.1080/00343400701874222>>.

BIK, N. **Developing a Model-Driven Socio-environmental Auditing Tool**. Master Thesis. Utrecht University, 2018. Available at: <<https://studenttheses.uu.nl/handle/20.500.12932/30671>>.

BLOICE, L.; BURNETT, S. Barriers to knowledge sharing in third sector social care: a case study, **Journal of Knowledge Management**, V. 20 N. 1, pp. 125-145, 2016, <<https://doi.org/10.1108/JKM-12-2014-0495>>.

BOSE, S. Evolution of ESG Reporting Frameworks. In: ESTY, D.C., CORT, T. (eds) **Values at Work**. Palgrave Macmillan, Cham. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-55613-6_2>, , 2020, pp. 13-33.

BOSSLE, M. B.; NASCIMENTO, L. F. M. As relações interorganizacionais na rede Justa Trama como um fator de sucesso na produção e comercialização dos produtos do algodão ecológico. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 64-81, maio/ago. 2014. 65. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/>>

BOUCHARD, M.J.; CRUZ FILHO, P.; ZERDANI, T. Social Enterprise in Québec: Understanding their “Institutional Footprint”. **Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research**, V. 6, N 1, Spring / Printemps, 2015, pp. 42 – 62.

BOUCHARD, M.J.; HIEZ, D. A Universal Definition For The Social And Solidarity Economy : A First Appraisal Of The International Labour Organization Resolution, <<https://ssrn.com/abstract=4294563>>, <<https://doi.org/10.2139/ssrn.4294563>>, doi:10.2139/ssrn.4294563, **Working Paper**, ZBW – Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft/Leibniz Information Centre for Economics, 2022.

BOUCHARD, M.J.; ROUSSELIÈRE, D. Recent Advances on Impact Measurement for the Social and Solidarity Economy: Empirical and Methodological Challenges. **Ann. Public Coop. Econ.** 93, 2022, pp. 253-256, DOI: 10.1111/apece.12380.

BROWN, L.; HICKS, E.; LECLERC, A.; PETERSEN, B.; WOOD, J. **The Sustainability and Planning Scorecard: A Tool Designed for and with Local Retail and Food Co-operatives**. In: BROWN, L.; CARINI, C.; NEMBHARD, J.G.; KETILSON, L.H.; HICKS, E.; MCNAMARA, J.; NOVKOVIC, S.; RIXON, D.; SIMMONS, R. **Co-operatives for Sustainable Communities**. Tools to Measure Co-operatives. The Collection: Co-operatives and Mutuals Canada. Centre for the Study of Co-operatives, ISBN 978–0–88880–602–4 (epub), pp. 89-117, 2015.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre o terceiro setor**. Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação ; n. 258 PDF). 2016. Modo de acesso: livraria.camara.leg.br. ISBN 978-85-402-0538-3 (epub).

CARINI, C.; EL-HOUSSEF, H.; SPARREBOOM, T. The Importance of Statistics on Co-operatives: Why and How Should we Collect Data? In: BROWN, L.; CARINI, C.; NEMBHARD, J.G.; KETILSON, L.H.; HICKS, E.; MCNAMARA, J.; NOVKOVIC, S.; RIXON, D.; SIMMONS, R. **Co-operatives for Sustainable Communities**. Tools to Measure Co-operatives. The Collection: Co-operatives and Mutuals Canada. Centre for the Study of Co-operatives, ISBN 978–0–88880–602–4 (epub), pp. 18-35, 2015.

CARROLL, A.B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review** 4 (4), 497-505, 1979.

CHAVES, R.; MONZÓN, J.L. La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria”, CIRIEC-España, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, 93, 5-50, DOI: 10.7203/CIRIEC-E.93.12901, 2018.

CHRISTIANSSON, R. The Co-operative Sustainability Scorecard. In: BROWN, L.; CARINI, C.; NEMBHARD, J.G.; KETILSON, L.H.; HICKS, E.; MCNAMARA, J.; NOVKOVIC, S.; RIXON, D.; SIMMONS, R. **Co-operatives for Sustainable Communities**. Tools to Measure Co-operatives. The Collection: Co-operatives and Mutuals Canada. Centre for the Study of Co-operatives, ISBN 978–0–88880–602–4 (epub), pp. 80-86, 2015.

COOPERRIDER, D.L.; WHITNEY, D.; STRAVOS, J.M. **Manual de Investigação Apreciativa**. Rio de Janeiro: Qualitmakr, 544p, 2009.
CORT, T.; ESTY, D. ESG Standards: Looming Challenges and Pathways Forward. **Organization & Environment**, V 33(4) 491– 510, 2020, DOI: 10.1177/1086026620945342.

CRUZ FILHO, P.R.A. **Le positionnement stratégique dans l'économie sociale**. Theses. Centre de recherches sur les innovations sociales. Québec, Canada, 2016, 767p., available at:<
https://depot.erudit.org/dspace/bitstream/004064dd/1/CRISES_TM1602.pdf>

CUSTÓDIO, F.A.S.; OLIVEIRA, M.M.S. Dieselgate e o capitalismo no século XXI: uma análise do caso Volkswagen e a má-fé nas relações consumeristas. **Revista Estudo & Debate**, 2021, DOI:10.22410/issn.1983-036x.v28i4a2021.2819.

DALIBOZHKO, A.; KRAKOVETSKAYA, I. **Youth entrepreneurial projects for the sustainable development of global community**: evidence from Enactus program. SHS Web of Conferences 57, 01009 (2018). <
<https://doi.org/10.1051/shsconf/20185701009>>

DELALIEUX, G.; KOURULA, A. **Nongovernmental Organizations' Influence and Capacity in Management Literature**: The Implicit Influence of Tocqueville and Explicit Reference to Habermas" In The Third Sector, Dialogues in Critical Management Studies, Vol. 1 pp. 2015: 57-73,
<[http://dx.doi.org/10.1108/S2046-6072\(2011\)0000001010](http://dx.doi.org/10.1108/S2046-6072(2011)0000001010)>.

OLIARI, Reinaldo. **Entenda as normas IFRS S1 e IFRS S2**: Saiba como elas apoiam na divulgação de informações sobre iniciativas ligadas a ESG e estabeleça estratégias para suas implementações. Perspectivas, Deloitte. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/audit/articles/normas-sustentabilidade-fatores-climaticos.html>> Acesso em 22/04/2024.

DIAS, M.C. Novas Configurações na Gestão da Cadeia Têxtil Brasileira: O Caso da Justa Trama. 3º Congresso Científico Têxtil e de Moda. Fortaleza, **Anais**, 16p., 2015. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/309533288_NOVAS_CONFIGURACOES_NA_GESTAO_DA_CADEIA_TEXTIL_BRASILEIRA_O_CASO_DA_JUSTA_TRAMA/links/5814dc4308ae90acb23d811d/download?tp=eyJjb250ZXh0ljp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19>. Acesso: 04/05/2023.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: U.K. Capstone Publishing Limited, 1998.

ERBS, R.T.C.; MARTINEZ, F.J.; ARAÚJO, J.P.; ASSIS, M.P. A Investigação Apreciativa como metodologia de ação e intervenção em uma cooperativa de costureiras. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.15 n.27, 2018, DOI: 10.18677/EnciBio_2018A.

ESMERIO, J.R.; ALBERTI, R. Economia Solidária Políticas Públicas: Um Panorama da Produção Científica no Banco de Dados da Web of Science (WoS). **Revista Acadêmica Contribuiciones a La Economía**, 2019, 11p. Available at: <<https://eumed.net/ce/2019/4/economia-solidaria-politicas.html>>. Last access: October 25th 2023.

ESPOSTO, E.; FICCADENTI, C. An “Ecosystem of Entrepreneurialisation? An interpretative approach to the transformation of the third sector. *The Open Journal of Sociopolitical Studies*, **PACO**, 13(1), 691-718, 2020, DOI: 10.1285/i20356609v13i1p691.

FARIA, M. V. C. M. & PEREIRA, J. de A. A Rede de Economia Solidária do Algodão Agroecológico: Desenvolvimento Humano, Sustentabilidade e Cooperação entre os Produtores Rurais do Estado do Ceará. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, 14(3), 395-408, 2012, <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87825497009>>.

FAZZI, L. Social Enterprises, Models of Governance and the Production of Welfare Services. **Public Management Review**, 14:3, 359-376, 2012, DOI: 10.1080/14719037.2011.637409.

FEIL, A.A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n 3,, Rio de Janeiro, p. 667-681, 2017, <<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157473>>.

FONTELLES, M.J.; SIMÕES, M.G.; HASEGAWA, S.; FONTELLES, R.G.S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa **Rev. para. med** ; 23(3), 2009. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477>>. Acesso em 12/01/2024.

GIACOMINI DA SILVA, J.S.; SCHULTE, N.K. O caso Justa Trama: contexturas entre a economia solidária e as estratégias orientadas para a sustentabilidade no processo de Life Cycle Design. **Moda Palavra** e-periódico, Vol. 7, N 13, Jan-Jun, 2014, pp. 46-84, available at: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514051622002>>.

GIESE, G.; LEE, L.-E.; MELAS, D.; NAGY, Z.; NISHIKAWA, L. Foundations of ESG Investing: How ESG Affects Equity Valuation, Risk, and Performance. **The Journal of Portfolio Management**, V 45, N 5, 2019, p. 1-15.

GONZÁLEZ, A.L.; MARTÍN, J.A.C.; RODRÍGUEZ, J.F.A. Analysis of Corporate Social Responsibility Process Through 113 Concepts. **Prisma Social Journal**, 2021, pp . 31-64 .

GOMES, G.G. **Rede Justa Trama – Cadeia produtiva do Algodão Agroecológico: As Territorialidades da Economia Solidária**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011, 105 f.

HILMAN, J.; AXON, S.; MORRISSEY, J. Social enterprise as a potential niche innovation breakout for low carbon transition. **Energy Policy** 17, 445-456, 2018, <<https://doi.org/10.1016/j.enpol.2018.03.038>>.

HUSTED, B. Corporate **Social Responsibility** Practice from 1800 to 1914: Past Initiatives and Current Debates. *Business Ethics Quarterly* V 25, issue 1, p 125-141, 2015.

HOLGADO, D.; MAYA-JARIEGO, I. La dualidad de prestaciones asistenciales y estrategias de inclusión social en la red de las organizaciones de servicios sociales del tercer sector. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 178: 83-100, 2022, doi: 10.54777/cis/reis.178.83.

HORAK, H.; POLJANEC, K. Recent Developments in European Company Law: A Way Forward to More Social Europe? **Intereulaweast**, Preliminary Communication, UDC 347.72:339.923:061.1EU, 34(4-67EU), Vol. V (2) 2018, DOI: <https://doi.org/10.22598/iele.2018.5.2.5pp.151-167>.

HOUGH, P. "Walking the Talk: Putting Co-operative Principles and Values into Practice with the Help of the Co-op Index. In: In: BROWN, L.; CARINI, C.; NEMBHARD, J.G.; KETILSON, L.H.; HICKS, E.; MCNAMARA, J.; NOVKOVIC, S.; RIXON, D.; SIMMONS, R. **Co-operatives for Sustainable Communities**. Tools to Measure Co-operatives. The Collection: Co-operatives and Mutuals Canada. Centre for the Study of Co-operatives, ISBN 978-0-88880-602-4 (epub), pp. 119-128, 2015.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 6ª edição São Paulo. 6. ed. São Paulo, SP. 2023. ISBN: 978-65-5515-787-1

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Guia das Melhores Práticas de Governança para Cooperativas**. São Paulo: IBGC, 2015, 96p. ISBN 978-85-99645-35-2.

IYER, B. Cooperatives and the sustainable development goals. **Waking the Asian Pacific Co-Operative Potential**, 2020, p. 59-70, DOI:10.1016/b978-0-12-816666-6.00006-9 .

JENSEN, M.C. e MECKLING, W.H. Theory of Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Capital Structure. **Journal of Financial Economics**, 3, 11-25, 1976.

KOLK, A. The social responsibility of international business: from ethics and the environment to CSR and sustainable development. **Journal World Business**, V 51, Issue 1, p. 23-34, 2016, <<https://doi.org/10.1016/j.jwb.2015.08.010>>.

LACERDA, L.F.B. **Governar-se para quê?** As Práticas de Gestão dos Empreendimentos Solidários. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 180p., 2009.

LARCKER, D.F.; POMORSKI, L.; TAYAN, B.; WATTS, E.M. ESG Ratings - A Compass without Direction. **Stanford Closer Look Series**. Available at: <<https://ssrn.com/abstract=4179647>>, 16p, 2022. Access: 15/12/2023.

LEAL, A.L.C.A; OGASAVARA, M.H.; GONÇALVES, R.A. O Comércio Justo como Vantagem Competitiva no Processo de Internacionalização: Um Estudo de Caso da Justa Trama. **Revista Interfaces** – Saúde, Humanas e Tecnologias, Vol. 4(13), pp. 158-174, 01 de Dezembro, 2017, DOI: 10.16891/2317-434X.v4.e13.a2017.pp158-174, ISSN 2317-434X.

LJUNGQVIST, A.; MALLOY, C.; MARSTON, F. Rewriting History. **The Journal of Finance**, V. LXIV, N 4, p.1935-1960, 2009.

MACKENČIÚTÉ, R.; MARTINAITIS, Z.; LIPPARIN, F.; CONSTANCE, B.; STYCZYŃSKA, I. **Social Impact Investment** - Best Practices and Recommendations for the Next Generation. Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies. European Parliament, 72p., 2020.

MARCIS, J.; LIMA, E.P.; COSTA, S.E.G. Model for assessing sustainability performance of agricultural cooperatives. **Journal of Cleaner Production** 234, 933-948, 2019, <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.06.170>>.

MARCONATTO, D.; LADEIRA, W.J.; WEGNER, D. The sustainability of solidarity economy organizations: An empirical investigation. **Journal of Cleaner Production** 228,1122-1130, 2019, <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.04.352>>.

MARIER-BIENVENUE, T.; PELLERIN, R.; CASSIVI, L. Project Planning and Control in Social and Solidarity Economy Organizations: A Literature Review. **Procedia Computer Science** 121, 2017, pp. 692–698.

METELLO, A.G. **Os Benefícios da Associação em Cadeias Produtivas Solidárias**: O Caso da Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, 157f.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo, Pesquisa social: Teoria, método e criatividade (pp. 9-29). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOOK, L. Performance Management, Impact Measurement, and the Sustainable Development Goals: The Fourth Wave of Integrated Social Accounting. **Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research**, V 11, N 2, pp. 20-34, 2020.

MORAES, R. C. C. **Berle & Means, de 1932 a 2002: A Ordem Política do Capitalismo Corporativo**. 2011. Disponível em: https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2011/06/pv118_berle_means.pdf. Acesso em: 10 maio. 2023.

MOVIMENTO NACIONAL ODS SANTA CATARINA. **Os 5 P's da Sustentabilidade** Disponível em: <<https://sc.movimentoods.org.br/os-5ps-da-sustentabilidade/>>. Acesso em 10/01/2024.

MOZAS-MORAL, A.; FERNÁNDEZ-UCLÉS, D.; MEDINA-VIRUEL, M.J.; BERNAL-JURADO, E. The role of the SDGs as enhancers of the performance of Spanish wine cooperatives. **Technological Forecasting & Social Change** 173, 121176, 2021, <<https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121176>>.

MOXOM, J.; ROMENTEAU, A.; DAVE, M.; BLANCO, C.E.G. **Cooperatives and the Sustainable Development Goals: The role of cooperative organisations in facilitating SDG implementation at global, national and local levels**. Relatório, 21p., 2022, Disponível em: <<https://ica.coop/sites/default/files/2022-02/Cooperatives%20and%20the%20Sustainable%20Development%20Goals%20Paper.pdf>>. Acesso em 20/01/2023

NAÇÕES UNIDAS. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2010. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-mil%C3%AAnio>>. Acesso em 20/09/2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em 20/12/2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Cooperativas são atores-chave no alcance do desenvolvimento sustentável**. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/155502-cooperativas-s%C3%A3o-atores-chave-no-alcance-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em 22/04/2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2024. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> Acesso em: 04 mar de 2024.

NARDONE, J.P. As práticas de ESG em Gestão Pública. **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Artigo%20-%20Nardone%20-%20As%20pr%C3%A1ticas%20ESG.pdf>>. Acesso em 10/12/2023.

NESPOLO, N. F. **Tramando Certezas e Esperanças**, A história não para. Oikos Editora, Brasil, 2014.

NIELSEN, H.; VILLADSEN, K. The ESG Discourse Is Neither Timeless Nor Stable: How Danish Companies 'Tactically' Embrace ESG Concepts. **Sustainability** 15, 2766. <<https://doi.org/10.3390/su15032766>>, 2023, p. 1-26.

NOGUEIRA, J.H.S. Os estertores do capitalismo. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 69/2019 e a Estratégia Nacional de Empreendimentos de

Impacto (Enimpecto). **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics**, São Paulo, 2021; 9 e-ISSN 2594-9187.

NUNES, H. J. Justa Trama: **Cadeia Produtiva do Algodão Agroecológica**. Uma breve discussão. Monografia. Graduação. Centro Sócio Econômico Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. 63f.

ODS Brasil. Transformando Nosso Mundo - A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Plataforma Brasileira dos Indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, operado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>>. Acesso em: 26 de fev. de 2024.

OECD. Organization for Economic Cooperation and Development. Legal Frameworks for the Social and Solidarity Economy. **OECD Global Action** “Promoting Social and Solidarity Economy”, 2022 Ecosystems”. Available at: <<https://www.oecd.org/publications/legal-frameworks-for-the-social-and-solidarity-economy-480a47fd-en.htm>>, 73p., 2022.

OLARU, S.; GHITULEASA, C.; FILIPESCU, E. Knowledge Management in the Fashion Industry. Knowledge Management in the Fashion Industry. In: CEGARRA, J.G. **Proceedings of the 13th European Conference on Knowledge Management**. Universidad Politécnica de Cartagena, Spain, 6-7 September 2012, ISBN: 978-1-908272-63-8.

MOVIMENTO NACIONAL ODS SANTA CATARINA. Os 5P's da Sustentabilidade. Disponível em: <<https://sc.movimentoods.org.br/os-5ps-da-sustentabilidade/>> Acesso em: 04 mar de 2024

ONYX, J.; CONVENTRY, L.; KENNY, S.; FANANY, I. Third Sector Governance in Asia: Tracking Hybridity. **Cosmopolitan Civil Societies: an Interdisciplinary Journal**, V 10, N 3, 3,1-18, 2018, <<https://doi.org/10.5130/ccs.v10i3.5922.2018>>.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Anuário Coop 2023**. Disponível em : <<https://anuario.coop.br/brasil/cooperativas>>. Acesso em 15/01/2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015.

PAIVA, I.; CARVALHO, L. Accounting and Management Practices in the Third Sector in Angola. **Economics and Sociology**, 11(3), 28-42, 2018, doi:10.14254/2071-789X.2018/11-3/2.

PAPE, U.; BRANDSEN, T.; PAHL, J.B.; PIELIN, B.; BATURINA, D.; BROOKES, N.; CHAVES-ÁVILA, R.; KENDALL, J.; MATANČEVIC, J.; PETRELLA, F.; RENTZSCH, C.; RICHEZ-BATTESTI, N.; SAVALL-MOREIRA< T.; SIMSA, R.; ZIMMER, A. Changing Policy Environments in Europe and the Resilience of the Third Sector. **Voluntas**, 31:238–249, 2020, <<https://doi.org/10.1007/s11266-018-00087-z>>.

PARSEHYAN, B.G. Leadership in non-profit organizations. In: ALVINIUS, A. **Contemporary leadership challenges**. Intech Open, 167-179, 2017, <<http://dx.doi.org/10.5772/65268>>.

PESTOFF, V. Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence. **Voluntas** 23, 1102–1118, 2012, <<https://doi.org/10.1007/s11266-012-9308-7>>.

PFOTENHAUER, R. Socially Responsible Investors: The Rise of ESG. **Conference TEST**, 2022, disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/362323568_Socially_Responsible_Investors_The_Rise_of_ESG> Acesso em 23/12/2023.

PRIM, M.A. Governança em Organizações Com Fins Sociais: Um Estudo Multicaso à Luz da Inovação Social. **Tese**. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, 2021, 289f.

QUINTÃO, R. **Agenda 2030: Perspectiva Brasileira**. Secretaria Nacional de Articulação Social. 47º Congresso Nacional de Saneamento da ASSEMAE. Campinas, jun 2017. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/12384176/>> Acesso em 04 de mar de 2024.

RIBEIRO, T.L.; LIMA, A.A. Environmental, Social e Governance (ESG): Mapeamento e Análise de Clusters. **RGC Revista de Governança Corporativa**, 9(1), e0120, 2022, <<https://doi.org/10.21434/IberoamericanJCG.v9i1.120>>.

RIVA, F.R. **Cadeia-Rede do algodão agroecológico Justa Trama**: características e ações empreendedoras. Dissertação. Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 83f, 2011.

RIZZELLO, A.; KABLI, A. Sustainable Financial Partnerships for the SDGs: The Case of Social Impact Bonds. **Sustainability** 12, 5362, 2020, doi:10.3390/su12135362.

ROBERT-DEMONTROND. Les ébullitions du commerce équitable : par delà toute bi-polarisation des discours et pratiques. **Management international Gestión**, Volume 13, Number 2, hiver 2009, <<https://id.erudit.org/iderudit/029782ar>>, DOI: <<https://doi.org/10.7202/029782ar>>.

RODRIGUES, J. O Movimento B Corps. Significados, Potencialidades e Desafios. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Administração e Contabilidade. **Dissertação**, 219f, 2016.

ROSSETTO, J.D.S.; BARROCA, A.M.S. **Estudos sobre a cadeia de valor do algodão na América Latina e no Caribe. Tramando e transformando: Justa Trama, a cadeia solidária do algodão agroecológico**. Série 'Estudos sobre a cadeia de valor do algodão na América Latina e no Caribe' da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Agência Brasileira de

Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 36p., 2017. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i6956o/i6956o.pdf>>. Acesso:20/10/2023.

SANTOS, E.S.; OLIVEIRA, J.R.; SANTOS, J.C.; ALMEIDA, N.S. Economia popular e solidária e indústria têxtil: um estudo com base na Rede Justa Trama. **Revista Macambira**, V.5, N.1, e051006, ISSN 2594-4754, 2021.

SANTOS, V.L.C. Proposta de **framework** para evidenciação dos capitais propostos pelo relato integrado em cooperativas agroindustriais. Tese. Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, 114 f, 2011.

SEVERINO, J.M. **Microfinance Barometer**, 2013. Disponível em: <<https://www.convergences.org/wp-content/uploads/2017/05/Microfinance-Barometer-2013.pdf>>. Acesso em 12/01/2024.

SIFA, C.B.; HOSSEIN, C.S. Cooperatives and Mutuals. In: Yi, E. (org.) **Encyclopedia of the Social and Solidarity Economy**. United Nations Research Institute, Edward Elgar Publishing, UK, p. 131-137, 2023.

SILVA, E.R.A. (coord.) Agenda 2030. **ODS. Metas Nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 502p., 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8636>>. Acesso: 10/12/2023.

SILVA, R.C.; CAMARGO, R.S.; MEDINA, G.S.; GATTI, M.; SEVIGNE-ITOIZ, E.; LUCIA, L.; MWABONJE, O.N. Fashion Market Niches for Organic Agroforestry Cotton: Market Potential for Promoting Sustainable Supply Chains. **Sustainability** 15, 700, 2023, <<https://doi.org/10.3390/su15010700>>.

SLOMSKI, V.G.; de BRITTO, A.A.; SLOMSKI, V.; de SOUZA VASCONCELOS, A.L.F.; LUGOBONI, L.F.; IMONIANA, J.O. Compliance of Management Practices Instituted in the Third Sector Based on Governance Guidelines Established by Brazilian Organizations. **Sustainability** 14, 5366, 2022, <<https://doi.org/10.3390/su14095366>>.

SULTANA, S.; ENDUT, N.; HUSSEIN, A.H.M.B. Social Dialogue in Partnerships and Gender Equality: Focus on Garment Industry in Bangladesh. In: LEAL FILHO, W. et al. (eds.) **Partnerships for the Goals**, Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals, <https://doi.org/10.1007/978-3-319-71067-9_112-1>, Springer Nature Switzerland AG, 13p., 2020.

TAN, J.-E. **Social and Solidarity Economy for Sustainable Development in Malaysia**: Concepts, Contexts and Case Studies, ISBN 978-967-0741-31-4, 18p., 2016.

TAVANTI, M. Social Economy Enterprises: The Third/Social Economy (TSE) Sector Classification for Advancing Shared Values for the Common Good. *Entretextos*, Dec 2019-March 2020, V 11, N 3, *Entretextos* Diciembre 2019 - 2020, ISSN: 2007-5316, 14p.

TELLO-ROZAS, S. Inclusive Innovations Through Social and Solidarity Economy Initiatives: A Process Analysis of a Peruvian Case Study. **Voluntas**, 27:61–85, 2016, DOI 10.1007/s11266-015-9606-y.

THE FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO); AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). Série 'Estudos sobre a cadeia de valor do algodão na América Latina e no Caribe' Tramando e transformando: Justa Trama, a cadeia solidária do algodão agroecológico. Brasília, 2017.

TURCATO, C.P. **O Desenvolvimento Sustentável na Construção do Coletivo Através das Interações em Redes**: O Caso da Cadeia-Rede Justa Trama. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Agronegócios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, 213f.

UTTING, P.; O'NEILL, K. **Corporate Sustainability Accounting**. What Can and Should Corporations be Doing? United Nations Research Institute for Social Development, 36p., 2020, <www.unrisd.org/sdpi>.

WANG, M. Environmental, Social, and Corporate Governance: A History of ESG Standardization from 1970s to the Present. **Undergraduate Senior Thesis**, Department of History, Columbia University, 83f., 2023.

WELLS, D. Too weak for the job: corporate codes of conduct, non-governmental organizations and the regulation of international labour standards. **Global Social Policy**, 7 (1), 51-74, 2007, <<https://doi.org/10.1177/146801810707391>>.

YAKAR-PRITCHARD, G.Y.; ÇALIYURT, T. Sustainability Reporting in Cooperatives. **Risks** 9: 117, 2021, <<https://doi.org/10.3390/risks9060117>>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

BLOCO 1 – Uma cooperativa no universo do Terceiro Setor

1. Qual a sua função na Justa Trama e quando começou a trabalhar?
2. Qual o número de pessoas que trabalham hoje na Justa Trama, de maneira formal, e quantos são voluntários? (Existem contratos de trabalho?)
3. Quantos fornecedores e clientes a Justa Trama possui atualmente? Existem registros ano a ano de fornecedores e clientes? Quantos são, quem são?
4. A Justa Trama é considerada uma organização do Terceiro Setor. Na sua avaliação, ela é uma cooperativa (sem fins lucrativos, com decisão democrática, com estrutura organizacional horizontal) ou uma economia solidária (não necessariamente sem fins lucrativos, com decisão em instâncias, com maior foco na digitalização dos processos)? Quais diferenças você vê entre esses conceitos? Se não vê diferenças, por quê?
5. A Justa Trama poderia ser considerada uma economia híbrida (que tem finalidade social, com propósito de bem comum, mas administrada como uma empresa privada)? Explique, por favor.
6. Você considera que a Justa Trama, atualmente, mantém a mesma estrutura, os mesmos propósitos, visão, missão e valores em relação à época em que foi fundada, em 2004? Explique, por favor.
7. Você acredita que a Justa Trama mudou para melhor quanto à sua estrutura administrativa, formas de produção e práticas relativas a organizações do Terceiro Setor? Por quê?
8. Faça um desenho ou esquema da estrutura da Justa Trama como você a enxerga hoje, considerando: pessoal interno, fornecedores, clientes, mercados com os quais se relaciona. Depois de fazer o desenho, identifique nele os

elementos que não existiam desde 2004 e os elementos que existiam naquela época mas que foram eliminados ou modificados.

9. O que você entende por governança, em geral, por governança ambiental e por governança social?

BLOCO 2 – Aspectos de sustentabilidade na organização e alinhamento aos ODS

10. Quais são os principais aspectos de sustentabilidade ambiental na Justa Trama?

11. O que você entende pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)? Qual a relação entre esses objetivos e a governança ambiental e social?

12. A partir dos aspectos listados a seguir, numere-os de 1 a 9, sendo 1 o mais importante e 9 o menos importante. Numere os aspectos com base no que você sabe que é priorizado na Justa Trama.

- economia no uso de energia
- uso de energias renováveis
- gerenciamento de resíduos
- reciclagem
- embalagens menos volumosas ou mais ecológicas
- uso de matérias-primas sustentáveis
- banimento do uso de produtos tóxicos
- cuidados com a qualidade do ar
- economia de água

13. A partir dos aspectos listados a seguir, numere-os de 1 a 11, sendo 1 o mais importante e 11 o menos importante. Numere os aspectos com base no que você sabe que é priorizado na Justa Trama.

- remuneração justa
- respeito aos direitos trabalhistas

- segurança e saúde no trabalho
- equidade de gênero
- equidade racial
- acolhimento de imigrantes
- oportunidades de treinamento
- incentivo à educação
- inovações sociais
- relacionamento com fornecedores
- relacionamento com clientes

14. A partir dos aspectos listados a seguir, numere-os de 1 a 13, sendo 1 o mais importante e 13 o menos importante. Numere os aspectos com base no que você sabe que é priorizado na Justa Trama.

- mecanismos de preço justo
- mecanismos de coibição de comportamento antiético (“propostas indecentes”)
- existência de conselhos diversos – consultivo, administrativo, deliberativo
- diversidade de gênero nos cargos administrativo e de decisão
- mecanismos de auditoria (controle) interna (ex.: casos de perdas econômicas, incidentes com trabalhadores, incidentes ambientais, incidentes de segurança...)
- mecanismos de auditoria (controle) externa (ex.: relatórios sobre incidentes com clientes, com fornecedores, com captação de recursos...)
- transparência nas compras
- transparência na contabilidade
- transparência na sucessão da administração (preparação para sucessão, encarregados substitutos)
- frequência de realização de reuniões entre quem decide (pelo menos 1 vez por mês)
- presença nas redes sociais para prestação de contas/resultados
- transparência no relacionamento com fornecedores
- transparência no relacionamento com clientes

15. Como os ODS se relacionam às práticas ambientais, sociais e de gestão da organização?

16. Você considera importante formalizar a adesão aos ODS na gestão da organização? Por quê?

17. Você acredita na importância da Responsabilidade Social na Justa Trama? De que forma ela é materializada (ou seja, de que forma a Justa Trama expressa os seus impactos econômicos, sociais e ambientais em forma de indicadores)?

BLOCO 3 – Governança ESG.

18. O que você entende por “gestão democrática” em uma organização do Terceiro Setor?

19. A Justa Trama segue o princípio da autogestão (independência na tomada de decisão)?

20. De que forma você materializa a justiça social na Justa Trama – como ela é identificada e mensurada?

21. A reciprocidade (“via de mão dupla”) é uma prática conhecida na Justa Trama? Por favor, explique.

22. De que forma economia solidária e *slow fashion* estão relacionados na cooperativa?

23. Como exercer a autonomia e o controle ao mesmo tempo usando a atual estrutura de administração?

24. Como podem ou poderiam ser mensurados os aspectos de:

(a) Engajamento das pessoas (ex.: adesão a treinamentos, qualificação, participação em mídias sociais)?

(b) Educação e treinamento digital?

(c) Satisfação dos associados? (redução de faltas ao trabalho, maior participação em projetos inovadores, iniciativas, participação em feiras...)?

- (d) Satisfação dos voluntários?
- (e) Resultados das inovações sociais, mudanças realizadas em processos, produtos, mercado, vendas, divulgação, marca?
- (f) Resultados da aprendizagem das pessoas (número de treinamentos, cursos)?
- (g) Resultados financeiros (indicadores econômicos, de resultados, de poupança)?
- (h) Resultados sociais (pessoas contratadas, premiações, pessoas negras e pardas contratadas, pessoas LGBTQIAmais contratadas, imigrantes contratados)?
- (i) Riscos das atividades em relação aos associados que entregam matérias-primas (fornecedores perdidos, fornecedores que deixaram de cumprir acordos...)?
- (j) Riscos das atividades em relação aos clientes ou consumidores (mercados perdidos, mercados que são mais difíceis para a cooperativa)?
- (k) Cooperação com outras cooperativas (projetos realizados, resultados dos projetos....)?
- (l) Inserção regional da cooperativa (número de fornecedores locais, número de clientes locais, ... bairro etc)?
- (m) Cooperação com o setor privado (número de instituições, número de empréstimos...)?
- (n) Cooperação com o governo (inovação social, número de prêmios)?
- (o) Qualidade dos produtos (reconhecimento pela qualidade, quantos prêmios?)

25. Como manter a autonomia financeira e, ao mesmo tempo, administrar doações e relações com o mercado?

26. Como são tratados os temas “respeito aos direitos dos animais” e “respeito aos direitos de crianças”?

27. De que forma a agenda das mudanças climáticas está ou poderia estar relacionada aos aspectos financeiros da organização?

28. De que forma a agroecologia está ou poderia estar relacionada aos aspectos financeiros da organização?

29. Qual o nível de conhecimento dos gestores, colaboradores e voluntários da Justa Trama com relação às seguintes leis:

- (a) Lei Geral das Cooperativas (1971)? Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.
- (b) Constituição Federal de 1988? A Constituição de 1988 estabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas. De caráter progressista, ela garante a igualdade de gêneros e direitos sociais, como educação, saúde e trabalhos a todos os cidadãos. Além disso, a carta criminaliza o racismo e proíbe totalmente a tortura.
- (c) Lei das Organizações Sociais 9.637/1988? A Lei nº 9.637/98 institui o Programa Nacional de Publicização com o objetivo de transferir algumas atividades de caráter social, exercidas por órgãos ou entes públicos, às pessoas jurídicas de direito privado, criadas por particulares, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais.
- (d) Código Civil de 2002? O Código Civil reúne as normas que determinam os direitos e deveres das pessoas, dos bens e das suas relações no âmbito privado. A lei de 2002 veio para substituir a de 1916 (Lei Federal 3.071/1916). Após quase 90 anos em vigor, o texto já não se adequava ao contexto político e social pós-Constituição de 1988.
- (e) Lei 12.460/2012 (trabalhadores em cooperativas)?
- (f) Lei 13.019/2014 (Organização da Sociedade Civil)? Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.
- (g) Estratégia Nacional de Investimento de Impacto e Negócios Sociais (ENIMPACTO, 2017)? A Estratégia Nacional de Economia de Impacto é uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto.

(h) Projeto de Lei da Economia Solidária (PL 6606/2019)? Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

30. Você acredita que a economia solidária deveria fazer parte da Constituição Federal? Por quê?

31. Você conhece os guias do Global Reporting Initiative (GRI) sobre responsabilidade social corporativa e materialidade de impactos ambientais, econômicos e sociais? (A Global Reporting Initiative é uma organização internacional de padrões independentes que ajuda empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar os seus impactos em questões como as alterações climáticas, os direitos humanos e a corrupção.)

32. As parcerias da Justa Trama são duradouras? Como são compartilhadas informações com os parceiros da cooperativa?

33. A cooperativa foi requerida a apresentar certificados ou documentos de conformidade ambiental ou social ao solicitar empréstimos?

34. Como são tratadas as informações dos doadores à cooperativa? Existem políticas de proteção de dados?

35. Como são tratados os dados dos voluntários? Existem políticas de proteção de dados?

36. A liderança faz diferença na adoção de práticas ambientais e sociais? Explique.

37. A fonte (origem) do capital da cooperativa influencia nos aspectos de sustentabilidade ambiental e social?

38. Como é a relação com os doadores? Explique?

39. Existem práticas recentes de outras cooperativas (relativas à transparência) que levaram a Justa Trama a modificar seus códigos de conduta internos, externos e suas práticas de transparência? Explique.

40. Os gestores conhecem práticas e recomendações do Instituto Brasileiro de Gestão Corporativa (IBGC) dirigidas a organizações do Terceiro Setor?

41. Considerando que as práticas de governança ambiental, social e de transparência começaram no setor privado, especialmente devido à questão das mudanças climáticas, como você espera que elas cheguem ao Terceiro Setor?

42. Quais são as práticas de governança social, ambiental e transparência possíveis a uma cooperativa?

43. Quais são as práticas já existentes na Justa Trama alinhadas à governança ambiental, social e de transparência?

44. Quais são as barreiras da Justa Trama para a adoção de práticas de governança ambiental, social e transparência?

45. A partir de 02 de janeiro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (que regulamenta regras para o funcionamento de instituições financeiras no Brasil) passou a obrigar empresas com ações na bolsa de valores B3 a seguirem relatórios (reportes) com métricas similares às existentes em uma Resolução Europeia (EU 2021/1253, de abril de 2021). Entre as exigências, estão: apresentar inventário de emissões de gases de efeito estufa, bem como políticas objetivas para redução das emissões; considerar, no relatório, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas mais relevantes para a matriz de materialidade da empresa; considerar recomendações da Força Tarefa sobre Abertura de Informações Relativas ao Clima (*Task Force on Climate Related Disclosure*); considerar informações sobre diversidade; considerar se riscos e práticas ESG são compreendidos e adotados pelo Conselho de Administração, inclusive se a empresa vincula a remuneração dos executivos às métricas ESG (e, em caso afirmativo, quais critérios são usados). De que forma essas exigências poderiam ser adaptadas

para as organizações do Terceiro Setor? (De que forma o Terceiro Setor pode mensurar informações sobre emissões de gases de efeito estufa, informações sobre seus riscos de operação e informações sobre a diversidade social e informações ambientais?)

46. Comente suas maiores dúvidas sobre práticas ESG em cooperativas e organizações do Terceiro Setor.

APÊNDICE B – RESUMO DAS ENTREVISTAS

BLOCO 1 – UMA COOPERATIVA NO UNIVERSO DO TERCEIRO SETOR

1. Qual a sua função na Justa Trama e quando começou a trabalhar?

Nelsa

Diretora-Presidente, desde a fundação. Corte das peças, produção e representação. Associada Univens.

Patrícia

Costureira desde 2000, tesoureira da Univens desde 2001, depois largou a tesouraria da Univens para assumir a da Justa Trama. Associada Univens.

Franciele

Administradora de estoques de 2013 a 2016, responsável por prestação de contas de projetos, atendimento e vendas a partir de 2023. Contratada por projeto, meu salário depende de projeto.

2. Qual o número de pessoas que trabalham hoje na Justa Trama, de maneira formal, e quantos são voluntários? (Existem contratos de trabalho?)

Estima-se em torno de 700 cooperados. A Justa Trama funciona como uma central de cooperativas, reunindo cooperativas e associações como entidades que operam juntas em um tipo de produção comum. Cada uma dessas associações e cooperativas reúne trabalhadores associados e lida diretamente com as pessoas envolvidas. Hoje operam três cooperativas e duas associações. Não existe nenhum voluntário. Para ser sócio de uma cooperativa precisa adquirir cota parte (como se fosse uma ação), para poder receber sua cota anual (divisão de uma porcentagem das sobras). Para ser filiado à uma associação geralmente se contribui com algum valor mensal ou anual.

Patrícia

Todas as sócias têm documentação assinada, controle dessa documentação em projetos. Há o controle dos nomes e quantidade de pessoas, mulheres. Há períodos que tem voluntários para desenvolvimento de produto, agora não tem. Voluntários têm contato por e-mail, é a única documentação de acordo formal.

Franciele

São 23 sócias (Univens), todas são sócias. Cada elo da Justa Trama tem que ter o um documento dizendo quantas pessoas trabalham direta e indiretamente, mas nem todas fazem.

3. Quantos fornecedores e clientes a Justa Trama possui atualmente? Existem registros ano a ano de fornecedores e clientes? Quantos são, quem são?

Nelsa - Fornecedores não existem, existem os elos que compõem a Central de Cooperativas Justa Trama, que atualmente são cooperativas e associações: Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional - ADEC (Tauá-CE) planta algodão; Associação de Comercialização Solidária Xique-xique (Natal - RN) planta algodão colorido rubi; Cooperativa de Produção Têxtil de Para de Minas - Coopertêxtil (Minas - MG) fiação e tecelagem; Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos - Univens (Porto Alegre - RS); Cooperativa Açaí (Porto Velho - RO) botões de sementes, biojóias, e bonecas de retalhos; Coletivo Inovarte (Porto Alegre - RS) bonecas e jogos pedagógicos de sobras da produção. Os clientes estão cadastrados no sistema. Havia mais de dois mil clientes cadastrados, mas precisaram trocar de sistema, e dado de CNPJ e CPF foram integralmente perdidos. Há também clientes não cadastrados, quando há compra física em feiras e na loja. E há clientes finais e clientes marca, que compram produtos corporativos.

Franciele

Somos cinco associações/cooperativas e mais de dois mil clientes, perdemos os cadastros deles.

4. A Justa Trama é considerada uma organização do Terceiro Setor. Na sua avaliação, ela é uma cooperativa (sem fins lucrativos, com decisão democrática, com estrutura organizacional horizontal), é uma economia solidária (não necessariamente sem fins lucrativos, com decisão em instâncias, com maior foco na digitalização dos processos)? Quais diferenças você vê entre esses conceitos? Se não vê diferenças, por quê?

Nelsa

A economia solidária resgata o que o cooperativismo perdeu com o tempo, porque na essência, quando o cooperativismo surgiu, ele não existiria de outra forma, a não ser na compreensão de economia solidária, que é ser coletivo, que é ser democrático, que é fazer uma distribuição justa de ganhos entre todos os seus cooperados. Depois, sobretudo no agronegócio, o cooperativismo passou a ter um formato de empresa porque foi um jeito mais fácil de burlar os direitos trabalhistas. Então a economia solidária ela vem com força para resgatar isso, resgatar o que o cooperativismo perdeu, mas o cooperativismo solidário, o cooperativismo autêntico, ele se confunde com a própria economia solidária. Mas a economia solidária, ela tem outros formatos jurídicos, também tem um formato de associação. Não existe mais nenhum formato ideal do que o cooperativismo verdadeiro. O problema é quando ela se distancia disso - passa a não ser algo que de fato vive a plena democracia... os ganhos são diferencial entre o Presidente e os outros.

Patrícia

Eu para mim, ela é as duas coisas porque ela também faz economia solidária.

Franciele

Não vejo diferença entre as duas, então a Justa Trama é cooperativa e economia solidária.

5. A Justa Trama poderia ser considerada uma economia híbrida (que tem finalidade social, com propósito de bem comum, mas administrada como uma

empresa privada)? Explique, por favor.

Nelsa

Não, ela não é híbrida. A Justa Trama é uma cooperativa central, de forma radical do conceito do cooperativismo. Ela trabalha o aspecto ambiental, o aspecto social e o aspecto econômico. Em toda sua prática, então, planta de forma agroecológica, cuida para não gerar mais resíduos, produz coisas que possam aproveitar os retalhos, não tingem as peças da forma que a indústria têxtil faz. Faz um processo mais natural ou deixa o algodão no seu processo natural. Ela se envolve com as suas comunidades. E ela também busca um retorno financeiro que seja distribuído de forma justa entre todos, porque ninguém vive de vento, de algum lugar você vai precisar de recursos para sobreviver. O verdadeiro cooperativismo busca esse equilíbrio, e é isso que a gente é. E para a gente é tão importante a parte social, quanto a questão de poder dar sustentabilidade às pessoas, quanto a questão ambiental. A Justa Trama tem dois princípios: a distribuição justa de renda entre todos os seus associados, seja quem planta o algodão ou a costureira, e o aspecto ambiental, o algodão ecológico.

Franciele

A Justa Trama é uma cooperativa, mas a gente quer buscar que ela seja uma marca conhecida no mundo inteiro, como uma Renner da vida. A gente quer que ela cresça.

6. Você considera que a Justa Trama, atualmente, mantém a mesma estrutura, os mesmos propósitos, visão, missão e valores em relação à época em que foi fundada? Explique, por favor.

Nelsa

Sim, os mesmos, e a gente sempre avalia que não podemos nos distanciar disso. Nada mudou, a gente aperfeiçoou, aprofundou eles. A questão do meio ambiente foi depois que a gente fundou que começamos a fazer bichinhos, jogos, para poder não

gerar resíduos. A gente implantou placa solar na sede onde a gente está (Porto Alegre). A gente tem muita clareza e convicção que esses dois princípios são fundamentais para uma mudança de sociedade e por um grito da crise do clima que a gente vive.

Patrícia

Para começar, a gente nunca mudou a visão, a missão, que é distribuir renda entre os sócios.

Franciele

Acredito que não mudamos. Mas quando foi criada, não tinha essa percepção do que ela é hoje, do que se tornou e de como está sendo reconhecida.

7. Você acredita que a Justa Trama mudou para melhor quanto à sua estrutura administrativa, formas de produção e práticas relativas a organizações do Terceiro Setor? Por quê?

Nelsa

A gente está dentro de uma sociedade capitalista. E a gente quer construir um outro modelo, é tão difícil isso. O capitalismo assedia o tempo todo, sabe? Então se você me perguntar, a gente melhorou a estrutura, eu acho que não... e talvez isso seja um problema para nós. Porque, depois que você tem uma caminhada, deveria ter um quadro de pessoas mais profissionalizadas, e a gente não tem. E eu acho que isso nos traz problemas porque queremos dar um salto e ainda não conseguimos.

Patrícia

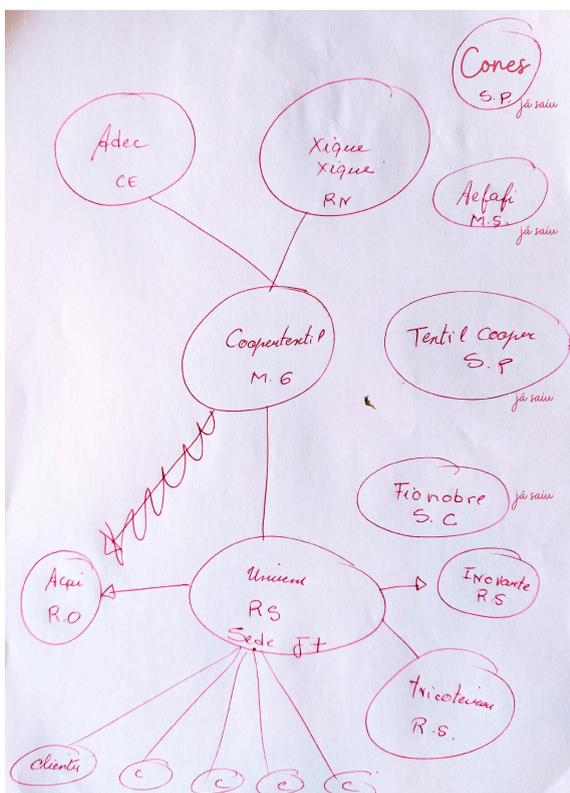
É, com o tempo, a gente foi melhorando, adquirindo conhecimento, foi se aperfeiçoando. Os setores também estão mais separados, da produção. No momento tem duas pessoas em turno integral e outra pessoa em meio turno, que se dedica exclusivamente à parte administrativa. Tem a parte comercial, a dos estoques, de feiras, de produção (cordão, tingimento e serigrafia).

Franciele

Sim, com certeza, ela mudou muito. Na época em que começou, não tinha o controle que tem hoje. A gente tem controle do que é feito, do que não é feito, do que é produzido, do que é plantado, do que é colhido, tudo. Questões de algodão, né? Desde o plantio até o final. Do que é vendido, do que não é. Controle dos clientes. Antigamente, uma cuidava do administrativo, mas também cuidava da loja, cuidava do estoque, cuidava de quem ia para feira, quem não ia, era meio que junto, e hoje não. Hoje tem uma pessoa só para cuidar questões de e-mail com clientes, e outra para estoque, prestação de contas.

8. Faça um desenho ou esquema da estrutura da Justa Trama como você a enxerga hoje, considerando: pessoal interno, fornecedores, clientes, mercados com os quais se relaciona. Depois de fazer o desenho, identifique nele os elementos que não existiam desde 2004 e os elementos que existiam naquela época mas que foram eliminados ou modificados.

Nelsa



2024:

Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional - ADEC (Tauá-CE) planta algodão; Associação de Comercialização Solidária Xique-xique (Natal - RN) planta algodão colorido rubi; Cooperativa de Produção Têxtil de Para de Minas - Coopertêxtil (Minas - MG) fiação e tecelagem; Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos - Univens (Porto Alegre - RS); Cooperativa Açaí (Porto Velho - RO) botões de sementes, biojóias, e bonecas de retalhos; Coletivo Inovarte (Porto Alegre - RS) bonecas e jogos pedagógicos de sobras da produção. Atualmente também conta com um grupo de tricoteiras/crocheteiras do sul (não detalhou).

Clientes, mercados, parceiros e coisas que Justa Trama se relacionam partem da Sede da Justa Trama em Porto Alegre. Na ADEC foi feita a sede num prédio cedido, TV, infraestrutura, veio recurso pra cá. Na rede Xique Xique tem um processo de certificação participativa e o recurso da Espanha que ajudou eles. É decidido sempre em Assembleia em fevereiro/março para definir as prioridades.

No lugar da Coopertextil era a Textilcooper que ficava em São Paulo, ela que fez os primeiros processos. Primeiro era só a ADEC, depois entrou a Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira (AEFAF) que ficava no Mato Grosso do Sul, a AEFAF saiu pois o plantio era pouco e havia muitas plantações com uso de agrotóxico ao redor, contaminando a produção com veneno e transgênico, também sofreu ataque de formigas, até desistirem do plantio. Hoje entrou a Rede Xique Xique, que planta o algodão rubi, tem um ano. Havia também a Cones em Nova Odessa (SP), que fazia o fio, esta não fez parte juridicamente da Justa Trama, não entrou com cota e saiu logo no início. A Fio Nobre, em Santa Catarina, sofreu dois grandes problemas, um foi de gestão interna, que acabou estremecendo as relações entre as pessoas que faziam parte, e a outra é que eles faziam fita de sapato, e aí teve uma grande crise no setor de sapatos, e eles deixaram de produzir, e eles não conseguiam mais viver disso. Nenhum dos elos vive apenas de Justa Trama, ela ainda não se mantém, hoje a sede da Fio Nobre foi comprada e funciona como uma serralheria.

9. O que você entende por governança, em geral, por governança ambiental e por governança social?

Nelsa

Governança é a forma de fazer a gestão de todo o processo, desde a questão financeira, da questão da relação entre as pessoas. É a forma operativa de fazer o negócio funcionar. E por governança ambiental e social, as decisões que são tomadas devem preservar isso, que tenham esse olhar social, ambiental, de cuidado.

Patrícia

É algo que administra tudo.

Franciele

É quem decide tudo. A Nelsa não é nossa chefe, mas é quem governa a cooperativa. É nesse sentido. Não é quem decide, mas quem mostra muitas vezes os caminhos.

BLOCO 2 – Aspectos de sustentabilidade na organização e alinhamento aos ODS

10. Quais são os principais aspectos de sustentabilidade ambiental na Justa Trama?

Nelsa

Os principais aspetos do olhar ambiental são desde o plantio do algodão, de forma agroecológica, que é mais do que plantar sem veneno. Então, além de não usar agrotóxico, sendo orgânico, ele é plantado de forma consorciada com o gergelim, com o feijão, com milho, com melancia, que é para garantir a sustentabilidade das pessoas e o equilíbrio da terra e evitar a contaminação da água. Então tem um aspecto muito importante na agroecologia, que tem a ver com a vida das pessoas. A

gente migrou para a certificação participativa, que não é auditada, que não é pagar uma empresa para que venha e diga que você está fazendo o processo correto, mas que um núcleo de agricultores vai certificando os outros na sua prática agroecológica. A gente separa os canos que vêm nos rolos de tecido, tanto se eles vêm em madeira ou plástico, coloca eles fora no dia da coleta seletiva para que eles sejam bem aproveitados. A gente tem caixa d' água na sede para coletar água da chuva. Nós fizemos todo um processo de adaptação da serigrafia onde antes se lavava a tela, e a água ia para a rede. Agora, ela é toda tratada e reaproveitada. A gente tem placa solar, e tem campanha que a gente faz para a questão do meio ambiente. Que quando as pessoas usam uma roupa orgânica, elas estão usando uma roupa que preserva o meio ambiente, que não contamina. Além disso, a gente trabalha com os retalhos. Hoje, o orgânico abre um nicho de mercado.

11.O que você entende pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)? Qual a relação entre esses objetivos e a governança ambiental e social?

Nelsa

Alguns objetivos vão além da questão social e ambiental. Eles surgem exatamente porque tem uma crise de desigualdade social e, portanto, de pessoas que estão totalmente excluídas, e não só do ponto de vista econômico, mas na questão dos direitos também... e ambiental, porque tem um grito grande do meio ambiente para que se tome uma atitude.

Patrícia

Não estou entendendo essa pergunta, mas acho que são coisas fundamentais para a vida das pessoas, para organizá-las de acordo com o que a gente vive, assim, então a gente tem que trazer isso no nosso trabalho. Acho que tem muito a ver com o bairro, mesmo, a organização no próprio bairro dos empreendimentos, das lideranças do bairro, para fazer o bem-estar.

Franciele

Não conheço.

12. A partir dos aspectos listados a seguir, numere-os de 1 a 9, sendo 1 o mais importante e 9 o menos importante. Numere os aspectos com base no que você sabe que é priorizado na Justa Trama.

Resumo das três entrevistadas (Nelsa, Patrícia e Franciele) por ordem de importância, de 1 a 9.

Banimento do uso de produtos tóxicos – 1-1-6

Gerenciamento de resíduos – 6-2-7

Uso de matérias-primas sustentáveis – 3-3-1

Cuidados com a qualidade do ar – 8- 4- 9

Economia no uso de energia - 2-5-5

Uso de energias renováveis - 5-6-4

Economia de água - 4-7-8

Reciclagem – 9-8-2

Embalagens menos volumosas ou mais ecológicas – 7-9-3

Mais importante para o conjunto das entrevistadas: banimento de produtos tóxicos (1, 1, 6); uso de matérias-primas sustentáveis (3,3,1). Aspectos de importância média: economia no uso de energia (2-5-5) e uso de energias renováveis (5-6-4). Aspectos menos importantes: embalagens menos volumosas ou mais ecológicas (7-9-3) e reciclagem (9-8-2).

13. A partir dos aspectos listados a seguir, numere-os de 1 a 11, sendo 1 o mais importante e 11 o menos importante. Numere os aspectos com base no que você sabe que é priorizado na Justa Trama.

Resumo das três entrevistadas (Nelsa, Patrícia e Franciele) por ordem de importância, de 1 a 11.

1. Remuneração justa (1-1-3)
2. Respeito aos direitos trabalhistas (2-2-4)

3. Relacionamento com clientes (3-8-6)
4. Relacionamento com fornecedores (4-7-7)
5. Equidade de gênero (5-3-8)
6. Oportunidades de treinamento (6-5-5)
7. Segurança e saúde no trabalho (7-4-1)
8. Equidade racial (8-9-9)
9. Incentivo à educação (9-11-10)
10. Inovações sociais (10-6-2)
11. Acolhimento de imigrantes (11-10-11)

Mais importante para o conjunto das entrevistadas: remuneração justa (1-1-3) e respeito aos direitos trabalhistas (2-2-4); de importância média: oportunidades de treinamento (6-5-5) e relacionamento com fornecedores (4-7-7); de menor importância: acolhimento de imigrantes (11-10-11), incentivo à educação (9-11-10). Segurança e saúde no trabalho e inovações sociais são as escolhas prioritárias de uma entrevistada.

14. A partir dos aspectos listados a seguir, numere-os de 1 a 13, sendo 1 o mais importante e 13 o menos importante. Numere os aspectos com base no que você sabe que é priorizado na Justa Trama.

Resumo das três entrevistadas (Nelsa, Patrícia e Franciele), por ordem de importância, de 1 a 13.

Frequência de realização de reuniões entre quem decide (pelo menos 1 vez por mês) (1-5-1)

Mecanismos de preço justo (2-4-2)

Diversidade de gênero nos cargos administrativo e de decisão (3-1-3)

Presença nas redes sociais para prestação de contas/resultados (4-11-7)

Transparência na contabilidade (5-3-6)

Mecanismos de coibição de comportamento antiético (“propostas indecentes”) (6-10-8)

Transparência no relacionamento com clientes (7-6-Não relacionado)

Transparência nas compras (8-13-5)

Mecanismos de auditoria (controle) interna (ex.: casos de perdas econômicas, incidentes com trabalhadores, incidentes ambientais, incidentes de segurança...)

(9-2-Não relacionado)

Transparência na sucessão da administração (preparação para sucessão, encarregados substitutos) (10-8-Não relacionado)

Mecanismos de auditoria (controle) externa (ex.: relatórios sobre incidentes com clientes, com fornecedores, com captação de recursos...) (11-2-Não relacionado)

Existência de conselhos diversos – consultivo, administrativo, deliberativo (11-12-4)

Transparência no relacionamento com fornecedores (12-7-Não relacionado)

Transparência nas compras (Não relacionado-13-5)

Mais importante para o conjunto das entrevistadas: frequência de realização de reuniões entre quem decide (pelo menos 1 vez por mês) (1-5-1), mecanismos de preço justo (2-4-2) e diversidade de gênero nos cargos administrativo e de decisão (3-1-3). De importância média: transparência na contabilidade (5-3-6). De média a menor importância: transparência nas compras (8-13-5), mecanismos de coibição de comportamento antiético (“propostas indecentes”) (6-10-8); presença nas redes sociais para prestação de contas/resultados (4-11-7). Algumas alternativas não foram listadas por pelo menos uma respondente, prejudicando a análise desta questão: transparência no relacionamento com clientes (7-6-Não relacionado); mecanismos de auditoria (controle) interna (ex.: casos de perdas econômicas, incidentes com trabalhadores, incidentes ambientais, incidentes de segurança...) (9-2-Não relacionado); transparência na sucessão da administração (preparação para sucessão, encarregados substitutos) (10-8-Não relacionado); mecanismos de auditoria (controle) externa (ex.: relatórios sobre incidentes com clientes, com fornecedores, com captação de recursos...) (11-2-Não relacionado); transparência no relacionamento com fornecedores (12-7-Não relacionado); transparência nas compras (não relacionado-13-5). Os mecanismos de controle externo e interno se mostraram como importantes (segunda alternativa) para uma respondente.

15. Você conhece os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável? Se sim, como ele se relacionam às práticas ambientais, sociais e de gestão da organização?

Nelsa

A gente tem 8, que eles têm a ver diretamente com a gente. 1, 2, 5, 7, 10, 12, 13, 15

Franciele

ODS: 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17

Patrícia

Não sei.

As entrevistadas que conhecem informaram, em comum, que a cooperativa adere aos ODS 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades), 12 (consumo e produção sustentáveis), 13 (ação contra a mudança global do clima), 15 (proteção da vida na terra). Foram citados, individualmente, por duas, os ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável), 7 (energia acessível e limpa), 9 (indústria, inovação e infraestrutura), 11 (cidades e comunidades sustentáveis), 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e 17 (parcerias e meios de implementação).

16. Você considera importante formalizar a adesão aos ODS na gestão da organização? Por quê?

Nelsa

Eu acho que é só uma formalidade. A gente já vem executando eles e fazendo outros objetivos que nem estão dentro do dos ODS. Eu acho que a gente tem que ter um compromisso para mudar essa sociedade, e eu acho que os ODS eles refletem um grande pacto internacional de avançar nisso, mas onde deveria ter mais impacto, para valer, não está tendo – a questão climática... um horror.

Patrícia

A parte quantitativa, a gente não tem.

17. Você acredita na importância da Responsabilidade Social na Justa Trama? De que forma ela é materializada (ou seja, de que forma a Justa Trama expressa os seus impactos econômicos, sociais e ambientais em forma de indicadores)?

Nelsa

A gente faz relatórios de impactos de ações. Cada ação que a gente faz, a gente coloca os impactos que isso trouxe, sobretudo com projetos. É obrigado a colocar que impacto que deu aquela ação. Por exemplo, teve um apoio para a questão da certificação participativa. Daí a gente mostra o impacto que isso teve. Foi importante para o empoderamento das pessoas. Pela consciência que foi criando, pelo envolvimento, pelo processo de autogestão, também pela cumplicidade um com o outro. Então são esses impactos que a gente acaba apresentando em cada uma das ações. Mas nunca dimensionamos o impacto de não trabalharmos com veneno (agrotóxicos) Quanto de agrotóxico deixamos de jogar no planeta, isso a gente nunca mediu. Mas é um bom desafio. A gente se envolve também nas causas mais sociais da comunidade, a gente entrega cesta básica, a gente ajuda as pessoas quando elas têm necessidades que são possíveis de serem atendidas. Então tem um olhar mais social também a partir da consciência de cada elo. A gente tem esses dados de cestas básicas, por exemplo, que a gente distribui até hoje. Mas a gente não faz um relatório.

Patrícia

Indicadores? Não tem indicadores, é tudo nas assembleias, nas reuniões. Tem relatório dos projetos também, e assim, em cada local, quando é feito, em relação àquele local. Temos relatórios anuais de informações sobre as pessoas que trabalham para a Justa Trama, informações de gênero, renda, raça, autodeclaração.

Franciele

Sim, a gente tem tudo anotado, mas não repassamos. Temos informações sobre as famílias que trabalham no plantio, aqui no Rio Grande do Sul não é tanto, mas é lá para cima, eles não plantam só algodão, eles plantam gergelim e feijão, consomem e vendem, mas não temos um relatório.

BLOCO 3 – Governança ESG. Como pode ser?

18. O que você entende por “gestão democrática” em uma organização do Terceiro Setor?

Nelsa

Gestão democrática é quando uma pessoa só decide, mas quando decide no coletivo. A gente tem reunião uma vez por mês, com todos os dirigentes. Para a gente é relatar como é que está cada local, que desafios que têm, que para a gente é prioridade. Então, democracia é isso, não importa o tamanho que ela é, o que importa é que ela exista. O núcleo dirigente tem que reproduzir com os demais. E aqui na cooperativa a gente garante sempre assembleia, uma vez por mês, para tomar todas as decisões que envolvam todo mundo, e quando são decisões menores, a gente chama todo mundo sem necessariamente fazer assembleia formal. A gente faz um demonstrativo das vendas, como está sendo todo mês.

Patrícia

Todo mundo tem o mesmo papel de sócio, assim, todo mundo tem a mesma importância na organização.

Franciele

A democracia é o direito de todos decidirem juntos, no nosso dia-a-dia na cooperativa, com todas. Como se fosse o todos os dias um pouquinho.

19. A Justa Trama segue o princípio da autogestão (independência na tomada de decisão)?

Sim.

20. De que forma você materializa a justiça social na Justa Trama – como ela é identificada e mensurada?

Nelsa

O fato de todos nós sermos donos, faz com que a gente quebre o que o sistema capitalista tem. A gente faz isso de uma forma mais horizontal, porque todos são cooperativas ou associações. E a gente também foi compondo valores. Quando a gente começou, a gente foi discutindo muito isso, o que que era um valor justo? Foi uma das primeiras discussões que a gente fez. E aí poder entender que a hora de uma costureira é tão importante quanto a hora de um agricultor, de um artesão. Foi algo muito difícil, porque geralmente a pessoa pensa no dela. Eu quero ganhar o máximo possível. Tentar aqui ganhar o máximo possível. Mas aqui nós estamos falando de um negócio que é de todo mundo, e isso é muito complicado. A mensuração foi de tentar compreender que a hora de vida de cada um tem a mesma importância, inclusive extrapola grau de instrução, o nível de trabalho ou a exposição ao trabalho. É o tempo da sua vida que precisa ser valorizado. É a tua vida, ela vale a mesma coisa que a minha vida. Então se buscou isso, que valor mínimo seria importante que tivesse, por hora, para que a gente pudesse ter o mínimo digno. Não é que seja o ideal, por isso que a gente fala que não existe preço justo, não existe um valor justo. Existe a tentativa de buscar isso, mas a gente também não quer um valor que ele seja justo para a gente e que tire o consumidor desse produto, então você tem que buscar esse equilíbrio. É muito difícil de ser construído.

Patrícia

A justiça social é tomar decisões de forma justa com todos. Não existe uma mensuração desse impacto.

Franciele

L: Justiça social é o direito de todas. Na cooperativa ninguém é maior que ninguém. Não é porque uma fez, a outra não pode fazer. Nesse sentido. Ou uma falou o que pensa. Sobre a remuneração, é documentado.

21. A reciprocidade (“via de mão dupla”) é uma prática conhecida na Justa Trama? Por favor, explique.

Nelsa

Da Itália e da Espanha, eu trouxe isto. Eles têm uma insistência no sentido de que quem está fazendo a prestação de contas ou acompanhando o projeto que se capacite. É algo muito forte, que as pessoas se preparem, que sejam mais profissionais. Eles exigem que a gente busque um lugar de capacitação. Eles remuneram e exigem que a gente busque isso. Então, ano passado teve um curso de captação de recursos promovido exatamente por nossa necessidade. A gente buscou a escola Mesquita para que ensinasse, buscasse um professor, e a gente, junto com a Unisol, se mobilizou para que as pessoas participassem.

Patrícia

É troca, estou falando troca de experiências. A gente troca com todo mundo.

Franciele

Sim. É tanto com fornecedores quanto clientes. O dia-a-dia com as cooperadas elas sabem que podem ter a garantia de contar com apoio quando alguém da família precisar fazer uma cirurgia, por exemplo.

22. De que forma economia solidária e *slow fashion* estão relacionados na cooperativa?

Nelsa

Economia solidária, ela é a própria cooperativa. É você poder fazer todo o circuito do processo de produção, que é o que a gente faz. Está lá o resíduo sobrou retalhos, vamos aproveitar eles, sabe? É você ter todo o circuito dela e fazer um aproveitamento de todo o circuito, que é o que a gente faz. É o slow fashion, é isso que a gente faz. Temos roupas que faz 15 anos que a gente produz a mesma. A gente adapta. Lógico que também a gente não é antiquado, mas que são roupas que elas podem permanecer mais tempo. A gente busca muito que sejam roupas também confortáveis.

Patrícia

Bom, ela começa por causa do cuidado com o meio ambiente, o cuidado com as pessoas que trabalham. A sustentabilidade também, o retorno financeiro, também, de todos do elo. A gente aproveita sempre quase 100 por cento de tudo. A gente tem o fast fashion, que é o conhecido, é a C&A, Renner, é moda rápida, modinha, a grande quantidade de consumo. E o slow fashion é contra isso, é aquela coisa mais atemporal. É algo que não é uma modinha, que se mantém com o tempo, que é feito de maneira lenta, que valoriza o artesanal.

Franciele

A gente sempre inova todo ano, mas não todo mês. Não é uma grande quantidade.

23. Como exercer a autonomia e o controle ao mesmo tempo usando a atual estrutura de administração?

Nelsa

No começo, era um caderno que a gente anotava. Depois começou a ter um processo de fazer isso tudo via Internet. Hoje tem um sistema para fazer controle de estoque, para emitir os códigos de barra, que a gente não tinha. Então, a gente foi evoluindo também. E acho que são desafios. Quando a gente começou, se fazia muita venda direta. Hoje em dia as pessoas compram pelo site, então refizemos todo o nosso site. A gente não tinha uma empresa de marketing. Hoje a gente tem a

parceria com uma empresa de marketing para poder alimentar as redes de uma forma mais atualizada com uma pessoa jovem, que conhece mais o meio. A autonomia é a mesma, ninguém dita para Justa Trama o que ela tem que fazer. Nós decidimos o que tem que fazer. Quanto aos detalhes, não dá para ser tão doente. A gente define juntos as prioridades.

Patrícia

A gente tem uma base de direção. São diretores de cada elo, tem dois diretores. Tem um conselho fiscal, que através das assembleias mensais. Em assembleias, a gente organiza um esquema todo de produção e tudo, até porque cada cooperativa tem diferentes tempos. Então, se organiza toda essa época de produção, quantas toneladas. Dentro de cada cooperativa tem seu próprio modo de organizar tem as pessoas.

Franciele

Sou eu que faço prestação de contas, alguma coisa que eu não sei, eu pergunto para a Nelsa. Mas se eu tenho que fazer um relatório, eu não mostro para ela. Eu tenho essa autonomia. Em vendas, eu sei para quem eu posso dar um desconto, para quem eu não posso. Eu sei quando eu posso fazer parcelado e quando não posso, eu não preciso estar perguntando para ela.

24. Como podem ou poderiam ser mensurados os aspectos de:

a) Engajamento das pessoas (ex.: adesão a treinamentos, qualificação, participação em mídias sociais)?

Nelsa

O ser humano, de modo geral, ele tem muita resistência ao novo. A gente sofre muito com isso. Ninguém quer mudar aquilo que já sabe. Então, é algo para ser construído lentamente, e se tem uma máquina nova ninguém quer tocar ela. Às vezes chega a ficar um ano ali. Existe uma resistência muito grande à inovação.

Patrícia

Isso fica mais por conta da parte administrativa. Quem acaba se comprometendo mais é a presidente. A gente tem diretores. Os outros eles têm diretor comercial, têm relações públicas, mas assim, tudo sai daqui. E não tem algum tipo de relatório, mensuração de engajamento das pessoas. Se tem, a gente deixa claro quem participou, quem não participou, se foi feito. A gente organiza metas, quem participou das feiras, daí deixa claro, não tem ata, mas são feitos acordos. Nas assembleias tem ata.

Franciele

O problema é que as pessoas não querem evoluir, não querem conhecer coisas novas ou fazer coisas novas.

b) Educação e treinamento digital?

Nelsa

A gente não tem treinamento digital. Mas em relação às reuniões online, alguém daqui de dentro ensinou para as outras, cada uma foi aprendendo.

Patrícia

É a cargo de cada cooperativa e associação. Vai da gestão deles deliberar isso ou não. O que acontece com a Justa trama é passar as informações, dizer onde estão oferecendo um curso, mas independente assim de tu ter de prestar contas se fez ou não.

c) Satisfação dos associados (redução de faltas ao trabalho, maior participação em projetos inovadores, iniciativas, participação em feiras...)?

Nelsa

A adesão, a gente decide isso em Assembleia, sabe? Então, decidi em Assembleia, executa. Tem uma Feira X, nós vamos decidir o seguinte, nesta feira todo mundo vai. Então coloca ali o calendário dos dias e cada uma escolhe o dia que quer ir. Eu não vou dizer que a adesão é igual. Tem umas pessoas que gostam mais de ir para feira, tem pessoas que gostam mais de ir para a reunião. Tem pessoas que gostam mais de ir para a manifestação de rua, então é muito diferente. E tem gente também que se deixar fica quieta no seu canto, não vai em nada.

Patrícia

Isso é através das assembleias de cada elo. Todas as assembleias dos lugares têm atas. É aqui, por exemplo, aqui, por exemplo, assim dá para tipo, na Univens, é por assembleia. Claro que fora da assembleia surgiu uma oportunidade, se coloca para todas. Quem gosta mais de ir num lugar, vai, quem gosta de outro... Tem o acompanhamento dos eventos durante o ano, já tem as pessoas que se disponibilizam pra ir. A gente procura fazer um rodízio, que todo mundo faça outras coisas, além de fazer só operacional. E que sejam atividades que cada uma gosta.

Franciele

Participação de feiras é uma coisa bem estressante. Ninguém quer, só vão às vezes por obrigação.

d) Satisfação dos voluntários?

Nelsa

Não.

Patrícia

Às vezes eles mandam por e-mail, se deu certo, que achou legal e gostou de trabalhar com a gente. A gente sempre conversa vários assuntos, inclusive esses. E satisfação, elogio, é ótimo tu receber. Tu valoriza muito. E aí, geralmente vai para ata também. Tudo que a gente fala na assembleia, geralmente vai 100%, então daria

para fazer um relatório.

e) Resultados das inovações sociais, mudanças realizadas em processos, produtos, mercado, vendas, divulgação, marca?

Patrícia

Ah, isso é sempre discutido também através dos números... quantidade de o que foi vendido, qual foi a proposta, se a mudança era no prédio. A gente fez as trocas de máquinas, essas coisas assim, os acabamentos melhoraram. Então assim, tudo isso é revisto depois se deu certo, se atingiu o que a gente queria. Cada um coloca o que foi, o que teve de oportunidade. Isso é registrado em atas de assembleias, tem um relator. Entram informações sobre as pessoas e os materiais.

f) Resultados da aprendizagem das pessoas (número de treinamentos, cursos)?

Nelsa

A gente não tem controle, e é uma das coisas que a gente quer fazer internamente. A gente tem muito com a comunidade, isso a gente tem mensurado, o tanto que a gente fez durante o ano. Mas internamente a gente está fazendo muito pouco.

Patrícia

Sim, tudo é na ata.

g) Resultados financeiros (indicadores econômicos, de resultados, de poupança)?

Nelsa

Sim, esse a gente faz muito, pelo extrato bancário, pelas vendas. O sistema também relata quanto que foi. A gente está fazendo agora um estudo de contenção de custos, negociando para reduzir taxas. A gente está com um olhar muito forte na

questão financeira. Precisamos fazer uma recomposição de tudo, pensar nos custos dos espaços, como a loja, e no retorno.

Patrícia

As movimentações financeiras, todas, o faturamento do mês, tudo é avaliado. A quantidade de notas, as vendas que a gente faz, o custo que a gente teve para poder trazer ou não algumas coisas de outros estados. Pelo balanço, se calculam as quotas das associações e cooperativas. Elas fazem o que elas quiserem com aquele dinheiro, têm independência.

Franciele

Eu acredito que para uma cooperativa... tanto para uma empresa normal como por uma cooperativa, acho que teria que ter dados mensurados por mês. Assim, não é uma coisa mais... o fechamento de mês. Nesse sentido que tu está me perguntando? Isso aí, teve venda, foi ruim, não foi... sabe. E é uma coisa, bem precária aqui.

h) Resultados sociais (pessoas contratadas, premiações, pessoas negras e pardas contratadas, pessoas LGBTQIAmais contratadas, imigrantes contratados)?
--

Nelsa

Não tem registro.

Patrícia

Esses registros não são feitos com frequência, mas em alguns projetos temos esses dados. Na hora da associação, coletamos dados sociais, econômicos.

Franciele

Seria bom ter relatórios por números ou descritivos, pensando no impacto para pessoas ou grupos, n o argumento para contratar alguém.

i) Riscos das atividades em relação aos associados que entregam matérias-primas (fornecedores perdidos, fornecedores que deixaram de cumprir acordos...)?

Nelsa

A gente não tem fornecedor porque toda matéria-prima vem de dentro dos associados. Cada um tem que cumprir o que foi acertado, se não ele não tem parte na rede das cooperativas e associadas. A que menos cumpriu foi a TextilCooper, a gente tem registro, tem gráfico, tudo que mostra o quanto que cada um contribuiu.

Patrícia

Teve a TêxtilCooper, que saiu. Teve a Cones no começo, teve a cooperativa ali de Santa Catarina também, assim, elas definiram que iam se dissolver, então elas saíram. A gente está ciente disso, tem a comunicação, e vão se pensando em alternativas, se isso acontecer.

Franciele

Acho que teria que ter acordos para quem fosse entrar como se fosse um contrato. Não sei como os riscos de falta de fornecimento poderiam ser mensurados.

j) Riscos das atividades em relação aos clientes ou consumidores (mercados perdidos, mercados que são mais difíceis para a cooperativa)?

Nelsa

Não tem controle, não sei se o sistema conta as trocas.

k) Cooperação com outras cooperativa (projetos realizados, resultados dos projetos....)?

Nelsa

O que a gente menos tem é registro. Não existe o compromisso, não existe um registro.

Patrícia

Aqui entra a questão de cooperativas ou entidades fora da Justa Trama. Não as cooperativas que trabalham com elos aqui. Do tipo, por exemplo, a Garraf Coopera. A gente presta conta de todo o projeto. É feito relatório, com fotos, mensurações que o projeto pede.

Franciele

Eu acho que a gente tem que mostrar os resultados com relatórios.

l) Inserção regional da cooperativa (número de fornecedores locais, número de clientes locais, ... bairro etc)?

Nelsa

Isso tem, porque o sistema dá isso. Quem é que são os clientes). A gente juntou eles por grupo para poder começar a mandar mensagens, e-mails.

Patrícia

Isso tem no sistema de notas.

Franciele

Acho que contagem pelo estado, por região.

m) Cooperação com o setor privado (número de instituições, número de empréstimos...)?

Nelsa

A gente nunca pegou empréstimo, mas temos premiações. O Instituto C&A, o Instituto Renner, os dois se reuniram com a gente, viram quais eram as necessidades. Eles também fizeram uma avaliação, do olhar deles, quais que eram as necessidades e nos ajudaram a enfrentar exatamente as necessidades que a gente estava relatando. Fizemos relatórios disso.

Patrícia

A comunicação dessas parcerias é na ata, sempre. Os clientes privados tiram nota, sempre vai ter no sistema.

n) Cooperação com o governo (inovação social, número de prêmios)?

Nelsa

A gente tem um prêmio do Banco do Brasil e do BNDES, são os dois públicos. Muita documentação para provar o que a gente era. Para o Banco do Brasil, demonstrar que a gente era uma tecnologia social replicável, e no BNDES foi um reconhecimento como um empreendimento de boa prática de economia. Esse do Banco do Brasil foi o que mais pediu documentação. É, na verdade, é um questionário bem longo, demonstrando como é que acontece no dia-a-dia, muito descritivo. Eles pediram estatuto. Isso a gente mandou também em gráficos, demonstrando o crescimento financeiro, de produção, de impacto. Tem quatro gráficos que a gente faz eles, anuais. A gente faz a produção do algodão, ano a ano, a produção de peças, ano a ano. A venda de tecidos, ano a ano, mês a mês, inclusive... e as vendas. Faturamento, os quatro gráficos que a gente tem.

Patrícia

A gente forneceu informações para o Banco do Brasil dentro desse projeto, daí eles avaliaram se a gente entrava ou não. Essas demonstrações estão mais relacionadas a premiações, a cooperação com o governo. Teve editais de cultura, a gente se inscreveu para um, precisa toda uma documentação que é preestabelecida. A gente já tem uma atuação na comunidade, sempre tem que contar toda a história, mas eu

não sei te informar sobre números.

o) Qualidade dos produtos (reconhecimento pela qualidade, quantos prêmios?)

Nelsa

Não, não tem, nunca participei de nenhum que tenha esse reconhecimento pela qualidade, mas a gente, a gente avaliou isso. Por isso que as assembleias são importantes. A gente vai ouvindo o que as pessoas falam. Teve um ano que a gente só trabalhou a qualidade, melhorar a qualidade desde o agricultor colher o algodão, sem folhas, sem caule, o mais limpo possível. A gente, na época, comprou o maquinário para poder fazer o fio com mais qualidade. A gente aqui investiu em acessórios, para acabar melhor as peças, em ter cursos de acabamento, pegamos as costureiras que tinham mais dificuldade nos acabamentos e fizemos um curso só com elas. E compramos aparelhos que pudessem ser colocados nas máquinas para acabar melhor as peças.

Patrícia

Ter a certificação também do algodão é um selo de autenticidade, de que aquilo é um algodão verdadeiro, que não vai agrotóxico, e tudo é comprovado que não tem contaminação de nada, não tem veneno. A gente tinha máquinas mais antigas, agora tem mais modernas, então o trabalho também melhorou. Algumas que não faziam o serviço da Justa Trama fizeram um curso de corte e costura, para os acabamentos. Isso, e ajudou bastante. Mas não sei se temos algum tipo de avaliação do consumidor pelo site, agora tem o site novo que eles estão colocando algumas coisas sobre isso, que a gente quer fazer uma pesquisa também com as pessoas que compraram, antes não tinha. A gente sentia falta disso, por isso a gente pediu o site novo.

25. Como manter a autonomia financeira e, ao mesmo tempo, administrar doações e relações com o mercado?

Patrícia

Os investimentos de agora são para futuramente não precisar mais. E reverter em renda para todos, sem precisar desse apoio da Garraf Coopera, por exemplo. Na verdade, eles fazem uma pré-proposta, do tipo de apoio que eles podem oferecer, e a gente coloca as demandas que a gente tem aqui, que a gente não consegue cumprir com por conta do caixa, que não dispõe desse valor ainda. Nesse caso, a gente não tem autonomia financeira, o que foi estipulado para fazer a gente tem que cumprir. Até porque a gente aumentou a equipe, daí a gente precisa desse apoio.

Franciele

Eu acredito que precisa ter uma questão de marketing, de ter um reconhecimento para poder não só depender dos projetos. É a venda do produto, a qualidade do produto.

26. Como são tratados os temas “respeito aos direitos dos animais” e “respeito aos direitos de crianças”?

Nelsa

A gente não tem trabalho infantil, e as crianças não convivem no ambiente. Mas a última coleção que a gente fez, agora, é sobre preservação dos animais em extinção. Então, como a gente tem um compromisso com o meio ambiente, tem um compromisso tanto no sentido da natureza como um todo, e também com os animais. Não tem tração animal no processo de produção, tem tração humana porque o algodão é carregado por pessoas. Como todos os agricultores são familiares, então todos os filhos deles estão na escola, tem esse cuidado. As associações acompanham e o processo de certificação também trabalha esse tema.

Patrícia

Eu acho que isso, de trabalho animal, não existe mais, faz um bom tempo. Trabalho infantil é uma coisa mais forte até entre a gente aqui. Começou com a gente, porque a gente tinha filhos pequenos também, a gente os trazia juntos, agora não pode mais. No campo acho que não tem não, não pode. E a gente aborda essas

questões. A ADEC, ela deve fiscalizar a parte da produção. É dever deles, na verdade. É, e eles trabalham com essa parte da plantação, também. Eles têm que ficar de olho nisso. Nunca aconteceu de levar trabalho para casa e colocar crianças a trabalhar.

Franciele

Sobre crianças e animais, temos produtos, mas não é uma coisa formal.

27. De que forma a agenda das mudanças climáticas está ou poderia estar relacionada aos aspectos financeiros da organização?

Nelsa

Não sei.

Patrícia

Na parte de serigrafia, a gente fez algumas mudanças. E a gente já está economizando com as placas (painéis solares), a gente já economiza, a gente paga, imagina, 10% do que a gente pagaria. Antes da pandemia a gente falava das mudanças até das grandes empresas, de colocar produtos mais ecológicos, menos agressivos... com a história dos produtos da China, de exploração das pessoas, de valorizar mais esse trabalho, que é tipo o que a gente faz. Se falava muito, depois veio a pandemia, o negócio parece que parou. Sobre mercado de carbono, a gente nunca conversou. A ADEC cresceu um monte, a ADEC vende um monte de algodão. Em relação ao mercado de carbono, talvez a ADEC já saiba.

28. De que forma a agroecologia está ou poderia estar relacionada aos aspectos financeiros da organização?

Franciele

A agroecologia gira em torno de tudo. Dependemos da agroecologia pra ter o

financeiro.

29. Qual o nível de conhecimento dos gestores, colaboradores e voluntários da Justa Trama com relação às seguintes leis:

a) Lei Geral das Cooperativas (1971)?

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

Nelsa

Conhecem alguma coisa. Os gestores se prendem mais à mudança da lei de 2012.

Patrícia

Eu acho que os gestores conhecem, os associados, alguns sim, outros não.

Franciele

Não.

b) Constituição Federal de 1988?

A Constituição de 1988 estabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas. De caráter progressista, ela garante a igualdade de gêneros e direitos sociais, como educação, saúde e trabalhos a todos os cidadãos. Além disso, a carta criminaliza o racismo e proíbe totalmente a tortura.

Nelsa

Acompanhamos pelas mídias sociais.

Patrícia

Acredito que todas conhecem.

Franciele

Não.

c) Lei das Organizações Sociais 9.637/1988?

A Lei nº 9.637/98 institui o Programa Nacional de Publicização com o objetivo de transferir algumas atividades de caráter social, exercidas por órgãos ou entes públicos, às pessoas jurídicas de direito privado, criadas por particulares, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais.

Patrícia

Acho que a maioria conhece.

Franciele

Não.

d) Código Civil de 2002?

O Código Civil reúne as normas que determinam os direitos e deveres das pessoas, dos bens e das suas relações no âmbito privado. A lei de 2002 veio para substituir a de 1916 (Lei Federal 3.071/1916). Após quase 90 anos em vigor, o texto já não se adequava ao contexto político e social pós-Constituição de 1988.

Nelsa

Não faço ideia.

Patrícia

A maioria das pessoas, sim.

Franciele

Não.

e) Lei 12.460/2012 (trabalhadores em cooperativas)?

Nelsa

Isso. Essa é a que a gente já fez conversas com as próprias pessoas que estão na gestão, na Justa Trama, para entender as mudanças que teve. Os artigos importantes, participamos da discussão, tivemos uma atuação direta na questão das mudanças. Porque ela que reduziu o número de associados, inclusive para cooperativas.

Patrícia

Essa eu não sei.

Franciele

Não.

f) Lei 13.019/2014 (Organização da Sociedade Civil)?

Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

Nelsa

A gente teve alguns cursos para falar sobre isso, com um advogado para entender mais, mas ela tem muito pouco a ver com a nossa organização da Justa Trama. Tem a ver mais com outras formas de associação e de organização. Então, sabem muito pouco. Os dirigentes sabem muito pouco.

Patrícia

Sim. É conhecimento dos gestores.

Franciele

Não.

g) Estratégia Nacional de Investimento de Impacto e Negócios Sociais (ENIMPACTO, 2017)?

A Estratégia Nacional de Economia de Impacto é uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto.

Nelsa

Nada.

Patrícia

Sim, os gestores sabem.

Franciele

Não.

h) Projeto de Lei da Economia Solidária (PL 6606/2019)?

Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Nelsa

Lógico que sim. Com influência direta, com reunião com os senadores. Inclusive senadores que deturparam toda a lei por causa disso, não está ainda aprovada. É uma lei que ela passou na Câmara dos Deputados do jeito que a gente queria. Quando ela chegou no Senado, infelizmente a Ana Amélia, que é a nossa senadora aqui, ela modificou toda a lei e incluiu atores que não são de economia solidária e do jeito que é o Congresso, a gente está tendo que aceitar para não alterar e não ter

a lei nunca. Ela era relatora no Senado. A Maria do Rosário foi relatora na Câmara, aprovou dentro do que a gente queria, quando foi no Senado, a gente foi lá falar com ela. Ela disse que ela ia ouvir OSB aqui no estado, a OCERGS, no caso, para orientar, e a OCERGS, orientou, deturpou toda a lei de economia solidária.

Patrícia

Muito nova ainda, acho que só os mais ativos estão por dentro de tudo.

Franciele

Nunca ouvi falar, e trabalho no meio.

30. Você acredita que a economia solidária deveria fazer parte da Constituição Federal? Por quê?

Nelsa

Lógico. Como tema central para fazer uma mudança nessa sociedade, no sentido da valorização das pessoas, da vida e do desenvolvimento, e do equilíbrio na questão da distribuição da riqueza.

Patrícia

Acredito que sim porque tem muitos trabalhadores informais. Tem que organizar isso tudo e botar esse pessoal todo organizado, porque daí também não adianta fazer o trabalho e não ter onde vender, onde ter suporte.

Franciele

Sim, para ter apoio.

31. Você conhece os guias do Global Reporting Initiative (GRI) sobre responsabilidade social corporativa e materialidade de impactos ambientais, econômicos e sociais? (*A Global Reporting Initiative é uma organização*

internacional de padrões independentes que ajuda empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar os seus impactos em questões como as alterações climáticas, os direitos humanos e a corrupção.)

Nelsa

Não, nunca ouvi falar.

Patrícia

Não.

Franciele

Não.

32. As parcerias da Justa Trama são duradouras? Como são compartilhadas informações com os parceiros da cooperativa?

Nelsa

Sim. Nos eventos nacionais, nas assembleias se compartilha. Como é que está a parceria com cada uma delas, no que que a gente está fazendo junto. Também se constroem agendas e demandas coletivamente. Todo mundo sabe quem são os parceiros. Não, as assembleias são dos seus sócios. Mas eles visitam, eles vão a campo conhecer. É uma delas, da Espanha, veio foi em todos os elos, conversar, filmar, conhecer os processos. Essas informações são compartilhadas, tipo os relatórios de cada projeto e tal.

Patrícia

São duradouras. A Garraf está desde o começo, por exemplo. A gente tem reuniões quase que mensais com eles, eles participam inclusive das nossas assembleias, são parceiros. O Banco do Brasil não é parceiro, mas eventos assim, eles vêm, estão sempre visitando, veem se está em conformidade com o que a gente fala.

Franciele

São duradouras, como a Garraf, da Espanha, já tem anos, no mínimo, seis, sete anos. As outras têm um ou dois anos, e toda a forma de comunicação é por meio de relatórios, e-mails, e reuniões.

33. A cooperativa foi requerida a apresentar certificados ou documentos de conformidade ambiental ou social ao solicitar empréstimos?

Nelsa

Para o reconhecimento como tecnologia social, sim, pela Fundação Banco do Brasil. Conformidade social e ambiental. Não é tanto apresentar certificados, mas demonstrar que ela pode ser replicada, demonstrar o seu retorno financeiro, demonstrar o seu impacto.

Patrícia

No caso de algumas parcerias, por exemplo, com o Banco do Brasil, sempre a gente tem que apresentar...a certificação sócia, a gente tem o banco Justa Troca, a escolinha.

34. Como são tratadas as informações dos doadores à cooperativa? Existem políticas de proteção de dados?

Nelsa

Não.

Patrícia

Eu sei que existe uma lei de proteção de dados, mas a gente nunca aplicou.

Franciele

A gente não tem essa política.

35. Como são tratados os dados dos voluntários? Existem políticas de proteção de dados?

Nelsa

Não existe uma proteção de dados.

Patrícia

Não.

36. A liderança faz diferença na adoção de práticas ambientais e sociais? Explique.

Nelsa

Ah, com certeza. As lideranças, inclusive, cada elo, conforme a liderança que tem, ele assume mais ou menos essa pauta e com atitudes concretas, então, é importante quem está à frente que tenha exatamente atitudes que demonstrem isso.

Patrícia

Sim, tudo começa com a liderança, a liderança, faz o exemplo a ser seguido, faz a movimentação de tudo, a busca as informações, repassa as informações.

37. A fonte (origem) do capital da cooperativa influência nos aspectos de sustentabilidade ambiental e social?

Nelsa

Não.

Patrícia

A gente sabe que, geralmente, quando vem de outra empresa, tem alguém ganhando um monte de dinheiro em cima daquele trabalho. Que não é o nosso

caso, é diferente. A gente não tem lucro. A gente tem uma sobra do dinheiro que é aplicado para a gente mesmo.

Franciele

Não que tenha, mas que pode ter.

38. Como é a relação com os doadores? Explique?

Nelsa

A gente não se adapta àquilo que eles apoiam, eles apoiam aquilo que a gente acha que é importante fazer, então tem que ser de profundo respeito e de autonomia da gente. Eles conhecem também a nossa história, a trajetória. Ninguém é parceiro de um de um projeto que não tenha identidade.

Patrícia

A relação é a mais transparente possível, Se eles têm alguma coisa predefinida, a gente apoia. Se for fazer de outro jeito, eu não tenho apoio.

Franciele

É, nem sempre são boas. Sempre tem dificuldades de eles nos entenderem, porque eles não estão aqui todos os dias. É que eles querem as coisas para ontem. E a gente aqui não fica fazendo só uma coisa, sempre tem outras coisas para fazer.

39. Existem práticas recentes de outras cooperativas (relativas à transparência) que levaram a Justa Trama a modificar seus códigos de conduta internos, externos e suas práticas de transparência? Explique.

Nelsa

Não, que tenham influenciado para ter mudanças.

Patrícia

Se a Nelsa trouxe alguma coisa, eu não estou sabendo. Eu acho que a gente é exemplo para as outras. Porque a gente tem mais anos de história.

40. Os gestores conhecem práticas e recomendações do Instituto Brasileiro de Gestão Corporativa (IBGC) dirigidas a organizações do Terceiro Setor?

Nelsa

Não.

Patrícia

Eu particularmente não sei. Talvez a Nelsa saiba tudo isso.

41. Considerando que as práticas de governança ambiental, social e de transparência começaram no setor privado, especialmente devido à questão das mudanças climáticas, como você espera que elas cheguem ao Terceiro Setor?

Nelsa

Não faço ideia.

Patrícia

A gente acha que já está chegando. Sempre é na busca de melhoria para todos, acho que de acordo com o que a gente já pensou, a gente está chegando. A gente vai conversando sobre isso, mas eu não tenho nenhuma, agora. Teve a história das placas solares. Desde o começo da cooperativa se pensou sempre na parte da serigrafia. A gente não usa nada que não seja a base d'água. Acho que é mais lento, mas essas mudanças vão chegar mais devagar. O setor privado vai ter sempre alguma coisa que estimula mais seguir para aquele caminho financeiro, eu acho que os indicadores serão diferentes.

42. Quais são as práticas de governança social, ambiental e transparência possíveis a uma cooperativa?

Nelsa

Eu acho que o que é mais importante é sua prática de poder usar a matéria-prima que seja natural, que não polua o meio ambiente, que tenha um compromisso com os resíduos gerados, com o destino correto, que não gere mais embalagens poluentes, sabe? Mais a aplicação do que, de fato, um relatório.

Patrícia

Estão dentro daquelas ODS, mas não sei se a gente está totalmente dentro ou não.

43. Quais são as práticas já existentes na Justa Trama alinhadas à governança ambiental, social e de transparência?

Patrícia

São as práticas é no dia-a-dia mesmo, né? A forma que a gente trabalha, que a gente leva as informações para a casa da gente também.

44. Quais são as barreiras da Justa Trama para a adoção de práticas de governança ambiental, social e transparência?

Nelsa

Eu acho que não tem barreiras, muito pelo contrário. A gente faz coisas que estão além do preestabelecido. A questão do meio ambiente é um princípio nosso, independente disso ser é uma prioridade definida em alguma instância pública ou mundial. Ela surgiu pela consciência que a gente tem e pelo conhecimento que a gente tem do que que significa o setor têxtil na poluição do meio ambiente, no uso de venenos, na geração de resíduos que contaminam o meio ambiente, os mares... O setor têxtil é o terceiro maior poluidor do mundo. A consciência ambiental a gente

já tinha, agora de perseguir um produto, por exemplo, que não use agrotóxico quando você tem o algodão, que é um dos que produz um quarto dos agrotóxicos do mundo, contamina, que é jogado na plantação. Quando você vê que ele é o terceiro maior poluidor, por causa do tingimento das roupas... e quando você sabe que o Brasil é um dos grandes produtores de água potável, de água doce. Os dados te ajudam a ter iniciativas de maior impacto, como é a questão da Justa Trama, mas se tu não tiver consciência nenhuma... Tem um monte de gente que sabe esses dados e não muda atitude nenhuma. Mas sem esses dados, a gente convence menos as pessoas. A gente convence as pessoas que elas devem usar uma roupa orgânica, quando a gente fala esses dados. Os dados sempre são importantes.

Patrícia

A Justa Trama está muito presa ainda a se manter. Mas claro que a gente nunca quis sair de nada que prejudica o meio ambiente, nada que explore as pessoas as pessoas. A gente tem metas para cumprir, mas a gente não cumpriu ainda. Que a gente quer trabalhar só com algodão orgânico, não trabalhar mais com esse tecido. Pelo menos a Univens, que é o elo da Justa Trama, ela quer ir fazer isso, que a gente se sustente só fazendo roupa da Justa Trama. Só com material orgânico, né.

45. A partir de 02 de janeiro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (que regulamenta regras para o funcionamento de instituições financeiras no Brasil) passou a obrigar empresas com ações na bolsa de valores B3 a seguirem relatórios (reportes) com métricas similares às existentes em uma Resolução Europeia (EU 2021/1253, de abril de 2021). Entre as exigências, estão: apresentar inventário de emissões de gases de efeito estufa, bem como políticas objetivas para redução das emissões; considerar, no relatório, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas mais relevantes para a matriz de materialidade da empresa; considerar recomendações da Força Tarefa sobre Abertura de Informações Relativas ao Clima (*Task Force on Climate Related Disclosure*); considerar informações sobre diversidade; considerar se riscos e práticas ESG são compreendidos e adotados pelo Conselho de Administração, inclusive se a empresa vincula a remuneração dos executivos às métricas ESG (e,

em caso afirmativo, quais critérios são usados). De que forma essas exigências poderiam ser adaptadas para as organizações do Terceiro Setor? (De que forma o Terceiro Setor pode mensurar informações sobre emissões de gases de efeito estufa, informações sobre seus riscos de operação e informações sobre a diversidade social e informações ambientais?)

Nelsa

Não sei isso. Terceiro setor, tem que perguntar pra eles.

Patrícia

Teria que entender o funcionamento de cada setor para saber como operacionalizar. Não seria só a gente chegar com a informação e fazer uma abordagem de ensinar. Seria a gente construir junto.

46. Comente suas maiores dúvidas sobre práticas ESG em cooperativas e organizações do Terceiro Setor.

Patrícia

Dúvidas não tenho. Acho que tinha um complexo de saber as coisas. Eu fiquei curiosa com essa história do carbono, que eu nunca conhecia. O ESG, nem eu falei para a Nelsa, é a linguagem da empresa privada. Então, a empresa privada, nesse caso aqui, essas informações são necessárias a serem declaradas para a bolsa de valores... para no caso de empresas privadas que vão abrir suas ações. Então isso aqui não é o caso de uma cooperativa. Não tem esses objetivos, só financeiros, mas, ao mesmo tempo, a gente falaria a mesma linguagem dessas empresas aqui, que estariam interessadas no mercado de carbono que vocês teriam que se inserir, ou outros mercados em relação climática. Mas, sim, a gente precisa abrir mercado e procurar saber sobre isso.

Franciele

Tenho todas as dúvidas.